UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, ARTES, LETRAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

**“SOLIDÃO E SER MULHER NEGRA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA
NO RIO DE JANEIRO”**

RAISSA LYRA VALÉRIO DE PAIVA

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Duque de Caxias, RJ

2020

RAISSA LYRA VALÉRIO DE PAIVA

**“SOLIDÃO E SER MULHER NEGRA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA
NO RIO DE JANEIRO”**

Texto de dissertação apresentado à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como requisito parcial do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gênero, etnia e identidade

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Cristina Oliveira

Duque de Caxias, RJ

2020

RAISSA LYRA VALÉRIO DE PAIVA

**SOLIDÃO E SER MULHER NEGRA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA
NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosane Cristina de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO

Prof.^a Dr.^a Daniele Ribeiro Fortuna

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO

Prof. Dr. Fabiana Bazílio Farias

SEED-RJ

Prof^a. Dr^a. Liandra Lima Carvalho

FDC/UNIRENTOR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as minhas três filhas Julia, Raica e Maria Luiza, para que essa pesquisa sirva de base para o crescimento e desenvolvimento delas (e de todas as outras que estão em descobrimento da vida) como mulher e negra na sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

É fato que, sozinha, sem nenhuma ajuda ou estímulo, não conseguimos fazer nada na vida. E eu, com toda a responsabilidade de uma mãe que trabalha fora e dona de casa, sabia que não seria nada fácil estudar, e não foi.

A primeira pessoa que me despertou o interesse em começar a fazer o mestrado foi meu amigo-irmão-compadre Raphael. E, junto com ele, bateu a curiosidade de fazer aulas como aluno especial, e na disciplina de gênero e etnia, do magnífico professor Geraldo Rocha, tudo floresceu. A vocês, agradeço o motivo inicial desse estudo. E Rapha, não só isso, te agradeço para além da vida, dois anos de perturbação diária, leituras e sorrisos, obrigada por tudo, obrigada por tanto!

Assim que fui aprovada, descobri a gravidez. E se não fosse a positividade da minha família, e do meu marido afirmando que eu poderia deixar crescer a barriga junto com os conhecimentos do curso, eu teria desistido. Gustavo meu amor, você foi imprescindível no começo, no meio e agora no final desse processo. Dois anos de paciência, e se abstendo de tanta coisa por uma conquista que nem era sua, mas a minha vitória é em conjunto sempre: para mim, para você e nossas meninas. Obrigada por existir, obrigada pela luta diária e por acreditar em mim. Eu te amo.

Aos meus pais, Rosangela e Osmar, e à minha vizinha Iracema, agradeço todo o apoio, toda confiança e certeza, que depositaram em mim, que eu conseguiria mais essa conquista. Todo o esforço foi para orgulhar mais ainda vocês, e nada foi ou será em vão.

Meus sogros, em especial à Dona Maria, obrigada por se abster da sua vida para ficar com a minha, com a nossa bebê. Obrigada pelos finais de semana,

feriados, festas que deixou de ir, coisas que deixou de fazer para ficar com ela para que eu estudasse. Vocês fazem parte dessa conquista, sogros. Muito obrigada!

Colegas de turma e do NEaD, somos muitos, não dá para citar um por um, sofremos, rimos, trocamos “figurinhas”, estudamos em grupo, nos desesperamos juntos, um segurando a mão do outro e torcendo sempre. Obrigada pela parceria.

Rosane, minha orientadora mais linda, se não fosse você, não seria ninguém. Nada é por acaso. E você não só orientou a minha pesquisa como serve de inspiração de mulher que seguirei por toda a minha vida. Eu sou muito sua fã: como mulher, profissional e exemplo de ser humano. Nossas trocas foram o grande pilar para toda a transformação social que tive nesses dois anos. Você é insubstituível.

Minha banca, formada somente por mulheres empoderadas, antirracistas. Que honra! Obrigada pela aceitação, pela acolhida e pela troca. Vocês contribuíram muito para o todo que meu trabalho pode oferecer para a sociedade.

E por último, não menos importante, obrigada a cada mulher negra que dependeu um tempo para responder a pesquisa na internet. Sem a participação e vivência de vocês esse trabalho não teria fundamento. Sinto e compartilho cada palavra que a mim foi escrita, e dedico esse trabalho também a vocês, para servir de base e garantir a manutenção da nossa luta e a possibilidade de dar voz a nossas narrativas, quase sempre invisibilizadas.

Pra nós punk é quem amamenta, enquanto enfrenta a guerra
Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante
Bomba a todo instante, num quadro ao léu
Que é só enquadro e banco dos réu, sem flagrante
Até meu jeito é o dela
Amor cego, escutando com o coração a luz do peito dela
Descreve o efeito dela, breve, intenso, imenso
Ao ponto de agradecer até os defeito dela
Esses dias achei na minha caligrafia tua letra
E as lágrima molha a caneta
Desafia, vai dar mó treta
Quando disser que vi Deus
Ele era uma mulher preta

Emicida-Mãe.

RESUMO

Este trabalho propôs, a luz dos estudos de gênero e etnia, debater a questão das várias formas de solidão que uma mulher negra pode sofrer, utilizando o racismo e o poder como parâmetro de desigualdade social entre as mulheres, independente de idade e classe. As mulheres brasileiras vivem em seu cotidiano uma série de questões impostas como consequência de repetições de padrões machistas e do patriarcado, o que se agrava no caso das mulheres negras. O estudo analisou se o fato de pertencerem à raça negra influenciou de alguma forma, sua vida afetiva, bem como observar se elas conhecem e entendem a questão da solidão da mulher negra. Nesse sentido, o objetivo foi entender como a solidão se materializa nos corpos das mulheres negras com realidades distintas, inseridas no estado do Rio de Janeiro. O estudo é considerado relevante diante da realidade social brasileira e da importância da discussão das questões de gênero e etnia, no contexto histórico e social apresentado pelo país, no que diz respeito, principalmente, às mulheres negras.

Palavras-chave: Mulher negra, solidão, racismo, poder, gênero e etnia.

ABSTRACT

This work intends, in the light of gender and ethnicity studies, to debate the question of the various forms of loneliness that a black woman may suffer, using racism and power as a parameter of social inequality among women, regardless of age and class. Brazilian women live a series of questions imposed in their daily lives as a consequence of repetitions of sexist patterns and patriarchy, which is aggravated in the case of black women. The study aims to analyze whether the fact that they belong to the black race influenced their affective life in any way, as well as to observe whether they know and understand the question of the loneliness of the black woman. In this sense, the objective is to understand how loneliness materializes in the bodies of black women with different realities inserted in the state of Rio de Janeiro. The study is considered relevant in view of the Brazilian social reality and the importance of discussing gender and ethnicity issues, in the historical and social context presented by the country, with regard, mainly, to black women.

Keywords: Black woman, loneliness, racism, power, gender and ethnicity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores por setor de atividade por raça e gênero, p. 70

Tabela 2: Residência das participantes por Município, p. 88

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Alfabetização de mulheres por raça, p. 71
- Gráfico 2: Rendimento habitual por gênero e raça, p. 72
- Gráfico 3: Qual a sua idade? p. 81
- Gráfico 4: Qual gênero você se identifica? p. 82
- Gráfico 5: Qual sexualidade você se classifica? p. 83
- Gráfico 6: Qual a sua renda? p. 84
- Gráfico 7: O salário que recebe/recebia? p. 85
- Gráfico 8: Qual a sua escolaridade? p. 86
- Gráfico 9: Empregabilidade, p. 87
- Gráfico 10: Moradia, p. 88
- Gráfico 11: Como classifica sua cor? p. 89
- Gráfico 12: Estado civil, p. 90
- Gráfico 13: Preferência de cor no parceiro(a), p. 99
- Gráfico 14: Tipos de solidão, p. 104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
1 – Questões de racismo e gênero	p. 17
1.1- Racismo e gênero	p. 18
1.2- Relações de gênero e poder	p. 29
1.3- Interseccionalidade	p. 38
2 – A solidão da mulher negra.....	p. 43
2.1 –Sobre ser mulher negra	p. 44
2.2 – Feminismo Negro	p. 52
2.3 – Mulher e solidão	p. 62
2.4 – Mulher negra e violência simbólica.....	p. 73
3 – Mulher negra no Rio de Janeiro: Racismo e solidão.....	p. 78
3.1 – Caminhos da pesquisa	p. 78
3.2 – Mulher negra no Rio de Janeiro: vozes, contrastes e desafios..	p. 81
3.3 – A solidão e seus lugares	p. 91
3.4 - A solidão e a violência simbólica: suas cicatrizes	p.
103	
Considerações finais	p.
116	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 120
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	p. 128
ANEXO B – Instrumento de Coleta – Questionário	p. 129
ANEXO C– Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.....	p.
138	
ANEXO D – Termo de proteção de risco e confidencialidade da Universidade do Grande Rio -UNIGRANRIO.....	p.
139	

INTRODUÇÃO

A população negra carrega marcas da escravidão até os dias de hoje. Cada gênero com sua especificidade, e há interseções de opressões, dependendo da classe e sexualidade. Nesse parâmetro, as mulheres negras, que só por existir já carregam uma dupla opressão que é o sexismo e o racismo, sofrem múltiplas violências, e muitas delas passam despercebidas ou costumeiras, denominando assim a violência simbólica.

Nesse trabalho dissertativo, buscamos como foco de pesquisa a questão das várias formas de solidão que uma mulher negra pode sofrer, utilizando o racismo e o poder como parâmetro de desigualdade social entre as mulheres, independente de idade e classe.

O estudo visa analisar e compreender como, e de que forma, a solidão se apresenta e pode ser percebida por essas mulheres, qual tipo(s) de solidão uma mulher pode agrupar e de que forma essas relações acontecem.

A abordagem metodológica utilizada nesta dissertação, de acordo com os objetivos pretendidos, tem aspectos diversos, considerando cada ponto abordado nela, sendo de cunho bibliográfico, exploratório, descritivo e explicativo, como podemos verificar a seguir.

A pesquisa é de cunho bibliográfico no que tange às questões de gênero, feminismo, sexismo, raça, solidão, interseccionalidade e violência simbólica. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica consiste em levantamento de referências teóricas e demais trabalhos científicos acerca da temática proposta a ser investigada. Este levantamento de referências pode ser realizado por meios escritos e/ou eletrônicos, em diversas bases de dados. Para nossa investigação, foram fundamentais os levantamentos de livros, artigos e websites diversos sobre questões de gênero, empoderamento feminino, feminismo, sexismo, solidão, racismo e afetividade. Além disso, efetuamos uma pesquisa bibliográfica sobre mulheres negras, com o intuito de contemplar livros, dissertações, teses e artigos publicados sobre as mesmas.

Exploratória em relação ao levantamento de dados/informações sobre a vivência das mulheres negras, quanto a sua afetividade e empregabilidade, bem como a leitura de bibliografia pertinente. A pesquisa exploratória, além de conter o

levantamento bibliográfico, também pode conter a obtenção de informações através de entrevistas e/ou análise de exemplos, que de certa forma estejam atrelados à problemática em torno do objeto estudado (GIL, 2007). Estes dados/informações serão obtidos a partir de um questionário online disponibilizado pela internet tendo como sujeitos mulheres negras, maiores de 18 anos, e residentes do Rio de Janeiro, em busca de impressões sobre racismo, afetividade e solidão. Nos formulários de autorização estarão explicados os objetivos da pesquisa.

Explicativa quanto as questões conceituais de gênero, feminismo, raça, solidão. Assim como nas questões referentes as trajetórias de mulheres negras, a pesquisa explicativa procura identificar os fatores que causam um determinado fenômeno, aprofundando o conhecimento da realidade. (PRODANOV, 2013, p. 127)

Descritiva no que tange às respostas das participantes de acordo com suas vivências. A pesquisa descritiva irá expor as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados. (PRODANOV, 2013).

Esta pesquisa se mostra relevante devido a necessidade de discutirmos a importância da situação da mulher negra brasileira, diante do momento que vivemos socialmente e politicamente. Ao se pesquisar raça com recorte de gênero, temos um olhar diferenciado no campo dos estudos sobre as relações sociais. No que tange à abordagem do feminino, por exemplo, torna-se importante por vivermos momentos de grandes casos de violência contra as mulheres.

Além disso, pesquisar raça e gênero são temas de grande relevância, o que nos fornece uma vasta bibliografia sobre os dois temas produzidos por autores notáveis como Lélia Gonzalez (2018), Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2018), Djamila Ribeiro (2018), dentre muitos outros.

A sociedade brasileira tem naturalizada em sua cultura o machismo, colocando a mulher frequentemente em lugar menor e de subalternidade. Além disso, estamos vivendo um combate diário contra o feminismo e as conquistas que as mulheres obtiveram após tantos anos de luta.

Neste sentido, é importante destacar a questão do lugar de fala que, segundo Ribeiro (2018), são narrativas que possibilitam grupos de minorias ficarem em destaque. Ou seja, mulheres negras falando de suas experiências através de conhecimento além de teórico, prático.

Falar de mulheres negras, sendo mulher e negra, me dá base para além da escrevivência¹ apontada por Conceição Evaristo. Estar no meu lugar de fala e me reconhecer em muitas das mulheres que participaram da pesquisa é poder afirmar e discordar da teoria em relação a gênero e etnia. Por conta dessa realidade, a motivação inicial do estudo da solidão em nossa categoria social, foi a partir da observação dos diversos tipos de solidão que amigas próximas passavam, uma diferente da outra, e muitas em comum, como por exemplo, em relação a afetividade.

Para a construção do trabalho, apresentamos no primeiro capítulo uma análise baseada em estudos ligados às questões de racismo, gênero, poder e interseccionalidade.

Começamos com as questões relativas ao racismo e ao gênero, tendo como base o processo histórico da escravização e da luta dos movimentos negro e feminista. Autores como Abdias Nascimento (2017), Sueli Carneiro (2011) e Gilberto Freire (1933), entre outros aparecem para nos demonstrar na teoria a compreensão da raça no que tange à mestiçagem, embranquecimento e colorismo, para apreciarmos o papel social das mulheres negras brasileiras.

Ao trabalharmos a temática de gênero iniciamos a discussão conceituando o termo e demonstrando as diversas interpretações sobre o conceito, buscando evidenciar através de autores como Simone de Beauvoir (2016), Judith Butler (2016) e Joan Scott (1989), por exemplo, como este termo foi construído ao longo da história.

Em seguida versamos sobre questões ligadas ao poder, procurando apresentar, a princípio, um conceito do termo. Demonstramos então, de acordo com Heleieth Saffioti (2015), como o patriarcado se mostra presente em atitudes, comportamentos e normas dentre outras situações.

Encerrando o primeiro capítulo, dialogamos sobre a interseccionalidade, que é um conceito atual carregado de lutas contemporâneas pelo feminismo negro. Autoras como Kimberlé Crenshaw (2002) e Karla Akotirene (2018) embasam e exemplificam a importância dos recortes dos estudos quanto a raça e gênero.

¹ Escrevivência: Conceito criado por Conceição Evaristo, que significa, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002> Acesso em 21 fev. 2020.

No segundo capítulo deste trabalho falamos mais especificadamente sobre ser mulher negra na sociedade brasileira. Buscamos primeiramente traçar a trajetória do papel da mulher negra na contemporaneidade até os dias atuais, lembrando os marcos históricos da escravidão, abolição da escravatura, pós abolição e também as conquistas dessa população.

Em um segundo momento, abordamos sobre a solidão, que não é somente afetiva. Antes, conceituamos e, após, nos aprofundamos na vivência das mulheres negras, e analisamos dados estatísticos que demonstram outros tipos de solidões perceptíveis ao longo de sua trajetória. Para isso, buscamos autores de diversos campos do saber, sendo eles na psicologia, filosofia, antropologia, a fim de compreender como a solidão pode ser percebida.

Ainda no segundo capítulo analisamos como a violência simbólica se mostra na trajetória da mulher negra. Primeiro, buscamos conceituar o termo de acordo com Bourdieu (2010) e, depois, exemplificar com fatos atuais, que demonstram como a violência simbólica é silenciosa na sociedade brasileira.

O terceiro e último capítulo é construído, basicamente, a partir da tabulação da pesquisa e dos relatos das participantes coletados através do questionário que foi disponibilizado na internet, local onde a pesquisa ocorreu. Além disso, procuramos dialogar com outros trabalhos realizados dentro dessa temática e que possuam narrativas que venham ao encontro com o pretendido por essa pesquisa, com o intuito de analisar quais locais a solidão de mulheres negras está instalada.

1 – Questões de gênero e racismo

Neste capítulo, apresentamos uma discussão teórica sobre racismo e gênero, dividido em três tópicos, que buscam elucidar as conquistas e as dificuldades das mulheres na contemporaneidade, tendo como reflexão a relação entre raça, gênero e interseccionalidade.

Neste sentido, o primeiro tópico é uma reflexão sobre racismo, envolvendo conceitos e problemáticas quanto à vida dos negros que foram escravizados, e que hoje ainda percebem desigualdades em nossa sociedade. Logo depois, analisaremos as discussões acerca dos termos “gênero” e “poder”, destacando as conceituações de Simone de Beauvoir (na construção do Segundo Sexo) até Judith Butler (abordando Problemas de Gênero). Neste interim, é fundamental chamarmos a atenção para as “ondas do feminismo”. Ou seja, desde a discussão sobre as lutas por direitos, que permearam a primeira onda do movimento feminista, perpassando pela segunda onda e a luta pela igualdade entre os gêneros e a terceira onda, cujo principal argumento pauta-se na liberdade das mulheres em todas as instâncias da vida. Assim, o movimento feminista (feminismo)² é marcado por “ondas” que são momentos históricos em que ocorreram muitos movimentos organizados resultando em marcos históricos na luta de emancipação do lugar da mulher na sociedade. Entretanto, é importante salientar que essa divisão de ondas é meramente para fins didáticos, visto que mesmo havendo consentimento em relação a uma ou outra pauta, existem teorias e movimentos diferentes, cada um com suas características.

Na primeira onda do feminismo, datada aproximadamente em fins do século XIX, o foco era político, pois as mulheres defendiam o direito a usufruir da vida pública. De acordo com Caetano (2017) as mulheres queriam igualdade política, lutavam pelo direito de poder votar, direito ao estudo e melhores condições de trabalho.

A segunda onda do feminismo, que ocorreu no início de 1960, as mulheres buscavam igualdade social entre os gêneros, e contestavam todas as formas de desigualdades. Além do debate sobre igualdade entre os sexos, as feministas da segunda onda inseriram temas fundamentais (e que continuam fazendo parte das

²Movimento feminista (feminismo): é um movimento social, político e econômico que tem o objetivo de discutir e lutar por direitos das mulheres. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>> Acesso em 23 maio 2019.

agendas feministas), tais como “questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e o aborto, o controle de natalidade, e a sua realização pessoal enquanto ser e indivíduo”. (CAETANO, 2017, p. 6)

A terceira onda inicia-se na década de 1980, de acordo com Caetano (2017), e o foco é a busca total da liberdade da mulher sobre o que se refere a sua vida. O empoderamento feminino surge nesse momento, como uma importante prerrogativa para a construção da autonomia feminina, fazendo com que as mulheres busquem sua identidade. O termo Interseccionalidade ou feminismo interseccional surge, também, nesse período. Porém, vale ressaltar que apesar do termo “feminismo negro” ser atual, as mulheres negras desde a contemporaneidade já analisavam a questão do racismo e sexismo que somente elas sofriam e buscavam espaço dentro do movimento.

1.1- Racismo e gênero

Ao pesquisarmos a história da população negra no Brasil percebemos uma vasta literatura que aponta para três causas principais de destruição de uma raça. Estas são denominadas como o genocídio³, etnocídio⁴ e epistemicídio⁵ como refletem os autores do “racismo científico⁶”.

O processo de escravização durante o período colonial no Brasil trouxe para os negros problemas sociais que podemos perceber até hoje. No período colonial, os homens brancos tinham receio de que os negros se “reproduzissem”, e denominaram esse ato como “mancha negra”, e, a fim de eliminar a população negra, estupravam mulheres negras com a intenção de “clarear” os filhos destas, chamados “mestiços” ou “mulatos”. À vista disso, iniciou-se o processo de miscigenação no Brasil na concepção de Abdias do Nascimento (2017):

³ Genocídio :crime de lesa humanidade, prática que atenta contra um grupo humano específico, visando sua eliminação. (VIEIRA, 2011, p. 37)

⁴Etnocídio: Sua prática, visando a imposição pela violência de um processo de eliminação de uma cultura, língua ou religião, também chamada de genocídio cultural (VIEIRA, 2011, p. 37)

⁵Epistemicídio: é um conceito que se refere às formas de conhecimento que não estão estabelecidas. Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. (SANTOS, 2010, p. 1)

⁶ Racismo científico: foi uma doutrina que, se apresentando universal e racional, afirmava que existiam hierarquias entre as raças humanas. A ideia subjacente era promover a raça ariana como desenvolvida, inteligente e mais apta para governar as outras raças. (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 28-38)

Para a solução deste grande problema – a ameaça da “mancha negra” – um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardo-vasco, o -homem-de-cor, o fusco, e assim por diante. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações. Situado no meio do caminho entre a casa grande e senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão ele foi capitão do mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. [...] E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. (NASCIMENTO, 2017, p. 83)

Dessa forma, os colonizadores entenderam que, aumentando o número de mestiços, diminuiriam a quantidade de negros na sociedade e, assim com o passar dos anos, a população negra estaria totalmente extinguida. A este fato, deu-se o nome de miscigenação/mestiçagem:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do País. [...] Durante o tempo da escravidão essa política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar qualquer maneira o crescimento da população negra. (NASCIMENTO, 2017, p. 84;85)

Nesse sentido, a mestiçagem e/ou miscigenação serviu de “máscara” para a população dominante alegar que, por conta de total diversidade e mistura das nossas origens, o racismo não existia, como reflete nos trechos abaixo destacados, a filósofa Sueli Carneiro (2011).

A miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercurso sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas. (p. 66)

Carneiro (2018) afirma que o processo de miscigenação tem por finalidade o embranquecimento da população ao longo prazo, onde os que nascem mestiços podem se dizer mais próximos do branco, galgando mais aceitação social:

A miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco. Isso tem impacto particularmente os negros brasileiros, em função de tal imaginário social, que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardo! Algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são. (p. 67)

Carneiro (2011) ressalta que os negros não eram ensinados ou compreendidos por sua cor, e traçavam diferentes mecanismos de embranquecimento. Por conta dessa realidade, mulheres negras não aceitavam seus cabelos naturais, cacheados ou crespos, e procuravam alisá-los, pois socialmente o liso era visto com mais bonito ou mais arrumado, e os negros que conseguiam ter pele mais clara, cabelos menos crespos e traços físicos mais afinados parecidos com os de brancos eram menos discriminados, e poderiam denominar-se de pardos, brancos, mulatos ou morenos a fim de serem aceitos socialmente, de acordo com Carneiro (2011):

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um

par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “ promovido” socialmente a essas categorias. [...] No termo “pardo” “cabem os mulatos, os caboclos e todos os que não se consideram brancos, negros, amarelos ou indígenas”. Todos os que não se desejam negros, amarelos ou indígenas encontram uma zona cinzenta onde possam se abrigar, se esconder e se esquecer de uma origem renegada. (CARNEIRO, 2011, p. 64)

O resultado dessa miscigenação e /ou mestiçagem para os negros, é o enfraquecimento da cultura negra através do embranquecimento, pois tendo pele mais clara ou não parecendo totalmente com os negros retintos da época da escravidão, poderiam se classificar ou serem classificados de não-negros, o que bastava para serem socialmente aceitos ou pelo menos tentarem.

A fuga da negritude é a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pela sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebre sua mestiçagem – ou suposta modernidade – contra sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com quem afirma que o problema é somente de classe, e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou e gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete. (CARNEIRO, 2011, p. 73)

Santana (2018) salienta que essa diferenciação em classificar negros pelo tom de pele, chama-se Colorismo, enfatizando que mesmo entre pessoas negras haverá diferenças de tratamento através da tonalidade de pele, onde quanto mais próximo do ideal estético branco a pessoa pode parecer ou se classificar, melhor será tolerada em determinados ambientes. Ou seja, pessoas com pele mais clara, cabelos mais lisos e traços físicos mais finos, além de considerar também classe, escolarização e outros marcadores sociais da diferença de ser um negro retinto.

Em consonância com os autores acima citados, Pereira (2012) afirma que no Brasil diferencia-se negros de não negros por traços físicos, ou seja, lábios, nariz, tipos de cabelo e tons de pele. “O racismo é gradativo, isto é, quanto mais “traços negros” possuir, em maior escala o racismo atinge essa população que se aproxima do fenótipo do negro”. (SILVA, 2009 p. 53 apud PEREIRA, 2012, p. 37-38)

Mesmo com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, a população negra sempre foi vista como inferior, pois depois de serem escravizados foram deixados no

país sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento humano. Sem estudos e sem trabalho, os ex-escravizados se viram obrigados a continuar a serem submetidos ao trabalho braçal em troca de moradia e comida.

Como os ex-escravizados não foram inseridos socialmente, as pessoas de pele branca discriminavam os negros, e com isso nascem conceitos de preconceito de cor e raça ou de racismo⁷. Apesar de ser definido por “discriminação a um indivíduo por sua raça/etnia”, no Brasil o racismo tem cor.

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, economia e socialmente os recém libertados. [...] Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. (CARNEIRO, 2011, p. 15)

De acordo com Godoy (2005) entre os anos 1889 a 1891 Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda. Logo após a proclamação da República e abolição da escravatura, ele ordenou a queima total dos documentos relativos à escravidão, com o argumento de “apagar” os registros de um terrível momento histórico, onde foi criticado por ter determinado a destruição de documentos importantes que explicava a realidade histórica da população negra escravizada.

Entendemos assim, o porquê dessa falta histórica sobre processo de mais de 300 anos de escravização. Pois, através do epistemicídio, os brancos faziam com que negros deixassem de lado suas origens e renegassem sua cor, e utilizassem somente o padrão europeu como aceitável.

Gilberto Freyre (2003), em “Casa Grande & Senzala”, defende que desde a época da escravidão, onde se originou a formação do povo brasileiro, a sociedade aceitou que a naturalidade de cada raça fosse suprida de maneira democrática, e por conta dessa aceitação social onde a miscigenação aparece como “para todas as

⁷Racismo segundo o dicionário brasileiro da língua portuguesa:1 Teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias).2 Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras.3 Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior.4 Atitude hostil em relação a certas categorias de indivíduos.

Disponível em:<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/racismo/>> Acesso em 30 mai. 2019.

raças e somos todos miscigenados”, essa realidade omite o fato das desigualdades raciais. Assim nasceu o mito da democracia racial, defendido pela sociedade privilegiada através de argumentos que o racismo foi somente nos tempos de escravidão, pois o Brasil “é muito misturado racialmente” para que haja discriminações levando em consideração o tom de pele.

Devemos compreender a “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais do governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”. (NASCIMENTO, 2017, p.111)

A ideia de democracia racial, tão associada à obra de Gilberto Freyre (1933), originou mestiçagem como uma forma de destruir a distância racial existente. Essa crença na democracia racial foi capaz de organizar, supostamente, problemas entre brancos e negros, destacando uma cordialidade racial. Acreditava-se que o racismo não existia, que teria acabado junto com a abolição pelo fato da profunda mestiçagem e da inexistência de qualquer movimento de segregação, quando comparado às relações raciais dos Estados Unidos. Ainda assim, não podemos ver a miscigenação unicamente perante o enfoque pacífico de integração racial, construída por alguns intelectuais, mas sim para satisfazer ao desejo dos opressores de tornar esse país uma nação menos negra.

A história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aqueles de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra -senha desse imperialismo de brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 2017, p.111)

Neste sentido, entendemos que o racismo no Brasil pode ser exposto de várias formas. Pode ser percebido em questões físicas, como as tentativas de embranquecimento da população negra, ou a forma como é realizada a miscigenação da sociedade, pode ser em um xingamento e comparações ruins, como também pode ser num simples elogio que, de certa forma, deslegitimará a cultura negra.

Assim é o racismo brasileiro. Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como antirracismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano). (GUIMARÃES, 1995)

De acordo com Campos (2017, p.1) “vivemos um momento em que quase todos reconhecem que o racismo permanece operando de forma efetiva no mundo, mas poucos são capazes de identificar claramente suas dinâmicas”. Ou seja, o racismo não é só aquela discriminação exposta e evidente percebida pelo receptor através da agressividade e/ou violência. Mesmo sendo crime, ele não deixou de ser manifestado. Contudo, hoje conseguimos visualizá-lo por várias outras formas embutidas em nosso meio.

Através da concepção de Campos (2017) existem três formas percebidas de racismo no Brasil. O autor enfatiza que analisando as teorias sociológicas que procuram explicar a forma como é operado, três abordagens são descritas: “A primeira delas entende o racismo como um fenômeno enraizado em ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideias que atribuem uma inferioridade natural a determinados grupos com origens ou marcas adstritas específicas” (CAMPOS, 2017, p.1), ou seja, racismo ideológico, pautado através de ideias no qual o indivíduo atribui a sua crença. “A segunda abordagem, por seu turno, concede uma precedência causal e semântica às ações, atitudes, práticas ou comportamentos preconceituosos e/ou discriminatórios na reprodução do racismo.” (CAMPOS, 2017, p.1). Nesse momento, o racismo é pautado no comportamento e atitudes de quem faz, ou seja, o que conhecemos como racismo “escrachado” onde o negro é impedido de ir e vir. “Por fim, a terceira abordagem crê que o racismo teria assumido características mais sistêmicas, institucionais ou estruturais atualmente” (CAMPOS,

2017, p.2), e hoje, essa é a forma mais usual de preconceito de cor e racismo na sociedade, quando é imperceptível aos olhos e somente sentido por quem sofre.

Note-se, contudo, que essas três abordagens não são propriamente escolas de pensamento ou correntes teóricas. Os autores e autoras que se dedicam ao tema raramente conseguem se manter fiéis a uma dessas qualificações do racismo, mesclando princípios de duas ou mais dessas abordagens. Suas divergências são mais de ênfase do que ontológicas, expressando mais formas diferentes de “enquadrar” (Entman, 1993, p. 52) os elementos que compõem o fenômeno do que realidades distintas. Em outros termos, mais do que caracterizar o fenômeno descrevendo-o de formas diametralmente opostas, essas abordagens teóricas se distinguem ao atribuírem a um desses três elementos (ideologias, atitudes e estruturas) poderes causais superiores. (CAMPOS, 2017, p.2)

Blank, Dabady e Citro (2004) identificam quatro formas de racismo que mostram independência entre as três categorias antes mencionadas, sendo elas classificadas como: preconceito indireto, respostas automáticas, orientação ambígua e orientação ambivalente.

O preconceito indireto é percebido quando a justificativa é o desvio da atenção para outras características, ou seja, quando um homem evita mulheres negras dizendo que preferem magras ou gordas, tentando deixar de lado a raça, e chamando a atenção para outros fatores. Nesse caso, um preconceito racial indireto. Outro exemplo são as chamadas respostas automáticas, quando acontecem atitudes racistas seguido de uma reação emotiva, demonstrando não ter sido intencional e de forma inconsciente, como por exemplo, perguntar se um negro prefere banana por ser a comida preferida de um macaco, e argumentar dizendo “que não foi a intenção”. O terceiro tipo de racismo é orientação ambígua, quando o grupo privilegiado desvia o foco da reação racista no objetivo de se preservar, como, por exemplo, mudar de calçada quando preconceituam “pessoas marginalizadas”, baseando-se através de estereótipos. Por último, e não menos importante, orientação ambivalente, que refere-se ao tratamento diferente de raças pelo mesmo grupo, podemos citar como exemplo, líderes que ajudam mais determinados grupos dizendo ter empatia, a fim de mascarar a aversão aos outros.

Todas essas formas de racismo presentes na sociedade são sentidas em todas as classes e regiões. Podemos analisar os meios de comunicação, mais especificamente a televisão brasileira, apesar de que, nos últimos anos, por força da

pressão social, há muitas mudanças na inserção da representação do negro nos espaços midiáticos. Obviamente ainda é pouco, pois é importante ressaltar a visão deturpada do negro na estética e no intelecto, sendo na maioria das vezes aparecendo como subalterno ou de forma secundária.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito a diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão das minorias [...]. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é mesmo? Brancos não, são individualidades, são múltiplos, complexos e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenotípico, em que se valoriza a diversidade da branquitude [...] A branquitude é, portanto, diversa e policromática. A negritude, no entanto, padece de toda sorte de indagações. (CARNEIRO, 2011)

Carneiro (2011) reflete sobre a falta de representatividade dos negros em sua pluralidade, onde a maioria dos negros introduzidos nos elencos em minorias são retintos, e muitos estereotipados. Ou seja, em um local com muitos brancos em suas pluralidades (com corpos e cabelos em tons e tipos diferentes), há de se observar um único negro retinto representando toda uma população, tendo como foco o desvio da acusação de falta de diversidade.

Saffioti (2015) afirma que, embora não muito mencionado, racismo e sexismo caminham juntos na história da mulher. Como os homens negros no período escravocrata eram destinados ao trabalho braçal, as mulheres serviam para três propósitos: reproduzir, constituir a força de trabalho e prestar serviços sexuais.

Esta constitui uma prova cabal de que o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita. (SAFFIOTI, 2015, p.133)

De acordo com Hooks (2014) os homens negros lutavam pela igualdade racial enquanto as mulheres brancas pelos seus direitos feministas. Logo, as mulheres negras por ora não representadas, não podiam escolher em qual lado

apoiar, pois não eram beneficiadas em nenhuma das partes, onde, caso entrassem numa briga ao lado das mulheres brancas que lutavam pelo feminismo dispensariam a luta contra racismo, apesar de não levarem tanto em consideração os malefícios do sexismo, prezavam pela sua liberdade. Aceitando e determinando que o sexismo é um fardo comum a todas as mulheres, as negras entenderam que estariam livres se dessem foco a luta contra o racismo. Dessa forma, na visão de Hooks (2014), sendo estabelecido que “a mulher branca pode ao menos alegar para si a sua própria emancipação; as mulheres negras duplamente escravizadas podem, senão sofrer, lutar e ser silenciosas.” (HOOKS, 2014, p, 5)

As mulheres negras contemporâneas não se podiam juntar para lutar pelos direitos das mulheres porque nós não víamos a “natureza feminina” como um aspeto importante da nossa identidade. A socialização racista, sexista condicionou-nos a desvalorizar a nossa feminilidade e a olhar a raça como o único rótulo importante de identificação. (...)nós agarramo-nos à esperança de que a libertação da opressão racial seria tudo o que era necessário para sermos livres. Nós éramos a nova geração de mulheres negras que foram ensinadas a submeterem-se, a aceitarem a inferioridade sexual e a serem silenciosas. (HOOKS, 2014, p. 5)

As negras vivenciaram coações em todos os espaços que se inseriam, dos homens brancos que detinham o poder perante todos os outros, dos homens negros, que apesar de lutarem pela raça mantinham os valores patriarcais, e das mulheres brancas que, por sua vez, inibidas de poder por seu gênero, as oprimiam pelo privilégio de sua cor.

Hooks (2014) acredita que foi o movimento feminista, por ora defendido por mulheres brancas, que fantasiou a experiência de vida das mulheres negras, diminuindo a opressão sofrida, e enaltecendo-as como mulheres fortes, argumentando assim somente a questão racial, e esse pretexto se reflete até hoje na sociedade moderna, manipulando a “força” como glória:

Usualmente, quando as pessoas falam da “força” das mulheres negras elas referem-se à forma pela qual elas percebem como as mulheres negras lidam com a opressão. Elas ignoram a realidade de que ser forte perante a opressão não é o mesmo que superar a opressão, que a sobrevivência não é para ser confundida com a transformação. (HOOKS, 2014, p. 8)

Quando as mulheres brancas descartavam tarefas e deveres obviamente femininos, esses, ficavam para as mulheres de cor, principalmente a maternidade, segundo Hooks (2014, p.8) “Nós parecemos ser unanimemente eleitas para sermos instaladas nos locais que as mulheres brancas abandonaram”. A questão da força das mulheres negras se sobrepõe ao poder de suportar “cargas”, e a sua crescente utilização do corpo como objeto sexual. “Ninguém se preocupou em discutir a forma como o sexismo operava em ambas independentemente e simultaneamente o racismo na nossa opressão” (HOOKS, 2014, p.8). A dupla opressão sofrida pelas mulheres negras não era discutida por nenhuma das forças de gênero e racismo, onde um só cabia tratar das mulheres brancas e, conseqüentemente, o racismo sofrido pelos homens negros:

Éramos raramente reconhecidas como um grupo separado e distinto dos homens negros, ou como uma parte presente de um grupo “maior” de mulheres desta cultura. Quando o povo negro é falado o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. Quando as mulheres são faladas o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos homens negros; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres brancas. (HOOKS, 2014, p. 8)

Por conta dessa falta de visibilidade para com as mulheres negras na luta pelo seu espaço, feministas negras buscaram/buscam teorias que embasem o reconhecimento das diversas opressões sofridas por esse grupo.

É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específicas das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e a sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (CARNEIRO, 2011, p. 121)

Como ressaltamos, apesar de racismo e sexismo caminharem juntos, o feminismo defendido por mulheres brancas, primeiramente, não se preocupavam com as mulheres negras, pois estavam focadas em se desligar do patriarcado. Visto

isso, poderemos entender as questões relativas à busca da emancipação da mulher na história da sociedade brasileira, a seguir.

1.2- Relações de gênero e poder

Desde a publicação de “O segundo sexo – fatos e mitos”, de Simone de Beauvoir, os estudos de gênero assumiram lugares de destaque. Para além do feminismo, a discussão sobre o que é ser mulher na sociedade capitalista ocidental gera dissenso e, para Beauvoir (1970), uma relação de poder define a mulher como “o outro”, pois observando toda a análise feita pela autora, tendo como base primária a biologia, a distinção do sexo “fêmea e macho” traz à tona uma análise histórica de um sexo oposto ao esperado – o homem – sendo a mulher sempre vista pela forma física inferior e frágil e assim foi/é subjugada e denominada para servir. Sendo assim a autora defende que a humanidade é comandada pelo homem, e ele é quem dita as regras até para as mulheres, que desta forma não podem ser consideradas seres com autonomia. Com isso, a sociedade testemunha a naturalização da serventia do sexo feminino perante o masculino:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

A partir da busca do entendimento da subjetividade da mulher perante o homem, Beauvoir analisa que esse feito, na maioria dos episódios, é aceito de uma forma inevitável, pois a mulher se não subordinada ao pai, seria a seu marido: “O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana” (BEAUVOIR, 1970, p. 13) e, desta forma, além de aceitar a submissão, torna-se cúmplice quando transfere esse culto de preservação de poder do homem para seus filhos, ensinando os comportamentos sociais do homem e da mulher.

Ainda na concepção de Beauvoir (1970), mesmo que a mulher faça parte e que sua trajetória seja indispensável na história humana, essa foi escrita pelos

homens e, ainda que tenham muitas conquistas, o crescimento social que as mulheres tiveram e alcançaram, só foi aceito com o consentimento dos homens. “A ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam” (BEAUVOIR, 1970, p.15-16)

Buscando a compreensão do que é ser mulher, Beauvoir (1970, p.307) ressalta que na visão do homem, ser mulher é saber se enxergar e se aceitar como o outro “não basta ter um corpo de mulher, nem assumir como amante, como mãe, a função de fêmea para ser "uma mulher de verdade"; através da sexualidade e da maternidade, o sujeito pode reivindicar sua autonomia”. Porém, na ótica feminina, esse entendimento ainda é um mistério, onde a se definir pode ser intrincado:

Seu destino fisiológico é muito complexo; ela mesma o suporta como uma história estranha; seu corpo não é para ela uma expressão clara de si mesma; ela sente-se nele alienada; o laço que em todo indivíduo liga a vida fisiológica à vida física, ou para melhor dizer, a relação existente entre a facticidade de um indivíduo e a liberdade que a assume, é o mais difícil enigma implicado pela condição humana: é na mulher que esse enigma se põe da maneira mais perturbadora.(BEAUVOIR, 1970, p.303)

Apesar da luta do movimento feminista e dos avanços em relação às mulheres, o cotidiano ainda demonstra inúmeras dificuldades em torno dos direitos, qualidade de vida, acessos aos bens culturais e de capital, combate à violência contra o feminino, entre outros. A busca da autonomia das mulheres ainda está em transição. A sociedade ainda não consegue desassociar a mulher do feminino, como se todas as mulheres fossem obrigadas a serem femininas e terem comportamentos já preestabelecidos, trazendo assim muitas discussões acerca da construção do conceito de gênero.

Diante de toda essa explanação contemporânea de como foi/é ser mulher na sociedade patriarcal, na qual sempre estivemos inseridos, Beauvoir (1967, p.9) em sua segunda publicação “O Segundo Sexo – A experiência vivida” traz outras reflexões acerca do tema, destacando a identidade feminina como um gênero, sendo esse uma condição de escolha pessoal.

Ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, a autora empenha-se em buscar um modo de acabar com o mito da “feminilidade”, defendendo que é

errônea a designação do gênero através da explicação biológica atrelado ao sexo. Na concepção de Beauvoir (1967) devemos considerar para a definição de mulher, a escolha do gênero a partir do entendimento da mesma sobre a sua identidade sociocultural.

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Neste sentido, é importante chamarmos a atenção para a distinção entre sexo, gênero e sexualidade. Segundo a concepção de Beauvoir (1967) a definição de sexo seria totalmente biológica, onde ao nascer somos classificados pelo órgão genital em masculino ou feminino; já o gênero é socialmente construído dependendo da cultura e entendimento de cada sujeito, ou seja, com a evolução do nosso corpo escolhemos ou não tornasse mulher, e a sexualidade remete as relações afetivas que o sujeito venha a escolher, não necessariamente tendo de ser com o oposto de seu sexo ou gênero.

Ao nascer, o sujeito deve seguir os padrões de normas e comportamentos aceitáveis para o seu sexo. Porém, para tornar-se mulher, devem-se integralizar características que a sociedade associa em ser feminina. Não obstante, Beauvoir (1967) enfatizou que desconstruir o “papel da dama” é necessário para que a sociedade deixe de vê-la como “o segundo sexo” e com subjetividade:

As mulheres de nossos dias estão prestes a destruir o mito do "eterno feminino": a donzela ingênua, a virgem profissional, a mulher que valoriza o preço do coquetismo, a caçadora de maridos, a mãe absorvente, a fragilidade erguida como escudo contra a agressão masculina. Elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres num gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina. (BEAUVOIR, 1967, p. 2)

Beauvoir propôs em suas teorias um novo papel da mulher na sociedade, sendo esse de escolha pessoal, onde o comportamento deveria ser da forma que ela quer que seja visualizada, sem a necessidade de subordinação e sem interferência social.

Somente depois de feito o balanço dessa pesada herança do passado, poderá a mulher forjar um outro futuro, uma outra sociedade em que o ganha-pão, a segurança econômica, o prestígio ou desprestígio social nada tenham a ver com o comércio sexual. (BEAUVOIR, 1967, p. 2)

Neste sentido, na contemporaneidade, Judith Butler acrescenta significativamente as interpretações que possamos ter do conceito mulher. Apesar de dialogar com Beauvoir sobre a construção social do gênero, Butler questiona o conceito de sexo, demonstrando que o mesmo assim como o gênero é uma construção social, e também sugere a renovação do feminismo generalizando a “mulher” como sujeito de uma forma singular:

(...) há o problema político, que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. A invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade. (BUTLER, 2016, p.20)

Butler (2016) descreve a preocupação de como é interpretado o termo “mulher”, sendo esta uma especificidade construída socialmente para o feminino. Portanto, na concepção de Butler, o feminismo deveria deixar claro todas as formas de representação de mulher, ou seja, qualquer sujeito que se define como “mulher” independente do sexo:

(...) é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminina da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (...) talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminina que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político. (BUTLER, 2016, p.25)

Partindo do pressuposto que o sexo é biológico e o gênero uma construção social para Beauvoir, Butler diverge do conceito decorrido, afirmando que não há

diferenças entre um e outro. Ou seja, o sexo e o gênero no entendimento da autora caminham juntos e ambos são construções socioculturais.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2016, p.27)

Butler (2016, p.26) contesta o sexo como binário⁸ (masculino e feminino) “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois”, justificando que, dessa forma, o gênero fica sempre atrelado ao sexo, uma vez que a construção do homem não necessariamente se apresenta somente em um corpo masculino, assim como a construção de mulher não pode ser delimitada apenas ao corpo feminino.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2016, p. 26)

Butler (2016) não só critica o apego da sociedade aos termos utilizados para designar condutas e qualificar comportamentos das pessoas, a autora não sente necessidade em dissociar gênero de sexo, questionando assim a heteronormatividade e o binarismo como verdade absoluta, pois ao longo do tempo, era tido como único e, portanto, idealizado como correto pela sociedade.

A autora enfatiza que a classificação através do gênero é uma invenção humana, principalmente quando nos deparamos com as questões comportamentais designadas para cada gênero. O gênero é um elemento sociocultural utilizado como forma de organização social. Para Butler (2016, p. 142) “gênero é um modo

⁸Binário é o adjetivo masculino que indica algo que tem duas unidades ou algo que é composto por dois elementos de informação. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/binario/>> . Acesso em: 04 abril de 2019.

contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo”.

Também questionando a heteronormatividade, Wittig (2018) reflete sobre o discurso entre homens e mulheres, sendo as lésbicas o sujeito emancipador, defendendo por sua vez que a sociedade lésbica destrói o fato social de constituir mulheres como um grupo natural, onde a naturalidade seria aceitar a natureza que foi determinada para esse grupo, como, por exemplo, a gestação.

Enquanto nós formos “incapazes de abandonar por vontade ou impulso um compromisso vitalício e secular de ver a gravidez como um ato criativo feminino”, ganhar controle sobre a produção de filhos irá significar muito mais do que o mero controle dos meios materiais dessa produção: as mulheres terão que se abstrair da definição “mulher” que lhes é imposta. (WITTIG, 2018, p.85)

Do ponto vista histórico, algumas autoras feministas chamaram a atenção para a construção da categoria de gênero e sua relação com o patriarcado, entre as quais Joan Scott e Heleieth Saffioti contribuíram com suas interpretações sociais sobre essa categoria.

Segundo Scott (1989, p.23) “o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”, assim contestando Beauvoir e Butler, afirmando que ambas seguiram duas linhas limitadas de pesquisa. Uma, que é a descritiva, onde não se tem uma interpretação clara e sem uma causa específica, e a outra, de ordem causal, que busca fenômenos da natureza para explicar certas teorias:

Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais: estas minam não só o sentido da complexidade da causalidade social tal qual proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança. Um exame crítico destas teorias mostrará os seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa (SCOTT, 1989, p. 6)

Para Scott, gênero é uma categoria de análise, sem coerência ou algum tipo de clareza, onde sempre poderá ser questionado. A autora buscou interpretações na história, onde iniciou a utilização do termo.

Scott (1989) afirma que o uso do termo “gênero” passou a substituir a palavra “mulher” para que não delimitasse a figura feminina como interpretação. Dessa forma, inibe assuntos como desigualdade e poder, sendo assim, ficando livre das “imposições” do feminismo. Ou seja, o gênero era usado para atender mulheres sem citá-las, incluindo-as de uma forma mais abrangente e neutra.

Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (SCOTT, 1989, p. 6)

Em contrapartida, o uso do “gênero” como neutro pode interpretar também o estudo dos homens, fazendo assim uma conjunção do masculino e feminino em um só termo, onde não podemos estudar uma categoria sozinha. Scott (1989, p.7) afirma que “o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”, defendendo a ideia do construto social aceitável pela sociedade para justificar as especificidades de cada sexo

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p.7)

A tentativa de conceituar gênero para Scott (1989) é assumir um lado ao qual se pretende defender, pois para um teórico pode ser algo relativo ou perceptível e para outros são posturas aceitáveis ou construídas. A conclusão dessa “diversidade literária” se resume em explicar a desigualdade entre mulheres e homens diante das teorias existentes.

Em outros casos, essa evolução toma a forma de debate teórico entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a ideia de que qualquer realidade é interpretada ou construída; entre aqueles que defendem e aqueles que colocam em

questão a ideia de que o “homem” é o senhor racional do seu próprio destino. (SCOTT,1989, p.20)

Apesar de ter a concepção de que o gênero é uma categoria de análise e ainda assim afirmar que o mesmo está elencado nas relações de poder, Scott (1989) concorda ‘em partes’ com alguns autores sobre a construção social de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989, p.21)

Já Saffioti (2015) entende que cada autor evidencia o gênero de acordo com o campo da disciplina no qual está inserido. A autora afirma que há uma conformidade entre os teóricos em relação à construção social do gênero, além de coincidir com Scott nas relações de poder atrelado a uma categoria de análise - apesar de enfatizar que não se resume somente a essa temática- e categoria histórica:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico; como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva, como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades; como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher etc. (SAFFIOTI, 2015, p.47)

Demonstrando a associação, por ela feita, do gênero com o patriarcado⁹, Saffioti (2015) afirma que o homem é quem está no topo do poder, além de atrelar raça e classe. No caso, quem não tiver um desses “privilégios sociais” acaba por ser inferior hierarquicamente: “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra

⁹Patriarcado é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político. (SAFIOTTI, 2015, p. 55)

que o poder é macho, branco e, de preferência heterossexual”. (SAFFIOTI, 2015, p.33)

Trazendo exemplos sociais cotidianos de superioridade do homem em relação a mulher até mesmo quando a inferioridade parte do lado masculino, Saffioti (2015) ressalta:

Há mais homens estéreis que mulheres. O sexismo contudo, trata de ocultar esse fato, sendo responsável pela suspeita de que sempre se pode imputar a esterilidade a elas. Tanto assim é que, nos casais sem filhos, é sempre a mulher que se submete a exames de fertilidade. Só depois que esta fica provada, o homem se dispõe a procurar um andrologista ou urologista. Comprovada a esterilidade masculina, em geral, a mulher é proibida de divulgar este resultado. A falha, no homem, deve continuar oculta. Isto é puro machismo, porquanto a esterilidade não impede o homem de ter excelente desempenho sexual. (SAFFIOTI, 2015, p.34)

Saffioti (2015) enfatiza que os homens invejam a capacidade da mulher gerar uma vida no qual independe deles, pois essa é a única característica feminina que o homem não pode cientificamente realizar:

Capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento dos fetos e, ainda, fabricar internamente leite para alimentar os bebês, eram consideradas seres poderosos, mágicos, quase divinos. Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescindível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida, mas persistiu a inveja de dar à luz novas criaturas. (SAFFIOTI, 2015, p.35)

Saffioti (2015) acreditava que pela circunstância das mulheres serem socialmente inferiores aos homens, e nesse alicerce de poder que estipulam padrões a serem seguidos por ambos os sexos, assumidamente, muitas delas aceitam seu lugar nessa hierarquia social e, também, buscam realizar, ensinar as outras e às crianças o lugar somente feminino criado pela cultura e assim projetam machismo.

Entre as mulheres socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, as mulheres, é pequena a proporção destas que não

portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. (SAFFIOTI, 2015, p.37)

Apesar da dissidência, Saffioti (2015) acredita que o conceito de gênero não declara desigualdade entre homens e mulheres, e que essa escala de poder é uma suposição, além de afirmar que gênero é uma representação social do homem e da mulher, sempre privilegiando a relação heterossexual e não considerando as diversas possibilidades de gênero.

Embora aqui interprete gênero também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações dessas duas categorias sexuais, ressalta-se a necessidade de ampliar esse conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher, como, aliás, já se mencionou. (SAFFIOTI, 2015, p.74)

Sabendo que o poder é masculino e que a mulher é inferiorizada socialmente nas relações de gênero compostas pelas categorias sexuais, os estudos de gênero, atrelados a outros elementos, como o racismo, deixam o cenário social das mulheres ainda mais difícil.

Com a dificuldade da academia em enxergar as mulheres negras como uma categoria de análise única por conta de sobrecarga da fusão do racismo e sexismo, percebe-se a importância da Interseccionalidade: que surgiu como uma crítica feminista negra às leis antidiscriminação concedido às vítimas do racismo patriarcal.

1.3- Interseccionalidade

O termo Interseccionalidade foi desenvolvido pela socióloga afro americana Kimberlé Crenshaw (1989) a fim de evidenciar múltiplas opressões sofridas particularmente pelas mulheres negras. O conceito de interseccionalidade enfatiza que uma pessoa de um determinado grupo de minoria pode agrupar diversas repressões causadas pelas estruturas de poder. Ou seja, os grupos podem não ser distintos, assim se sobrepondo e agrupando questões de etnia, raça, crença, sexo,

gênero, classe entre outros. Como podemos ver no trecho a seguir retirado de uma entrevista da autora ao site da Faculdade de Direito de Columbia:

A interseccionalidade é uma lente através da qual você pode ver onde o poder vem e colide, onde ele se interliga e intercepta. Não é simplesmente que há um problema de raça aqui, um problema de gênero aqui e um problema de classe ou LGBTQ. Muitas vezes essa moldura apaga o que acontece com as pessoas que estão sujeitas a todas essas coisas. (tradução nossa)¹⁰

A autora declara que a discriminação interseccional funciona excluindo as sobreposições que uma pessoa pode sofrer, e teve como ponto de partida a análise sobre um processo judicial contra a empresa General Motors, onde mulheres negras americanas argumentavam que a empresa não contratava mulheres negras:

Foi um processo movido pela empresa De Graffen Reed contra a General Motors, nos Estados Unidos. Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras. (CRENSHAW, 2004, p.10; 11)

De acordo com Crenshaw (2004), os empregos para negros eram braçais, logo as mulheres não poderiam ocupar, sobrando para elas a parte administrativa, como atendimento e escritório, que por sua vez eram ocupados por mulheres brancas e, dessa forma, não havia espaço para as mulheres negras na empresa.

Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. O problema é que o tribunal não tinha como compreender que se tratava de um processo misto de discriminação racial. O tribunal insistiu para que as mulheres provassem, primeiramente, que estavam sofrendo discriminação racial e, depois, que estavam sofrendo discriminação de gênero. (CRENSHAW, 2004, p.10; 11)

¹⁰Original do inglês: Intersectionality is a lens through which you can see where power comes and collides, where it interlocks and intersects. It's not simply that there's a race problem here, a gender problem here, and a class or LGBTQ problem there. Many times that framework erases what happens to people who are subject to all of these things. Entrevista disponível em: <<https://www.law.columbia.edu/pt-br/news/2017/06/kimberle-crenshaw-intersectionality>>.

Para Crenshaw (2004) as afro americanas teriam que provar que estavam sofrendo tais discriminações, fazendo-as lançar provas, quanto à raça, e depois quanto ao gênero, que separadamente não teve fundamento, uma vez que, quanto à raça, havia negros trabalhando (homens), e, quanto ao gênero, havia mulheres trabalhando (brancas). As intersecções entre raça e gênero não foram levadas em conta pelo tribunal.

Diante do exposto, podemos afirmar que a interseccionalidade é a forma de enxergar o conjunto de questões que uma só pessoa pode sofrer, não delimitando-as, como, por exemplo, o feminismo, que trata das questões da mulher, onde, porém, ela pode ser, negra, imigrante, pobre, lésbica, deficiente, e assim sucessivamente, trazendo pontos de intersecção dos vários grupos em que ela está inserida. Dessa forma, essa mulher não pode ser vista num todo com seus problemas somente de gênero, é necessário saber a quem estamos nos referindo, como ressalta a autora no trecho abaixo:

As feministas brancas contemporâneas herdaram não o legado do verdadeiro desafio ao patriarcado, mas, em vez disso, o real desafio aos seus antepassados. Ainda hoje, a dificuldade que as mulheres brancas têm tradicionalmente experimentado em sacrificar o privilégio racial para fortalecer o feminismo as torna suscetíveis à questão crítica da verdade. Quando a teoria feminista e a política que alegam refletir a experiência das mulheres e as aspirações das mulheres não incluem nem falam com as mulheres negras, as mulheres negras devem perguntar: "Nós não somos mulheres?" Se é assim, como podem as alegações de que "as mulheres são", "as mulheres acreditam" e "as mulheres precisam" quando tais alegações são inaplicáveis ou não respondem às necessidades, interesses e experiências das mulheres negras? (CRENSHAW, 1989, p. 154) (tradução nossa)¹¹

¹¹ Original do inglês: Contemporary white feminists inherit not the legacy of Truth's challenge to patriarchy but, instead, Truth's challenge to their forbearers. Even today, the difficulty that white women have traditionally experienced in sacrificing racial privilege to strengthen feminism renders them susceptible to Truth's critical question. When feminist theory and politics that claim to reflect women's experience and women's aspirations do not include or speak to Black women, Black women must ask: "Ain't We Women?" If this is so, how can the claims that "women are," "women believe" and "women need" be made when such claims are inapplicable or unresponsive to the needs, interests and experiences of Black women?

A mulher negra, só por existir, já carrega consigo uma dupla problemática social, de raça por conta do racismo, e o de gênero em decorrência do sexismo. Se estiver inserida na classe social que é a da maioria da população negra, é pobre, e dependendo de suas escolhas afetivas pode agregar em mais minorias, como o grupo LGBTQ, dentre outras categorias.

A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2018, p.14)

Os grupos sociais militantes tendem a ter dificuldades em distinguir outros tipos de opressões sofridos pelos seus aliados das quais não sofrem. Dessa forma, não conseguem inserir outras pessoas do grupo com diferentes intersecções, como por exemplo, homens negros que lutam pelo antirracismo. Não conseguem visualizar o machismo que as mulheres que também são negras sofrem, e assim lutam por causas no qual essas mulheres são excluídas.

A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instância de direitos humanos se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. (AKOTIRENE, 2018, p.54)

De acordo com Akotirene (2018) a importância do pensamento interseccional apontada por Crenshaw traz à tona a possibilidade de inclusão das mulheres negras nas pautas dos movimentos feministas e antirracistas: “A Interseccionalidade nos mostra como e quando as mulheres negras são discriminadas, e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos.” (AKOTIRENE, 2018, p,58).

Não podemos limitar o conceito de interseccionalidade apenas para valores identitários, antes de qualquer coisa, devemos entender que o conceito preza pela interação estrutural e seus efeitos políticos e legais.

Crenshaw (1989) retrata inicialmente a problemática enfrentada pela mulher negra no campo jurídico ao tentar ser vista por duas vertentes: racismo e sexismo.

Constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação as mulheres brancas, em um menor índice de casamentos e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 127)

A Interseccionalidade serve de base para que movimentos sociais não tratem separadamente questões de raça, classe e gênero, pois são indissociáveis. As mulheres negras sendo avaliadas por esse parâmetro de agrupamento de opressões, tornam-se cada vez mais solitárias.

No próximo capítulo mostraremos pontualmente as principais questões que envolvem a vida social das mulheres negras em diversas esferas como: identidade, sexualidade, cultura, economia, afetividade, dentre outros.

2 A solidão da mulher negra

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre as variadas formas de “solidão” sob as quais as mulheres negras estão expostas. O principal objetivo é compreender, sob a perspectiva interdisciplinar, como as mulheres negras se posicionam ou estão submetidas à “solidão” nos campos das relações de gênero, racial, emocional, econômica e social.

Mulheres e homens são levados a acreditar que os papéis sociais de cada gênero estão definidos devido aos mais variados motivos, principalmente o lugar da mulher na estrutura social. Para Pierre Bourdieu, por exemplo, o determinismo biológico ainda é observado na sociedade no ato da divisão entre os sexos. Esta divisão, tomada como “ordem natural das coisas” e, portanto, inevitável, está, para Bourdieu (2012):

... presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção de pensamento e de ação. (p.17)

A situação das mulheres é ainda mais grave quando nos referimos às mulheres negras, pois além de toda a questão de gênero presente, estamos diante da questão racial, o que deve ser considerado em uma sociedade racista e que perpetua costumes do período colonial, baseado na escravização.

O racismo, somado às questões de gênero, faz com que as mulheres negras experimentem uma situação social distinta das outras mulheres, especificamente da sociedade brasileira. Em geral, essas mulheres convivem com diversos problemas em seu cotidiano. Mas o que nos chama atenção é a questão da solidão destas mulheres. Não só a solidão amorosa, mas também a falta de uma vida social, com amigos, devido às diversas consequências estabelecidas no decorrer de suas vidas como mulheres negras, especialmente, as mulheres negras pobres¹².

“As mulheres negras são objetificadas e hipersexualizadas. São corpos sexuados e não afetivos” (PACHECO, 2013, p. 28) Com isso, e devido a outros

¹²Esta questão está salientada no capítulo 3, p.104.

fatores históricos, sociais, econômicos, etc., elas sofrerão a solidão amorosa devido a reprodução do discurso racista, em razão à objetificação do seu corpo, que pautará, inclusive, as atitudes dos homens negros em suas escolhas de relacionamentos¹³.

Em uma matéria da Revista Fórum, foi apresentada uma estatística do IBGE que mostra que mais de 52% das mulheres negras não vive nenhum tipo de união, independentemente de seu estado civil.¹⁴ Além disso, a dificuldade em conseguir encontrar parceiros fixos influenciará em diversas outras questões, que podemos verificar ao pesquisar sobre a solidão das mulheres negras, como, por exemplo, o alto número de mães solteiras, de mulheres negras chefes de família e a consequente dificuldade para conciliar estudos, trabalho, maternidade e vida social (amizades e namoros)¹⁵.

2.1 Sobre ser mulher negra

Ao observarmos a dinâmica social, em geral as mulheres apresentam-se com maior vulnerabilidade em várias instâncias. Ainda pautados nas construções históricas dos papéis sociais a serem assumidos por homens e mulheres, ser mulher faz parte de uma dimensão complexa. Tal complexidade evidencia-se tanto do ponto de vista biológico como no aspecto interseccional e identitário no que diz respeito ao gênero (mulheres trans. por exemplo), raça, classe, entre outras.

Para analisarmos a trajetória da mulher negra no Brasil temos que demonstrar marcos históricos desde os tempos de escravidão. Subscrever o que é ser mulher negra na sociedade, é ter que se preocupar para além do machismo e sexismo, é unir o racismo à essas opressões e relembrar as problemáticas passadas que estruturalmente ainda se fazem presente.

¹³ “(...) a resposta de homens negros ao racismo, mormente dos que conquistaram uma posição social e/ou econômica privilegiada, foi o casamento com mulheres loiras. Se eles são socialmente inferiores a elas em razão da cor de sua pele e da textura de seus cabelos, elas são inferiores a eles na ordem patriarcal de gênero. Resultado: soma zero. Transformaram-se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdade. Ocorre que isto tem consequências. **Há um contingente de mulheres negras que não têm com quem se casar.** Como os negros branqueados pelo dinheiro se casaram e ainda se casam com brancas, em função de uma equalização das discriminações sofridas, de um lado, pelos negros, de outro pelas mulheres brancas, em função de seu sexo, não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos (...)”(grifo nosso) (SAFFIOTI, 2015, p. 33)

¹⁴ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/semanal/a-solidao-tem-cor/> Acesso em: 20/12/2017.

¹⁵ Ver PACHECO, 2013.

Angela Davis é uma das autoras mais influentes ao tratar da trajetória da vida de mulheres negras nos Estados Unidos. Podemos observar grandes semelhanças da era escravocrata americana comparando com o Brasil, mesmo sabendo que este foi o último país a abolir a escravidão. A naturalização do racismo na sociedade brasileira nos mostra que os resquícios da escravidão ainda se fazem muito presentes.

Davis (2016) foi pioneira na temática de gênero e raça, em seu livro “Raça, classe e gênero”, publicado originalmente em 1981. Nesta obra, ela retrata o processo de escravidão nos Estados Unidos, com o olhar diferenciado sobre a mulher escrava e seu papel social como mulher negra, que não se enquadrava na vida das “mulheres num geral”, pois eram vistas como anormais. As mulheres brancas contemporâneas eram esposas, mães e donas de casa, e as negras trabalhavam em tempo integral como os homens, e sendo assim, não exerciam o papel feminino, ou seja, o mesmo desempenhado pelas mulheres brancas. Para além de trabalho, as negras eram exploradas em uma via de mão dupla. Quando lucrativo, eram vistas como homens, e, quando interessante ou necessário, eram reprimidas na pior condição de ser mulher, sendo abusadas sexualmente.

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhavam pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS,2016, p. 25)

A autora discute muitas variáveis e diferenças sobre as mulheres em muitos aspectos, como o ato de gerar vidas, que para as brancas, era o ápice da feminilidade, e, para as negras, um processo de produção de mão de obra. Portanto, na gravidez, as brancas eram bajuladas e as negras trabalhavam pesado e eram castigadas como os homens. Nas questões de pertencimento, em relação às duas

categorias de mulheres presentes na contemporaneidade, as mulheres brancas não aceitavam seu papel inferior de dona de casa e era justamente nesse papel que a mulher negra se sentia humana.

Apesar de Davis (2016) ressaltar que “faltam pesquisas no contexto histórico que enfatizam o papel da mulher negra no âmbito familiar na escravidão.” (p. 33) na vida doméstica, era onde as escravas e seus companheiros poderiam ser quem queriam, era o espaço onde vivenciavam suas experiências como seres humanos, a igualdade sexual imperava e juntos na senzala eles realizavam trabalhos para si e sua comunidade, não servindo para engradecer aos senhores.

No infinito anseio de prover as necessidades de homens e crianças ao seu redor [...], ela realizava o único trabalho da comunidade escrava que não podia ser direta ou imediatamente reivindicado pelo opressor. Não havia compensações pelo trabalho na lavoura, que de nada servia aos propósitos dos escravos. O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade. (DAVIS, 2016, p. 33)

Mesmo sabendo que o processo de escravidão na América e no Brasil tem contextos diferentes, sendo abolida a escravidão no Brasil somente anos depois, percebemos que as opressões oriundas do papel da mulher escravizada americana, não diferem muito do da brasileira.

No Brasil, de acordo com Pereira (2012), os escravos faziam parte do processo produtivo do país, e eram tratados como “coisa”, e o tratamento para com as mulheres negras não era diferente. Pelo contrário, essas somavam mais opressões por conta do sexismo.

As mulheres negras escravizadas, por sua vez, sofriam outras opressões de seus trabalhos, que, essas eram exploradas dentro de uma sociedade patriarcalista do escravagismo brasileiro, e eram submetidas ao trabalho de empregadas, mães-pretas e tratadas como “objeto sexual” – também como papel primordial na reprodução biológica de escravos (PEREIRA, 2012, p. 36 *apud* GIACOMINI, 1988, p.49)

Para a manutenção do sistema escravagista, apesar dos filhos de escravos já nascerem sendo posse do colonizador, era necessário esperar pelo menos dezesseis anos para que o menor se tornasse produtivo, diferentemente da menina negra, que bem antes dos dezesseis já poderia ajudar dentro das casas coloniais nos afazeres domésticos de acordo com Pereira (2012).

Para a mulher negra escravizada, até os poucos direitos que lhes restava foram renegados. Pois, na concepção de Pereira (2012), nem os privilégios da Lei do Ventre Livre de 1871¹⁶ as escravas obtiveram, já que a exploração sexual dentro da lógica escravagista fazia parte da função e condição de escrava, desvalorizando sua condição humana como indivíduo.

Para a mulher negra, em sua condição de escrava, não foi diferente, pois o papel social desenvolvido dentro dessa sociedade negou-lhes direitos, como por exemplo, de constituir família, isto é, as imposições de dominação e opressão as impossibilitaram, em muitos casos, de tais privilégios; e também sofriam pela posição de gênero social, enquanto mulher e escrava em uma sociedade patriarcal, além da exploração sexual. (PEREIRA, 2012, p. 37)

Mary Del Priore, em “História das Mulheres do Brasil”, retrata todos os problemas enfrentados pelas mulheres na contemporaneidade. Quando a autora trata da colônia, as mulheres escravizadas entram como parte da história das mulheres brancas, sendo um peso ou um objeto na família tradicional colonial.

Priore (2004) reflete sobre as vestes das mulheres e o conservadorismo patriarcal da década, enfatizando que algumas escravizadas eram bem vestidas, pois as famílias ricas faziam questões de expor riquezas até nas vestes dos seus criados. Porém as pobres usavam apenas saias de chita e blusas de algodão. As escravizadas que precisavam sustentar o lar se prostituíam usando roupas com o corpo a mostra a fim de excitar os homens brancos:

Tal é o caso das roupas usadas pelas escravas que se prostituíam para sustentar seus senhores e que, portanto, tinham de fazer de tudo para atrair homens. Em 1641, por exemplo, os vereadores de

¹⁶ A Lei do Ventre Livre declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil a partir da data da aprovação da lei. Esse instrumento significava, na prática, a abolição gradual da escravidão, pois a geração seguinte nascida no país seria completamente livre. (CARDIA, 2017) Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/736-lei-do-ventre-livre>. Acesso em 07 nov. 2019.

Salvador alarmavam-se com o fato de a cidade estar muito dissoluta no trajo das escravas, que chegavam a tanto com as muitas galas que lhes davam os seus amigos, chegavam a tanto extremo que por elas muitos casados deixavam suas mulheres e a fazenda parecia [...] o que se podia atalhar com lhes limitar o trajo. Tempos depois, em 1709, o fato chegou a preocupar o próprio rei, que, sabendo da “soltura com que as escravas costumam viver e trajar nas conquistas ultramarinas, andando de noite e incitando com os seus trajes lascivos aos homens”, proibiu de todo que elas usassem “sedas, nem de telas, nem de ouro, para que assim se lhes tire a ocasião de poderem incitar para os pecados com os adornos custosos de que se vestem”. (PRIORE, 2004, p. 46)

Como podemos perceber a imagem na mulher negra, retratada na história brasileira, é a do ser sedutor, quase diabólico. “Atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela é irresistível” (CARNEIRO, 2002, p.170). Durante séculos, as negras foram “herança da mulata-hipersexualizadas” (Souza et. all., 744). “Deixamos de ser empregadas domésticas para ser objeto sexual” (Souza et. all., 2016, p. 745).

Não é uma “simples” negra, trabalhadora, explorada, que é a primeira descrita nos romances e na história brasileira, mas a “lendária”:

Xica da Silva, ex-escrava, que só conseguiu fugir de seu destino em virtude de ter encantado um português, contratador das minas de ouro, por meio de seu afeto e sexo (CARVALHO, 2008, p. 49 *apud* CARNEIRO, 2002, p.170).

Perrot (2007) é categórica ao apontar o silêncio existente sobre a história das mulheres, mas ousamos, apontar que esse silêncio é duplamente qualificado. Ou, mesmo, como aponta Britto (1997 *apud* CARVALHO, 2008), tais mulheres sofrem uma tripla discriminação, já que são mulheres, são negras e são pobres, em sua maioria.

Embora o estudo de Fortuna et. all. (2015), seja a partir da empregada doméstica, Carolina de Jesus, que faleceu há mais de 40 anos, percebe-se a contemporaneidade da questão, quando a pesquisadora Ariane Leitão, do Instituto Patrícia Galvão, aponta, categoricamente, a partir dos dados do IBGE de 2013: “No Brasil, a pobreza tem gênero, cor e classe”.

Os dados sobre as mulheres negras são explícitos com relação a situação de subalternidade, que ainda hoje, elas vivenciam no Brasil, mesmo tendo condições de

acesso “iguais” às das mulheres brancas, mas reconhecemos que poucas pesquisas possibilitaram visibilizar a fala dessas mulheres. Sobre esta invisibilidade e aos problemas apresentados, cita-se:

O fenômeno da invisibilidade dos escritores e escritoras negras na literatura brasileira produz um tipo de cegueira paradigmática, conforme atesta Morin (2011), segundo o qual os critérios para o reconhecimento literário são normatizados numa perspectiva de exclusão e marginalização da produção desses escritores e escritoras. [...] Tornar alguém ou um grupo invisível em uma sociedade é uma humilhação social e uma atitude política. No contexto das relações raciais no Brasil, isso implica sua negação indenitária. (FORTUNA et. all., 2015, s.p.)

O racismo, a pobreza, o estigma, marcam a vida dessas mulheres desde a mais tenra infância. Sthefanie Ribeiro, em seu texto nos aponta:

Aos seis anos de idade ela não servia para ser o par de alguém na festa junina. (...) era uma criança negra preterida. Na primeira série, roubavam seu lanche (...) até as amiguinhas cochichavam e falavam das suas roupas, cabelo e cor. Era uma menina negra solitária. Quando todo mundo usava o muro do fundo do colégio para beijar na boca, ninguém queria ficar com ela. Era uma adolescente negra magoada. (...) então pensou em estudar mirando a faculdade, onde pensou que tudo seria diferente. E uma vez na faculdade! Foi desejada, cobiçada, era exótica. (...) era uma jovem negra cansada. E quando não desejava mais nada além de viver a própria solidão, conheceu um homem diferente de todos que cruzaram seu caminho (...) enfim estavam namorando. Quando as pessoas próximas a ele descobriam o namoro, logo tratavam de questionar: – Ela é negra? – Ela é negra?! – Nossa, ela é negra! Ela também era chata – assim os amigos dele rotularam-na: – Chata! – Metida! – Atrevida! – Esnobe! – Feiticeira! – Macumbeira! Toma cuidado com ela! Ela não serve para você! (2017)

Ficam evidentes as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, fazendo com que elas sofram de forma reiterada todo o tipo de preconceito e de estigmatização ao longo de suas vidas, deixando-as marcadas, como nos mostram Souza et. all.

São marcas de dor, de exclusão de dilemas que se comprimem não só no compor negro escravizado, mas também no imaterial, ou seja, no imaginário do negro e da sociedade escravocrata uma condição de subalternidade da etnia da negra na estrutura à época. Em

outras palavras, tais marcas entranham-se na memória individual e coletiva do negro escravizado e da sociedade (2012, p. 132)

Conforme salientado anteriormente, durante a maior parte do século XX, o acesso restrito aos bancos escolares, e a dificuldade de ascender ao campo mais intelectualizado, nos proporcionou leituras sobre a população negra escrita por brancos membros da elite. A partir das últimas décadas do século XX esta realidade apresentou mudanças, e os estudos “descoloniais” tornaram-se presentes, ou seja, um número significativo de intelectuais negros começou a despontar. Em relação às mulheres negras, dos anos 1980 em diante tornaram-se mais evidentes. Relativamente ao feminismo, a discussão tomou novos rumos por parte das mulheres negras, especialmente da segunda onda do feminismo em diante. O argumento era de que não se sentiam representadas pelo feminismo reinante, basicamente liderado por mulheres brancas, intelectuais e de classe média. As mulheres negras também não encontraram lugar de fala dentro do próprio movimento negro, uma vez que os homens não respondiam a contento suas singularidades e especificidades. Assim, o feminismo negro surge como uma dissidência, a construção do lugar de fala das mulheres negras.

Nas duas últimas décadas do século XX houve marcos históricos importantes para a população negra. Podemos presenciar a criação de órgãos, leis, organizações e grupos com intuito de fomentar a igualdade de raças no Brasil a fim de promover a plena cidadania.

Com o alcance desses direitos a população negra pôde perceber uma crescente evolução no que tange a educação e as universidades. Existem muitos historiadores, sociólogos, filósofos que compartilham do anseio de reescrever o percurso dos negros no Brasil, do modo que, enquanto sujeitos críticos e ativos no processo de formação da sociedade, possam ser reconhecidos. Porém, mesmo que a demanda seja crescente em relação à pesquisa e o interesse sobre a história dos negros e seus descendentes, ainda é pequeno o número de trabalhos com o foco de expor e compilar as contribuições políticas e sociais das mulheres negras.

É necessário ressaltar que em sua maioria, a produção acadêmica com interesse na vida e na obra das afrodescendentes foi produzida por “nós mesmas” pesquisadoras negras comprometidas com um grupo

historicamente injustiçado pelas classes dominantes. (GONÇALVES, 2010 apud SANTOS, 2013, p. 165)

Como já ressaltamos, desde a primeira onda do feminismo, mulheres negras já reivindicavam seus direitos, visto que o movimento negro sendo formado por homens negros, enfatizavam a raça, não conseguindo lidar com a pauta sexista, e o movimento feminista formado por mulheres brancas, enfatizando o machismo, não conseguiam criar pautas sobre o racismo sofrido por uma parte do seu grupo. Assim, as negras contemporâneas buscavam espaço, argumentando a necessidade de inclusão pelo fato de agregar duas pautas discriminatórias: o racismo e o sexismo. Podemos exemplificar com a fala de Sojourner Truth, uma ex-escrava que se tornou oradora na convenção do direito da Mulher em Ohio no ano de 1851, realizando seu famoso discurso intitulado “Eu não sou uma mulher?”:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carrega-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou eu uma mulher? (RIBEIRO, 2018, p. 51-52)

Truth já demonstrava na contemporaneidade as diferenças existentes em “ser mulher” e mesmo sem conceituar interseccionalidade, em sua oratória visualizamos a necessidade de inclusão das mulheres negras nas premissas do feminismo. Podemos perceber nesse discurso, que enquanto mulheres brancas buscavam direito à cidadania, direito ao voto e vida pública, mulheres negras queriam – pelo menos – serem vistas como “mulheres” e/ou seres humanos. Nesse sentido, já podemos analisar que a vivência em grupo de cada mulher é diferente, e carece de atenção, ou seja, ser mulher não é uma categoria universal.

2.2- Feminismo Negro

De acordo com Arraes (2014) o que mais pesava para as mulheres negras era a dificuldade em se ver representada pelos movimentos sociais hegemônicos, pois as mulheres brancas buscavam nivelar direitos civis com os homens brancos. Enquanto isso mulheres negras sofriam o peso da escravatura sendo vistas como subordinadas para ambos os lados. Essa subordinação não se dava apenas aos homens pela superioridade em relação as mulheres, mas também de mulheres negras para as mulheres brancas por carregar uma posição servil. A partir dessa realidade, foi se percebendo as diferenças femininas em relação a raça, e assim a militância feminina negra foi crescendo.

Entretanto, Ribeiro (2018) afirma que o feminismo negro só passou a ganhar força entre os anos 1960 e 1980 através da fundação da National Black Feminist nos Estados Unidos e das obras de algumas autoras negras, como Angela Davis, Bell Hooks, Patrícia Phil Collins e Audre Lorde, reivindicando dentro do contexto geral de mulheres problemáticas que envolvem um grupo em específico, criando assim uma literatura negra.

No Brasil, Moreira (2011) afirma que o feminismo negro só teve cor a partir dos anos 1980, onde a relação das mulheres negras com o movimento feminista só se consolidou após o III Encontro Feminista Latina- Americano em Bertioga em 1985 levando como retorno encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Moreira (2011) enfatiza que em anos anteriores há vestígios de participação de mulheres negras militantes, como no Encontro Nacional de Mulheres em 1979. Porém relata que antes de Bertioga, as autoras ainda não se sentiam confortáveis em se intitular como “feministas negras”, pois sabendo como eram tratadas perante o feminismo universal não se sentiam feministas.

Nesse sentido, podemos ver a atuação de algumas autoras negras lutando por direitos igualitários, compreendendo raça e gênero. Começando por Lélia Gonzalez, que foi a pioneira do feminismo negro brasileiro na década de 70. Segundo Santos (2013), Lélia foi uma das fundadoras do MNU (Movimento Negro Unificado) e do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga.

Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar

as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecer-las. (GONZALEZ, 1983, p.232)

De acordo com Felipe (2009) Lélia só se assumiu como mulher negra no início da década de 1970, em sua entrevista para O Pasquim (1986, p.9) ela reflete:

[...] Quanto mais você se distancia de sua comunidade em termos ideológicos, mais inseguro você fica e mais você internaliza a questão da ideologia do branqueamento. Você termina criando mecanismos pra você se segurar, houve por exemplo uma fase na minha vida em que eu fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar o meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu muito forte em mim e eu sei que bate muito forte em muitos negros também. Há também o problema de que na escola a gente aprende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros, na própria universidade, o problema do negro não é tratado nos seus devidos termos. Esse processo de branqueamento só parou quando casei.

De acordo com Teixeira; Merkle (2017) somente em 1982 Lélia escreveu “Lugar de Negro” junto com Carlos Hasenbalg retratando o racismo existente e as diferenças sociais no Brasil. A demora de 12 anos para lançar seu primeiro livro, era a falta de paciência para a escrita nos moldes acadêmicos, Lélia sentia prazer em atuar de forma ativa, agindo de forma denunciativa, evidenciando o racismo e sexismo presentes:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras. (BAIROS, 2000 *apud* TEIXEIRA; MERKLE, 2017, p. 8)

O trabalho e militância de Lélia contribuíram não só para a problemática racial no Brasil como se desdobrou sobre os efeitos da dupla opressão da mulher negra, discriminada pelo racismo e sexismo.

Outro expoente feminino, muito citada na literatura negra, é Luiza Bairros que também compôs o MNU na Bahia na década de 1980, e perdurava seus esforços na luta ao combate do Racismo:

Eu participei de grêmio estudantil, diretório acadêmico. Fazer política é uma constante em minha vida. Então, quando o MNU apareceu na minha frente, eu pensei: É essa a minha turma. Tratava-se também de um movimento muito democrático, abrigava quem quisesse participar. (...) Fazendo um balanço, acho que uma das grandes contribuições do MNU foi tornar o racismo explícito. Resolvemos mostrar a existência do racismo levantando denúncias de casos de discriminação. (BAIRROS, 2016, p. 4)

Luiza Bairros, segundo Borges (2017), nasceu em Porto Alegre, num município muito segregado. Havia locais destinados a brancos e outros. Somente anos mais tarde e depois de graduada, mudou-se para Salvador, para seguir os estudos, e em várias entrevistas, como para a revista Marie Claire, demonstrou muita felicidade de estar numa capital em sua maioria negra:

“Imagine uma pessoa negra, vivendo em uma sociedade como a gaúcha, que se defronta com a Bahia, de maioria negra. Uau! É muito forte. Salvador foi o lugar onde comecei a fazer minhas próprias escolhas. A cidade me ensinou a viver entre pessoas negras”.¹⁷

Enquanto Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República Brasileira, publicou em 2013 “a participação das mulheres negras nos espaços de poder” com intuito de expor a exclusão das mulheres, principalmente as negras da política institucional.

Borges (2017) retrata a importância do ativismo de Bairros para o Brasil quando, em 2011, foi uma das representantes brasileiras da Conferência de Durban, África do Sul, que reuniu representantes de 173 países para discutir medidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e outras intolerâncias.

¹⁷ BORGES, 2017. Luiza Bairros, uma referência que fica [recurso eletrônico] Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica>. Acesso em 03 nov. 2019.

Sueli Carneiro é outro expoente de muita referência no Brasil, sendo uma das principais autoras do feminismo negro. Na concepção de Mazzei (2018) em 1982, a autora fundou, junto com outras representantes, o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Tempos depois, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/SP) onde houve um destaque, pois era a única negra dentre as 32 conselheiras. A chegada de Sueli Carneiro, e outras ativistas negras no corpo técnico do CECF/SP, estimulou uma reflexão sobre a realidade das mulheres negras, e cooperou para que a luta contra a opressão de raça fosse incluída ao conjunto de ações do órgão, resultando na criação da Comissão da Mulher Negra. Em 1985 publicou a obra “Mulher negra: Política Governamental e a mulher” trazendo questões evidentes da trajetória de vida desse grupo inferiorizado socialmente. Para Sueli Carneiro,

As mulheres negras assistiram em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra era tratada com subitem da questão geral da mulher, mesmo em um País em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. (CARNEIRO, 2011, p. 121)

Sueli Carneiro, em 1988, fundou o Geledés-Instituto da Mulher Negra, sendo o Instituto protagonismo do feminismo negro no Brasil. Mazzei (2018) adverte que o nome Geledés foi determinado justamente para dar força e delimitar raízes, pois, Geledé é uma sociedade secreta feminina de caráter religioso localizada nas sociedades tradicionais iorubas. Assim a autora expõe o poder feminino sobre a fertilidade da terra, sendo uma forma de culto ao poder feminino. “Eu sempre disse que, inspirada nas nossas matrizes religiosas, nós (mulheres negras) somos filhas de deusas que permanecem vivas no imaginário popular”, diz Sueli em entrevista à revista CULT.¹⁸

Sueli Carneiro instaurou o termo “enegrecer o feminismo” com o intuito de mostrar a importância da especificidade existente em cada grupo de mulheres, que não pode ser visto como um gênero universal.

¹⁸ Ver MAZZEI, 2018. Sueli Carneiro: filósofa, educadora e porta-voz de uma geração. [recurso eletrônico] ALMA PRETA. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/sueli-carneiro-filosofa-educadora-e-porta-voz-de-uma-geracao>. Acesso em 03 nov. 2019.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.17)

Com tantas ações e intervenções para o feminismo negro, Mazzei (2018) afirma que Sueli Carneiro não sabe se a sua geração ainda pode contribuir, pois a autora afirma que “a nova leva de mulheres e intelectuais negras estão dando conta do recado” e assim trazendo mais recortes importantes para discussão e visibilidade da mulher negra.

Djamila Ribeiro é um dos nomes do feminismo negro na atualidade. A filósofa organizou, em 2017, a coleção feminismos plurais, que traz uma série de livros em contextos importantes para a cultura, mostrando a diversidade temática no qual a população negra está inserida. Nesse sentido, a autora iniciou a coleção com o título “O que é lugar de fala”, de sua autoria, onde retrata a importância de certos conceitos que visam agregar, e não segregar o feminismo.

Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar primazia de uma opressão em relação a outras. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. (RIBEIRO, 2017, p.14)

O objetivo dessa obra, segundo a autora, é trazer a autoria intelectual de mulheres negras, colocando-as como sujeitos ativos, mostrando diferentes perspectivas. Ou seja, o negro trazendo suas próprias reflexões e vivências.

Há uma tentativa de deslegitimação da produção intelectual de mulheres negras e/ou latinas ou que propõem a descolonização do pensamento. O propósito aqui não é impor uma epistemologia de verdade, mas de contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas. (RIBEIRO, 2017, p.15)

Para Djamila Ribeiro, a coleção feminismos plurais trata de muitos conceitos que carecem de atenção, como: empoderamento, interseccionalidade, encarceramento, racismo estrutural além de ser muito atuante na militância feminina negra nas redes virtuais.

Também autora do livro “Quem tem medo do feminismo negro”, publicado em 2018, Djamila Ribeiro retrata a urgência de demonstrar a importância do feminismo negro para entender questões complexas e singulares que o feminismo hegemônico desconsidera. A autora enfatiza que são raros os debates do feminismo negro no interior do feminismo no Brasil, e enquanto essa resistência de aceitarem as diferenças específicas de cada mulher persistir, o movimento não irá para frente.

Enquanto feministas brancas tratarem a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir as velhas e conhecidas lógicas de opressão. [...] se a questão das mulheres negras é tão absurda é porque a arrogância do feminismo branco fez dela uma querela, e quando as pessoas querelam não raciocinam bem. (RIBEIRO, 2018, p.53)

Nessa obra, Djamila Ribeiro traz questões como as cotas raciais, sobre o poder da mulher negra, o mito do racismo reverso, além de muitas dicas e exemplos para a contribuição da sociedade para a visibilidade e as opressões sofridas, especialmente pelas mulheres negras.

Na obra “O que é empoderamento”, da mesma coleção Feminismos Plurais, organizado por Djamila Ribeiro, a autora e ativista Joice Berth chama a atenção para o porquê da falta de apreço cultural referente à população negra, e o quanto essa discriminação traz diferenças significativas para o desenvolvimento do negro como indivíduo parte da sociedade. No que se refere o entendimento de empoderamento pelo prisma do feminismo negro, Berth (2018) afirma:

[...] Seria estimular, em algum nível, a auto aceitação de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações

e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2018, p. 14)

Entende-se que para buscar alternativas de luta para classe minoritária, se faz necessária a percepção classe de si enquanto oprimido. Berth (2018) enfatiza que não é sendo livre ou se tornando proprietários e patrões de outros trabalhadores que obtemos poder e, dessa forma, tornamos o opressor o padrão a ser seguido. Nesse sentido, temos a necessidade de entender o contexto de poder que estamos nos referindo.

[...] alguns teóricos preferem o termo fortalecimento, no entanto, o empoderamento que seguimos no presente trabalho não visa retirar poder de um para dar ao outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade. (BERTH, 2018, p. 16)

Berth (2018) demonstra a importância do termo empoderamento para as mulheres negras, pois torna-se necessário ao autoconhecimento para defrontar imagens estereotipadas da condição feminina externamente definidas. Dessa forma, poderão ser definidas estratégias de enfrentamento à dominação machista e racista. Ou seja, empoderar-se é uma libertação individual.

Podemos analisar que é comum entre as autoras negras, contemporâneas ou atuais a preocupação em legitimar, na esfera pública e social, as questões mais evidentes das mulheres negras, que dizem respeito a intersecção de opressões unindo raça, gênero, classe etc.

Percebemos através das intelectuais negras, por ora aqui citadas, que foram necessários estudos, vivências e auto avaliação para “tornar-se negra”. É necessária a percepção da opressão causada e sofrida para realizar estratégias de emancipação social, e buscar alternativas para resistência.

Ao falar de vivências, nos remetemos a Conceição Evaristo, formada em Letras, mestre e doutora em Literatura, que na década de 1980 teve seu primeiro contato com o grupo Quilombohoje, coletivo cultural responsável pela publicação na série “Cadernos Negros”, e luta pelo reconhecimento das mulheres negras como

produtora de conhecimento. A partir dos anos 1990 começou a publicar seus contos, que cada vez mais tem leitores.

Em 2003 publicou o romance “Ponciá Vivêncio”, livro que trata sobre a discriminação racial de gênero e de classe, misturando passado e presente, sendo incluído por sua genialidade em vestibulares, e faculdades brasileiras, e vem sendo objeto de artigos e dissertações acadêmicas, além de ter sido traduzido para o inglês e publicado nos Estados Unidos em 2007.

Em 2006 Evaristo publicou seu segundo romance, “Becos da Memória”, em que trata, com o mesmo realismo poético presente no livro anterior, o drama de uma comunidade favelada em processo de remoção. E, mais uma vez, o protagonismo da ação cabe à figura feminina, símbolo de resistência à pobreza e à discriminação

Em 2011 a autora publicou “Insubmissas Lágrimas de mulheres”, novamente trazendo as questões de gênero, marcado pelo machismo e sexismo. E em 2014 lançou “Olhos D’água”, na mesma vertente dos anteriores, que o levou a autora a ser finalista no prêmio Jabuti na categoria “contos e crônicas”.

De acordo com Soares; Machado (2017) Evaristo, retrata em seus contos e poemas, vivências de homens, e principalmente mulheres negras, pobres, periféricas e em diversas situações de subalternidade. Nesses contos, onde ela trabalha o universo das relações de gênero num contexto social marcado pelo racismo e sexismo, mulheres negras assim como ela, se identificam em muitos casos, problemas e histórias, e por isso, o termo *Escrevivência*, que pode ser conceituado como:

Escreviver significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (s/d, em Cruz, 2017), refletindo sobre o conceito, considera que "o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si. (SOARES; MACHADO, 2017, p. 206)

Liebig (2016) apud Soares e Machado (2017) analisa que, ao escrever a história de outras mulheres negras, Evaristo se reconstrói e renegocia sua identidade de mulher negra e pobre. E, dessa forma, reformula histórias verídicas,

mudando a condição de fragilidade e subalternidade para novas estratégias e posições de destaque e protagonismo.

Sobre o protagonismo da mulher negra, há um impasse na busca de qual termo evidencia a luta real desse grupo na sociedade. Há intelectuais que defendem o feminismo negro, e há as que analisam o Mulherismo Africana, como um movimento de luta antirracista que evidencia a mulher negra no topo da pirâmide.

De acordo com Freire (2020) Mulherismo Africana é um termo desenvolvido por Cleonora Hudson, a fim de dar visibilidade à luta de mulheres negras através de suas próprias narrativas. As defensoras desse movimento, acreditam que o feminismo negro é uma “ponte” dentro do movimento feminista que é branco, ou seja, acreditam que há segregação, e não se sentem dessa forma incluídas.

Já o Mulherismo, foco somente na luta de mulheres negras, e buscam sair da invisibilidade social que foi criado pelo racismo estrutural, cuja conceituação é “Criar critérios próprios (das mulheres africanas) para avaliar suas realidades tanto no pensamento quanto nas ações” (NJERI apud FREIRE, 2020) centrado no seio materno de mulheres africanas, considerando a liderança de mães negras nas comunidades.

Isso quer dizer que, por exemplo, quando um Babalorixá cuida daquelas potências em formas de abian, yawo e ebomis, ele está exercendo o princípio materno-centrado africano, que em nada se relaciona ao útero físico, mas, sim, ao útero mítico-ancestral, a partir da movimentação de toda uma energia, que é feminina. Inúmeros são os exemplos que podemos elencar, desde parteiras e erveiros, às tias que cuidam dos erês em suas próprias casas, nas comunidades periféricas, para que os pais possam trabalhar, educadores que gestam a potência de seus alunos etc. (NJERI, 2019, p.600-601)

Nesse sentido, dar foco ao materno-centrado, como bem se referem o papel de liderança protagonizado pelas mulheres, não diz respeito a separação de gênero. Pelo contrário, o mulherismo traz à tona o papel matrigestor dos negros enquanto líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, integridade e ordem, visando a luta anti genocida e a sobrevivência do povo africano, seja no continente ou em diáspora.

Urasse (2019) *apud* Freire (2020) ressalta alguns princípios mulheristas como o uso de nomenclatura pessoal e auto definição; foco na família; legítima irmandade no feminino; fortaleza, unidade e autenticidade; condescendência de papéis, parceria na luta de emancipação e compatibilidade com o homem; respeito, reconhecimento pelo outro e espiritualidade; respeito aos mais velhos; adaptabilidade e ambição; maternidade e sustento dos filhos. E observa que todas essas características são reais, palpáveis e observáveis nas comunidades africanas em geral. As mulheristas não propõem que este seja um único caminho. Acreditam na soma dos movimentos, apesar de não entenderem como algo que nasceu das entranhas do inimigo (feminismo branco) pode ser enegrecido e transformado em identidade para dar conta a nossa complexidade existencial.

É urgente que se estabeleça uma “genuína irmandade no feminino”, não em busca da sororidade universal, mas sim pela recuperação e manutenção de ligações ancestrais oriundas de nosso berço civilizacional. Longe da compreensão ingênua de homogeneidade das mulheres, e exaltando a sua pluralidade e diversidade, a “genuína irmandade no feminino” promove práticas e massa crítica profundas e plurais, pois respeita, abarca e agrega as multiformas de Ser e Estar de mulheres negras. (FREIRE 2020 *apud* URASSE, 2019, p. 306)

O feminismo e o protagonismo negro não são recentes. Porém, na atualidade, os conceitos estão mais enraizados, e buscam a visibilidade na academia e na sociedade. Chamamos a atenção sobre os impactos do racismo, da opressão e a invisibilidade na vida das mulheres negras, não somente no âmbito profissional, mas pessoal e afetiva. Berth aponta: “... para as mulheres negras de pele escura, eu afirmo que a afetividade não pode e não deve estar restrita aos padrões que nos ensinaram e que são reproduzidos com naturalidade assustadora” (2018, p. 3).

Tal análise se coaduna com as falas de Pacheco: “posso afirmar que as escolhas afetivas das mulheres negras e pobres foram orquestradas ao tom das desigualdades de gênero” (2008, p. 296) e de Hooks, que salienta que as mulheres negras podem ter “dificuldades em vivenciar e expressar o amor, comprometendo relacionamentos afetivos familiares e (...) a capacidade de amor ...” (2006 *apud* Prestes e Vasconcelos, 2013, p. 5).

Nesse sentido, carregando em sua existência muitos déficits sociais e afetivos, as mulheres negras carregam em si a solidão em algum momento de sua vida.

2.3 Mulher e solidão

A discussão conceitual sobre a solidão encontra, na interdisciplinaridade, inúmeros possíveis caminhos de análise. Nesse sentido, a literatura que possui abordagem sobre solidão, alicerça-se em áreas como as da sociologia, antropologia e psicologia, dentre outras.

Uma singularidade nesses estudos é visível quando a abordagem perpassa pelo campo das relações interpessoais. Entretanto, cada área do conhecimento dialoga com a dimensão da solidão a partir de seus pressupostos.

Pinheiro e Tamayo (1984) compreendem que os autores no campo da psicologia ressaltam que a solidão não carrega em si um conceito, pois é capaz de apresentar diversas possibilidades, como solidão culturalmente determinada, estar sozinho por autoimposição, solidão compulsória, sendo todos de entendimento que fundamentam o conceito de solidão.

D'Aboy (1973), também através de uma avaliação da literatura existente sobre solidão, verificou que não há, para o referido fenômeno, uma definição consistente. Para este autor, o uso da palavra solidão é confuso, na medida em que vocábulos como alienação, solidão criativa e isolamento culturalmente induzido, utilizados para a descrição de diferentes estados efetivos, foram encontrados descritos como solidão. Evidencia, portanto, a falta de clareza no uso do termo e a dificuldade em se comunicar acuradamente o que é solidão, como o significado de um estado afetivo (PINHEIRO E TAMAYO, 1984, p. 30)

Os autores ressaltam que os estudiosos criticam o conceito defendido pelo dicionário de *Webster*, onde conceituam solidão como “um estado de desânimo ou pesar pela condição de estar sozinho”, entendendo que a solidão não pode ser somente causada por estar sozinho, mas também pela privação do indivíduo de pertencer há um conjunto de relacionamentos.

No que concerne às definições e conceituações apresentadas sobre a solidão, foram registradas dimensões do fenômeno [...] nos 06 seguintes aspectos: falta de objetivo e significado de vida; reação emocional; sentimento indesejado e desagradável; sentimento de isolamento e separação; deficiência nos relacionamentos e carência de intimidade.(PINHEIRO E TAMAYO, 1984, p. 30)

Ferraz (2006) enfatiza que há diferenças entre estar só e sentir-se só, e ambos podem ser entendidos como solidão, e isso torna o conceito amplamente complexo. Porém afirma, que para alguns teóricos, a solidão deve ser sentida para que haja o reconhecimento do outro.

Como aponta Bassols (1994) (apud Ferrari, 2008), a solidão pode ser denominada como um estado de humor ou um afeto, que de alguma forma a falta do outro, os leva a angústia. Dessa forma, a solidão não é considerada para a psicanálise um sintoma, e sim um afeto causado pela distância que separa os laços sociais.

No campo da sociologia, Rodrigues (2018) afirma que há uma diferença entre isolamento social e solidão, onde o primeiro corresponde a um número inferior de interações sociais e relacionamentos, e o segundo é mais complexo, pois resulta da falta de algum tipo de apoio tornando desagradável o convívio social.

A solidão é determinada por fatores intrínsecos (como a personalidade) e por condicionantes extrínsecos (como a rede social de apoio). Com efeito, o indivíduo que se sente sozinho percebe as relações sociais como insuficientes ou de baixa qualidade, tendo em conta as suas preferências de envolvimento social. (RODRIGUES, 2018, p. 334)

Rodrigues (2018) adverte que ainda há possibilidades do indivíduo preferir passar mais tempo sozinho e ter redes de relacionamentos mais reduzidas, o que chama de isolamento ativo, não legitimando solidão. Ao contrário do indivíduo que tem altas preferências pessoais de envolvimento social, e ocorre uma discrepância com a realidade social que o indivíduo possui, sendo o que o autor chama de isolamento passivo.

Têm sido estudados diversos fatores protetores e fatores de risco para a solidão. Como fatores protetores identificam-se, designadamente, o casamento, a educação superior e o maior

rendimento económico. Como fatores de risco identificam-se, nomeadamente, contatos pouco frequentes com amigos e família, uma rede social reduzida, o viver sozinho, a insatisfação com as condições de vida, a incapacidade, o stress laboral, o conflito familiar ou marital, as relações de baixa qualidade, o divórcio e a viuvez (RODRIGUES, 2018, p. 335)

O autor afirma que há uma maior prevalência de solidão no sexo feminino. Porém, os dados variam quando confrontados com a população estudada, grupo etário e escala utilizada.

De acordo com Ferraz (2006), as pesquisas de Almeida (2003) entendem que antes de solidão, é encontrada na literatura a palavra “só”. O autor classifica solidão associando a um isolamento, exclusão e reclusão. Porém, a definição filosófica para a solidão, discorda desse isolamento:

Não é isolamento, mas busca de formas diferentes e superiores de comunicação, não dispensa os laços com o ambiente e a vida cotidiana a não ser em vista de outros, com homens, com o passado e com o futuro com os quais seja possível uma forma nova ou mais fecunda de comunicação. O fato de a solidão dispensar esses laços é, pois, uma tentativa de libertar-se deles e ficar disponível para outras relações sociais. (ABBAGNAMO, 2000, p. 918 *apud* FERRAZ, 2006, p. 6)

No campo antropológico, para Bispo (2016), a análise da solidão é feita através de estudos que contemplam o lado emocional a partir das relações sociais. O autor retrata o luto e a gratidão como sentimentos individuais e privados do ser humano. Amor e admiração são entendidos como esforços emocionais de fusão com o outro, enquanto a amizade é o desejo de estar próximo a um grupo de pessoas, bem como a solidão é o sentimento fomentado pela falta do outro.

Dessa forma, observamos a falta de um consenso na conceituação de solidão. Porém, os autores compreendem entre si que, independente dos desdobramentos que o conceito de solidão pode trazer, há um entendimento sobre a falta de algum tipo de relacionamento, e conseqüentemente um isolamento do indivíduo.

Diante de possíveis conflitos no entendimento dessas questões, é necessário conceituar e entender as diferenças entre sensações, sentimentos e emoções. Visto

que essas palavras, dentro de um contexto, podem parecer com o mesmo sentido, porém, separadas, tem funções e percepções distintas.

Cézar e Jucá-Vasconcelos (2016) afirmam que no campo da psicologia as sensações são reações do nosso corpo diante de algum estímulo:

As sensações podem ser definidas como a impressão causada em um órgão receptor através de um estímulo (interno ou externo). Portanto, a sensação é um fenômeno puramente perceptual, basicamente uma atividade dos sentidos. (RIES, 2004; REEVE, 2006 *apud* CÉZAR; JUCÁ-VASCONCELOS, 2016)

Os autores ainda acreditam que os indivíduos confundem intuição com sensação, uma vez que intuição é algo inerente ao pensamento, e sensação deve ser perceptível, sentida.

Os sentimentos, de acordo com a concepção de Cézar e Jucá-Vasconcelos (2016), dependem da compreensão da situação que se apresenta na vida do indivíduo, trazendo mais complexidade para o entendimento desses conceitos:

No que tange aos sentimentos, estes são fenômenos muito mais complexos que as sensações. Os sentimentos possuem uma característica que vai além do alcance das sensações: possuem uma avaliação pessoal e uma tentativa de encaixe de um acontecimento específico em um esquema mais amplo das próprias experiências do sujeito. As sensações, por outro lado, podem ser aceitas sem a exigência desse senso de encaixe (POLSTER; POLSTER, 2001). Portanto, sentimentos envolvem compreensão e integração. LeDoux (2007) aponta que para o sentimento ocorrer é necessário a existência de três componentes processuais eliciados pela emoção: a representação do estímulo emocional, a recuperação de significados associados a esse estímulo e a percepção consciente de estados do corpo. Para o autor, sentimentos são emoções conscientes. A conscientização da emoção é, portanto, a condição que distingue o sentimento. (CÉZAR; JUCÁ-VASCONCELOS, 2016)

Diante do exposto, percebemos que apesar de conceitos diferentes, sentimentos e emoções são indissociáveis. Logo, sentimento não é emoção. Porém, para ser sentimento, já passou pela emoção. É como se a emoção fosse algo profundo, porém passageiro, e caso o indivíduo tenha consciência desse fato, origina-se o sentimento.

As emoções são expressões de afeto acompanhadas de reações intensas e breves do organismo em resposta a um acontecimento inesperado ou, às vezes, muito aguardado, fantasiado. Nas emoções é possível observar a relação entre os afetos e a expressão corporal. As reações orgânicas presentes na emoção fogem ao controle do indivíduo. Os autores citam que “podemos ‘segurar o choro’, mas não conseguimos deixar de ‘chorar por dentro’, sentindo aquele nó na garganta. Às vezes até tentamos, mas não conseguimos segurar duas ou três lágrimas que escorrem, traindo-nos e demonstrando nossa emoção” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008 *apud* CÉZAR; JUCÁ-VASCONCELOS, 2016)

Nesse sentido, compreendemos que o sentimento é algo calculado, consciente, duradouro e acessível apenas a própria pessoa e após a emoção, que é mais explosiva, perceptível pelos outros, breves e oscilantes. Então, podemos observar que, quando a solidão é percebida e consentida, é um sentimento: aquele de estar só, independente do motivo de forma duradoura, como já fora conceituado por autores do campo social.

Para o nosso estudo, as inúmeras discussões sobre a solidão expostas são fundamentais na medida em que, no campo do senso comum atrelam-se a solidão da mulher negra em relação a união conjugal. No entanto, a solidão da mulher negra perpassa por muitos outros caminhos que não são só afetivos, mas também culturais, sociais, políticos entre outros.

Desde quando o feminismo negro passou a focar nos impasses da trajetória de mulheres negras e levar em consideração o emprego dos dois termos raça e gênero, o campo das relações sociais, como família, maternidade e matrimônio, vem sendo muito comentado, apesar de poucas publicações específicas dos termos. Quando tratamos de afetividade da mulher negra, encontramos estudiosos desde a contemporaneidade retratando sobre a falta de matrimônio desse grupo:

A situação das mulheres pretas no mercado de casamento é ainda mais séria quando comparada com as brancas e pardas. A viuvez (fruto da mortalidade diferencial por sexo, exacerbada pela cor) e o celibato entre as pretas são superiores aos apresentados pelas pardas e brancas. Além do mais, as mulheres pretas casam-se mais tardiamente do que as pardas e brancas (Berquó, 1988 *apud* COSTA, 2000, p.8)

Fazendo um recorte para solidão, encontramos tais dados:

Aos 30 anos, cerca de 30% dessas mulheres já se encontram sós. Aos 50 anos, 41% das negras não possuem um parceiro, enquanto que aos 60 anos esse valor atinge 71%. Em contraposição, somente 27% dos homens negros chegam sozinhos aos 60 anos (BERQUÓ 1988 *apud* COSTA, 2000, p.9)

Mesmo após uma década, com a criação e extensão dos movimentos sociais, como o feminismo e o movimento negro, tais dados ainda se encontravam intocáveis:

Quando as mulheres apresentam uma situação que pouco se modifica nas últimas décadas, reafirmam o desvio da mulher negra no mercado matrimonial. Ela encontra a menor porcentagem entre casadas, fortalecendo a nossa suspeita de tocar essa exclusão. (PEREIRA; RODRIGUES, 2010, p.167)

Silva (2003) reflete que a solidão da mulher negra é consequência do período escravocrata, pois muito pouco se modificou as estruturas de trabalho e relações sociais das ex-escravas, onde hoje, mulheres negras continuam trabalhando mais e ganhando menos e sem relações afetivas concretas:

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento de sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do País. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostra que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (SILVA, 2003, p.1)

Em 2008, Claudete Souza em sua dissertação do mestrado “A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo”, trouxe para a academia um recorte de gênero e raça importante para a discussão da solidão.

Souza (2008) afirma que, devido ao projeto de lei do ventre livre, reconhecer as mulheres negras como família, deixando o homem negro ligado somente a

produtividade, potencializou-se o crescimento para as famílias matrifocais¹⁹. Nesse sentido, os homens negros, detentos de liberdade sexual para qualquer relacionamento fora do casamento, sem perda de regalias ou prejuízo social, que era uma prática comum conhecida como “arranjos poligênicos”²⁰, conferia ao masculino fragilidade no papel de provedor, tornando as mulheres negras provedoras do lar, como ressalta Carneiro (1985):

As mulheres negras advêm de uma história diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementariedade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente alijado do processo de industrialização nascente (CARNEIRO, 1985, p.43 *apud* SOUZA,2008, p. 42)

Diante disso, as mulheres negras sendo provedoras do lar, muitas delas mães solteiras e, segundo Souza (2008) por não terem casado, independente de ter sido opção ou preterimento, tornam-se solitárias por não vivenciar um acesso social ou relacionamento amoroso estável.

Lobo (2006) *apud* Souza (2008) defende a família matrifocal, levando em consideração o viés econômico, enfatizando que o homem negro sendo desqualificado pela classe social, tem uma tendência a empregos de baixa remuneração e mão de obra barata, requerendo assim mais ausência no seio do lar, trazendo assim uma correlação entre o papel do pai-marido e homem negro no sistema econômico de estratificação social.

Souza (2008) adverte que muitos estudiosos se debruçam em diversos fatores através de seus enfoques para justificar a mãe como provedora do lar, enxergando a matrifocalidade como uma condição patológica.

¹⁹ Diz-se de, ou relativo a certos tipos de organização familiar caracterizados pela valorização explícita e elaborada do papel materno, em que as relações entre mães e filhos são mais enfatizadas do que as relações entre marido e mulher e em que a mãe tem o controle sobre os recursos econômicos e os processos de decisão. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/matrifocal/> Acesso em 05 nov.2019.

²⁰Woortmann 1987 (*apud* Praxedes, 2006) denomina de “arranjos poligênicos” a existência de mais de uma “unidade doméstica ou mais de uma família de mãe de filhos, significando a existência de várias famílias em que o homem coabita de forma alternada em diversos lares. (SOUZA, 2008, p. 42)

Ana Claudia Pacheco, em 2013 em seu livro “Mulher negra: Afetividade e Solidão”, versou sobre o tema no Estado da Bahia, trazendo mais parâmetros de análise a partir do enfoque da afetividade.

Pacheco (2013) reflete sobre o campo de pesquisa dela, pois a Bahia é formada por 80% da população negra, compreendendo entre pretos e pardos, e 51% das mulheres estão sozinhas, segundo dados da FGV do censo de 2000. Apesar de não delimitar raça, esses dados a fizeram pesquisar sobre a afetividade e solidão desse grupo.

Confirmado a fala de Souza (2008), Pacheco (2013) salienta que uns dos motivos sobre a causa da solidão de uma forma mais palpável, foram o abandono e a poligamia dos parceiros, ou eles a abandonavam por outros relacionamentos ou mantinham uma relação dupla e também a falta de compromisso dos pais para com a criação dos filhos, não questionando a carência material como importante:

[...] ênfase recaiu na ausência do homem negro na família e na vida afetiva das entrevistadas. Vi que o discurso acerca das escolhas afetivas dos homens negros se imiscui ao de paternidade/masculinidade/poligamia e abandono. Estes teriam sido, segundo as informantes, os motivos e sentidos de sua instabilidade afetiva ou ausência de parceiros fixos (PACHECO, 2016, p. 318)

Pacheco (2008) reflete sobre a vivência das mulheres entrevistadas por ela no que tange a raça, como principal fonte de estratégia de resistência a vida social. Nesse sentido, os preconceitos sofridos por essas mulheres na infância e adolescência formam um conjunto de escolhas afetivas das participantes, auxiliando para a diminuição da sua autoestima sentidas através da violência do corpo:

Raça e geração formam um binômio que organizam o leque de escolhas afetivas das informantes, na sua fase jovem, colaborando para a desvalorização de sua autoestima negra interpretada e vivenciada através da violência do corpo: nega feia/branca bonita; pele clara pele retinta; corpo/negro; gordo/magro; corpo assediado; autoestima baixa/ rejeição. Na política, os corpos femininos negros foram ressignificados. Isso foi evidenciado na linguagem corporal e discursiva. A política transformou os corpos, antes, negados e perpetrados pela violência do racismo, física, social e simbólica, em corpos revoltados (PACHECO, 2008, p. 348)

Ao olhar dessa forma, percebemos que os anos transcorridos não foram suficientes para alterar a imagem da mulher negra, tratando não só da afetividade. Percebemos a solidão no que se refere a outras variáveis, como, por exemplo, a empregabilidade e escolaridade.

Segundo IBGE (2016), as estatísticas de gênero, que trazem os indicadores sociais das mulheres no Brasil, mostram que mulheres Negras com 14 anos de idade ou mais, que são trabalhadoras por conta própria, a maioria se encontra inserida na agropecuária com 39,1 %, em seguida na Indústria com 34,0% e nos serviços com 16,8%, ficando evidente que, nos trabalhos braçais e rurais, encontram-se mais mulheres negras do que não negras, conforme tabela1.

Tabela 4 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são trabalhadores por conta própria, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e setor de atividade econômica - 2016

Setor de atividade econômica	Proporção de ocupados que são trabalhadores por conta própria					
	Total		Sexo			
	Proporção	CV (%)	Homens		Mulheres	
Proporção			CV (%)	Proporção	CV (%)	
Total	24,7	0,6	29,0	0,7	19,0	1,0
Agropecuária	45,8	1,2	48,1	1,2	37,0	2,8
Indústria	30,4	1,2	30,9	1,3	28,7	2,4
Serviços	19,9	0,9	23,4	1,1	16,7	1,3
Branços						
Total	23,3	1,0	27,5	1,2	18,2	1,7
Agropecuária	48,7	1,5	52,9	1,6	34,2	4,1
Indústria	26,1	2,1	26,7	2,4	24,4	3,7
Serviços	19,8	1,4	23,3	1,7	16,6	2,1
Pretos ou pardos						
Total	25,9	0,8	30,2	0,9	19,7	1,4
Agropecuária	44,1	1,5	45,3	1,5	39,1	3,4
Indústria	34,0	1,4	34,0	1,6	34,0	3,1
Serviços	19,9	1,2	23,4	1,4	16,8	1,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras entrevistas.

Tabela1: Indicadores por setor de atividade por raça e gênero

Fonte: IBGE 2016

As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres

(majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000, p. 85 apud LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013, p. 56).

De acordo com Lima, Rios e França (2013) os papéis das mulheres negras com menos instrução no Brasil, ainda são vistos como serviços braçais e, porém mesmo que tenham instrução adequada, os empregos que são ligados a maiores níveis instrucionais são mais ocupados por mulheres não negras. Diante do exposto, analisaremos no gráfico 1, o nível de alfabetização das mulheres no Brasil:

Gráfico 1: Alfabetização de mulheres por raça

Fonte: IBGE 2016 - Elaboração: Própria

Podemos perceber que o índice de alfabetização das mulheres negras é crescente, contudo menor, comparado às mulheres brancas. É importante ressaltar que, conforme aumenta a idade das mulheres, essas diferenças se tornam ainda mais evidentes. Observando o gráfico 2, analisamos que as mulheres negras ainda tem o menor rendimento comparando as outras categorias de gênero e raça.

Gráfico 2: Rendimento Habitual por raça e gênero

Fonte: IBGE 2016/ Elaboração Própria

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita (LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013, p. 54)

Embora as mulheres negras tenham aumentado o seu grau de escolaridade ao longo das últimas décadas, tal fato não necessariamente resulta num acesso à uma melhor profissão ou cargo, e, conseqüentemente, melhores salários.

Nem todas as mulheres negras são pobres, periféricas e sem instrução. Temos uma grande demanda de mulheres negras intelectuais e de classe média, porém Nascimento (2018) reflete sobre a afetividade dessas mulheres negras que fogem da estatística, enfatizando que “nem mesmo obtendo um padrão social alto conseguem relacionamentos amorosos, continuando solitárias.” Quando mais a mulher negra se especializa profissionalmente em uma sociedade desse tipo, mais é levada a individualizar-se.” (NASCIMENTO, 2018, p. 267)

Nesse sentido, essa mulher acaba por rejeitar homens que não estejam em sua rede de relações que também se especializa, segundo Nascimento (2017) sua individualidade e pressão da discriminação faz com que surja impedimento a atração

do outro, na medida em que esse também fique temeroso pela potência inesperada dessa mulher.

De acordo com Lima, Rios, França (2013) os estudiosos apresentados advertem que a educação é a variável que falta para o processo de ascensão social, não levando em consideração a discriminação sofrida pela população negra no mercado de trabalho. Essas discriminações ocorrem independente do grau de instrução e posição social. Está no inconsciente, e ocorre através do que chamamos de violência simbólica.

2.4 - Mulher negra e violência Simbólica

Vivemos em uma sociedade patriarcal, onde o homem branco é o detentor do poder, e com isso é quem controla as regras e normas de toda a sociedade. Essas formas de controle se exteriorizam, através do que Bourdieu (2010) denomina como violência simbólica. A violência simbólica é um conjunto de normas e atitudes, realizadas pelos detentores de poder através do controle social, que acontecem de forma natural, prejudicando psicologicamente o grupo que é afetado, no caso, as minorias.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força das relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU. 2010, p. 14)

Nesse sentido, a naturalização da dominação masculina sobre a mulher é uma violência simbólica, assim como, a aceitação de certos tipos de normas a feminilidade, também. É uma violência que acontece em cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, geralmente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

A trajetória da história da mulher na sociedade traz à tona como a violência simbólica pode ser percebida: é sempre esperado que o homem tenha o salário mais elevado do que o da mulher, e que supra economicamente as necessidades do

lar. Isso acontece pela naturalização do machismo na sociedade. Ao julgar a mulher incapaz de ocupar determinados cargos, oferecer salários mais baixos para mulheres que possuem os mesmos cargos que homens e aceitar que elas devem ganhar menos porque engravidam ou são mais frágeis, demonstram um dolo simbólico que reflete em outros campos, como o econômico, cultural e social.

A ideia de dominação masculina sobre o corpo feminino também pode ser observada nos casos de feminicídio, que se caracteriza pelo assassinato de mulheres somente por ser mulher. O crime era anteriormente omitido, visto como passional e pouco alarmado. Hoje, podemos afirmar que é mais uma forma de mostrar superioridade do homem em relação a sua mulher. Os casos de feminicídio acontecem, geralmente, após o término de um relacionamento ou por ciúmes, por seus companheiros, tios, pais, padrastos acreditarem que têm o corpo da mulher como sua propriedade, e dessa forma, eles a agridem e assassinam.

Atrelando as questões de raça e classe, voltamos a enfatizar como a violência simbólica opera na interseccionalidade. As mulheres negras sofrem múltiplas violências simbólicas, sendo importante destacar também suas singularidades, partindo do pressuposto que basta ser negra para que perceba as violências causadas: seja na estética, nos estereótipos, na linguagem do senso comum.

Começando pela estética, o cabelo é um dos principais alvos de violência simbólica imposto às mulheres negras, sendo exposto a diversas manifestações racistas. De acordo com Berth (2018):

Torna-se desde muito cedo, nosso cabelos um fardo difícil que ao longo do nosso crescimento e desenvolvimento físico, vai pesando cada vez mais e abala a percepção da nossa identidade, pois independente de nossas escolhas estéticas e dos cuidados que temos com eles, os preconceitos raciais, estereótipos e clichês que foram implantados com a finalidade de ridicularizar esse atributo, permanecem solidificados no senso comum da opinião pública e necessita de um árduo trabalho de resignificação para libertar mulheres negras dessa estratégia de desqualificação da estética negra (BERTH, 2018, p.95)

A música de Luiz Caldas “nega do cabelo duro, que não gosta de pentear”, a comparação do cabelo com esponja de palha de aço, o uso de perucas *Black Power* como fantasias de nega do cabelo duro, são exemplos de violência simbólica à

estética da mulher negra. Minimizando a beleza de um cabelo crespo como se não fosse possível ser bonito, e assim ridicularizando-as.

Os traços genéticos é outro fator que carece de atenção. Pois quando a mulher negra é vista com traços finos é relativamente bonita, ou seja, parecido com os brancos, assim desmerecendo os traços mais brutos (boca carnuda, nariz largo), que esses são comparados a animais como macaco e designadas a “feias”. A sociedade ainda torna como um elogio ressaltar os traços finos de uma mulher, não observando o racismo presente na fala. E, muitas mulheres que “recebem o elogio”, também não percebem, designando, assim, a violência simbólica.

As mulheres em geral, através do machismo, trazem marcas da violência simbólica, quando nos referimos ao corpo, pois se tornam sexuadas. Porém, em especial as mulheres negras, temos a comparação a mulata, mulher quente, fogosa, ou, mulata de samba “que tem que saber sambar”, objeto de desejo, nudez e liberdade sexual. Como retrata Eduarda Gonçalves (2017) em seu blog “Fala colega” (voltado para narrativas de mulheres negras)²¹ “Você com certeza não se espanta ao ouvir de um gringo que o Brasil é só ‘Futebol, carnaval e bunda’, mesmo que estes dois últimos estejam intimamente ligados à mulher negra”. Crescemos ouvindo que poderemos ser lindas mulatas, quem sabe rainhas de escola de samba ou até a Globeleza, nos minimizando de capacidade intelectual sendo esse um patamar não esperado de se chegar.

Podemos observar também, nos papéis designados à mulheres negras na mídia televisiva brasileira. Taís Araújo foi a única atriz negra que interpretou papéis protagonistas na emissora Globo²², e, atualmente, tem seu próprio programa com seu marido Lázaro Ramos, e entenderem a importância da representatividade ao povo negro na mídia televisiva. Nos demais papéis, as mulheres negras são empregadas, amantes, sempre pobres e solitárias. E, as que conseguem em algum momento almejar uma independência financeira, carecem de amor por um homem branco.

²¹ Disponível em: <https://falacolega.wordpress.com/tag/mulher-negra/>

²² Em 2004 Taís Araújo interpretou “Preta” protagonizando a novela “Da cor do Pecado” e em 2009 interpretou Helena sendo protagonista em Viver a Vida de Manoel Carlos, na emissora Globo. Fonte: <https://gente.ig.com.br/taisaraujo/#topoBiografia>. Acesso em 07 nov. 2019.

Lima (2019) ao entrevistar Tais Araújo²³, demonstra na fala da atriz a preocupação em representar positivamente o seu povo: “Antes, personagens negros mal existiam em muitas novelas, quando existiam eram empregados domésticos, referência aos tempos da escravidão, ou serviam de apoio para personagens brancos”. A atriz ainda complementa fazendo comparações positivas, mas que ainda precisam de melhorias: “Estamos num processo de mudança. O ideal é ver o que acontece na rua sendo representado na televisão, e não parecer que a gente está na Suécia. Ainda não estamos no ideal, mas estamos no caminho”. A falta de representação na TV, quanto ao lugar da mulher negra, podemos caracterizar também de violência simbólica.

Neste sentido, pensar a questão da solidão para além do aspecto sentimental, pode ser um caminho interessante para atrelar com a violência simbólica. Entendendo esta modalidade de violência como algo subjetivo e de difícil percepção (uma vez que está inscrita em gestos, palavras etc.), sentir-se só, em se tratando da mulher negra, conforme chamamos a atenção anteriormente, pode configurar mais uma forma de violência. Além da dificuldade nos relacionamentos amorosos, nas atividades profissionais, especialmente as de alta qualificação, geralmente enfrentam um estado de solidão (por vezes simbolicamente violenta), por não observarem ao redor outras mulheres negras na mesma condição. Nos relatos das colaboradoras participantes desta pesquisa, podemos perceber as violências atreladas a família, escolaridade, estereótipos e na sociedade:

Com meu primeiro namorado, a família dele (maioria brancos) sempre falavam na minha frente que ele estava querendo escurecer a família. E tbm diziam que minha beleza era diferente. Mas me parecia falsos elogios pra deixaram claro o óbvio, que sou negra. Como se isso fosse uma questão relevante. (C.17)

Quando entrei na faculdade logo me apelidaram de negrali. Só não me apelidaram de globeleza porque já existia uma estudante negra com esse apelido no curso. No dia a dia constantemente era assediada, onde deixavam claro que a intenção era somente ter relações sexuais comigo, como se eu não fosse do tipo que de pessoa que se namora. (só por ser negra). (C. 26)

Sim. Numa escola de samba de Madureira, onde havia um grupo de turistas de algum estado do Sul do país e um cara se achou no

²³ Entrevista concedida a Leandro Lel Lima em 21/10/2019 para o site observatório da televisão. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br>. Acesso em 05 nov. 2019.

direito de querer tirar foto comigo. Achou que eu era passista e mesmo eu dizendo que não era, ele insistiu pra fazer a foto. Senti como acontece a hipersexualização dos corpos negros. (C. 27)

Uma vez no Centro do Rio fui pedir informação de rua ao homem que passava. Ele me interrompeu enquanto eu iniciava a minha fala e disse "Dinheiro? Eu não tenho." Demorou uns 3 segundos para eu entender o que tinha acabado de acontecer. (C. 82)

“Quando criança me chamavam de Tia Anastácia! Cresci ouvindo isso! Amava o Sitio do Pica-Pau Amarelo! E me apaixonei pela personagem q tinha uma generosidade e tanto Amor p oferecer.” (C. 92)

No próximo capítulo, continuando com os relatos das participantes dessa pesquisa, mostraremos outras formas de solidão, violência simbólica e preterimento, em relação às vivências das mulheres negras aqui participantes.

3 – Mulher negra no Rio de Janeiro: Racismo e solidão

O presente capítulo é, majoritariamente, fruto da coleta de respostas ao questionário online, realizado na internet, pelo formulário do Google, disponibilizado para mulheres que se identificam como negras, maiores de 18 anos e residentes no Rio de Janeiro, fazendo assim, uma análise delas e das suas vivências enquanto mulheres negras do Rio de Janeiro. O objetivo é comparar os resultados obtidos com todo o embasamento teórico apresentado nos capítulos anteriores.

Após coletadas as respostas, considerando o lugar de fala de cada entrevistada, analisamos o perfil delas e, logo após, questões como colorismo, embranquecimento e as dificuldades e relatos de cada participante, confrontando o referencial teórico no que tange esses conceitos. Em seguida, realizamos a transcrição das respostas abertas, relacionada ao racismo e a afetividade, buscando encontrar nelas as evidências que possam levar ao entendimento dos tipos de solidão que as mulheres negras sofrem, sempre ligando essas questões cotidianas à literatura utilizada como referencial para a construção do trabalho.

Por fim analisamos se, de fato, as mulheres negras aqui apresentadas sofrem algum (s) tipo (s) de solidão, e como essa solidão é percebida e consolidada na vida dessas mulheres, trazendo à tona a importância do feminismo negro para a manutenção e resistência desse grupo.

3.1– Caminhos da pesquisa

Antes de tratarmos especificamente da pesquisa de campo realizada, acreditamos ser necessária uma breve explicação sobre como gênero e etnia são tratados nessa temática. Cabe ressaltar que não distinguimos biologicamente o que é “ser mulher” no Brasil, e nem diferenças por cor de pele. Nesse sentido, são contempladas nessa pesquisa de dissertação todas as “pessoas” que se identifiquem como mulher e negra na sociedade. Diante do exposto, optamos por elaborar em um primeiro momento a pesquisa quantitativa, que segundo Zanella (2013):

As pesquisas quantitativas utilizam uma amostra representativa da população para mensurar qualidades. A primeira razão para a

escolha desse método de pesquisa é descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características. (ZANELLA, 2013, p. 96)

Nesse caso, a pesquisa quantitativa é a mais adequada para medir opiniões, atitudes, preferências e comportamentos, sendo utilizada para tabular perfis e vivências a fim de mensurar problemas relacionados ao racismo e a solidão perceptíveis a mulheres negras residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados referentes à pesquisa, ainda de acordo com Zanella (2013, p. 97), “são transformados em informações, para finalmente passar para conhecimento”, podem ser classificados como primários e secundários. Nesse sentido, os dados obtidos são primários, visto que foram adquiridos como forma de relato do próprio pesquisado. Sendo assim, a fonte de dados, foi o preenchimento de um formulário pelo “entrevistado” de forma escrita.

A descrição e a apresentação dos dados, como afirma Zanella (2013, p. 99) “compreende a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados”, podem ser representados por tabelas, gráficos e variáveis, caso haja perguntas com mais de uma possibilidade, e/ou abertas.

Nesse momento, após o método quantitativo, é realizado o método qualitativo, que segundo Zanella (2013) preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa. Nesse sentido, é realizada a pesquisa qualitativa nas perguntas “abertas”, a fim de obter relatos das vivências de mulheres negras relacionadas ao racismo e a solidão.

A pesquisa qualitativa possui características que proporcionam melhores resultados quando estamos tratando de grupos pontuais, em corpus reduzidos, e permite que sejam evidenciados processos sociais que são pouco conhecidos, por estarem ligados a grupos particulares, possibilitando a criação de conceitos e categorias no decorrer da investigação (MINAYO, 2007). Assim, a análise de conteúdo, como método de organização e análise dos dados obtidos, possui como forte característica a possibilidade de entender que o seu foco é qualificar as vivências de cada sujeito, as suas percepções sobre o assunto tratado e os seus desdobramentos (BARDIN, 1977).

O instrumento utilizado para captação de dados foi o questionário, ordenado por perguntas descritivas e comportamentais, a fim de coletar respostas sobre as realidades de vida das mulheres negras participantes.

Desta forma, para a análise de conteúdo, foi utilizada a análise temática, uma vez que Bardin (1977) defende ser esta a forma mais utilizada para se analisar os dados obtidos em uma pesquisa onde existem discursos diretos. Foi respeitada, então, a ordem estabelecida pela autora ao determinar que existem três fases a serem consideradas quando da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e sua interpretação.

Na primeira fase, da pré-análise, foi elaborado um único questionário com 21 perguntas, sendo de formas fechadas e abertas. Após a elaboração do questionário, que foi feito pelos formulários do Google, disponibilizamos em perfis e páginas na rede social Facebook, em um primeiro momento, no perfil pessoal da pesquisadora, gerando assim compartilhamentos em outros perfis, e, logo após, em páginas de movimentos negros e feministas, como: “A ponte para pretxs”, “Preta e acadêmica”, “Indique uma preta” e “Intelectualidade afro-brasileira”. Nesse cenário, foram captadas 198 respostas.

A segunda fase, a da exploração do material, foram retiradas as mulheres que não residem no estado do Rio de Janeiro, que foi uma soma de 81 mulheres, restando um total de 117 mulheres. Após essa análise, todas as respostas foram transcritas, lidas e comparadas, para verificar possíveis incongruências, que foram corrigidas quando encontradas. Em seguida, as respostas foram categorizadas, analisadas e procedeu-se a escolha das narrativas que melhor responderam as questões da pesquisa.

Na terceira fase, a do tratamento dos resultados e sua interpretação, elaboramos gráficos que mostrassem os resultados das perguntas fechadas, com o intuito de apresentar as porcentagens obtidas em relação a cada pergunta desse tipo. Nas perguntas abertas, observamos questões recorrentes nas respostas das colaboradoras, bem como avaliamos o aparecimento de questões interessantes e que não haviam sido consideradas no início da pesquisa, sendo estas surpresas agradáveis e que foram aproveitadas, como estabelece Bardin (1977, p. 101) “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

3.2 – Mulher negra no Rio de Janeiro: vozes, contrastes e desafios

Nesta etapa da pesquisa, apresentamos os dados relativos à pesquisa quantitativa, ou seja, as perguntas fechadas, com opções a serem marcadas a fim de delimitar percentuais sobre as questões e os perfis, com o intuito de compreender os padrões e as demais questões relativas às mulheres negras aqui pesquisadas.

Começamos analisando a idade das colaboradoras, e num total de 4 opções de escolha, observamos que a maioria das mulheres negras que participaram da pesquisa tem a idade entre 31 a 40 anos, conforme mostrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Qual sua idade?
Fonte: Pesquisa de campo/Elaboração Própria

Sendo assim, num total de 117 mulheres, 46 delas tem idade entre 31 a 40 anos (40%), 46 mulheres têm entre 18 e 30 anos (39%), 15 mulheres tem entre 41 a 50 anos (13%) e 9 mulheres tem mais de 50 anos (8%).

Analisando pelo faixa de idade, o primeiro grupo, de 18 a 30 anos, que compõe o total de 46 mulheres, 7 são casadas e 39 são solteiras e, dessas, apenas 12 tem compromisso. Ou seja, afetivamente nesse grupo, 27 mulheres estão sozinhas.

O segundo grupo, de 31 a 40 anos, que também compõe o total de 46 mulheres, 13 são casadas e 33 são solteiras e, dessas, apenas 10 tem compromisso. Ou seja, afetivamente nesse grupo, 23 mulheres estão sozinhas.

O terceiro grupo, de 41 a 50 anos, que tem 15 mulheres nessa faixa, 6 são casadas e 9 são solteiras e, dessas, 5 tem compromisso. Com isso, apenas 4 mulheres estão sozinhas.

O quarto e último grupo, que são mulheres com mais de 50 anos, compondo 9 mulheres, apenas 2 são casadas, e 7 são solteiras e, dessas, apenas 2 tem compromisso. Com isso, 5 mulheres estão sozinhas.

Podemos analisar que o primeiro grupo por ser o mais jovem, é composto por mulheres solteiras e mais mulheres sozinhas. O segundo grupo caracteriza-se por uma faixa mais “madura” e mais casamentos, porém bem menos que mulheres solteiras e sozinhas. O terceiro e o quarto grupo estão representando mulheres com mais idade, pois somando os dois, temos 24 mulheres, e apenas 8 casadas e 7 com compromisso, totalizando 9 mulheres sozinhas, ratificando a afirmação de Pereira (2013), ressaltando que as mulheres negras se casam mais tarde e tem mais dificuldade para entrar em um relacionamento.²⁴

Continuando, em seguida tratamos de delimitar o gênero no qual a mulher se identifica dando quatro opções de escolha, que foram: cisgênero, transgênero, agênero e não binário. Porém, muitas sem conhecimento do termo cisgênero, escreveram “feminino, mulher, hétero” deixando evidente a falta de informação sobre os conceitos e características da identidade de gênero. Nesse sentido, dentro das opções extra apresentadas, tivemos que associar essas variações e inclusões relativas cisgênero, conforme gráfico 4.

Gráfico 4: Qual gênero você se identifica?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

²⁴ DUARTE, Flavia. Negras tem mais dificuldades em engatar romances sérios. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2013/09/03/noticias-saude,193944/negras-tem-mais-dificuldade-em-engatar-romances-serios.shtml>> Acesso em 02 mar. 2020.

Podemos analisar que 113 mulheres (97%) se classificam como cisgênero, ou seja, se identificam com o sexo biológico e 4 mulheres (3%) se classificam como não-binário, ou seja, na concepção de Antunes (2019) pessoas não-binárias, não se limitam às definições de masculino ou feminino, podem transitar nas duas esferas ou ser totalmente diferentes desses dois termos. Em contrapartida, acreditamos que as que se identificaram como não-binárias, também tenha sido por falta de informações relativas ao gênero, pois os relatos apresentados em outras questões mostram especificidades de papéis sociais atrelados a solidão feminina.

No que diz respeito à sexualidade das participantes, dentre as opções: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual e pansexual, a maioria delas são heterossexuais, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5: Qual sexualidade você se classifica?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração própria

Conforme podemos observar, a maioria das mulheres negras aqui identificadas são heterossexuais com 80% da amostra, que seriam 94 delas, 12% são bissexuais, que gera um montante de 14 mulheres, 5% homossexuais, que

totalizam 6 mulheres, 2% que seriam 2 mulheres se classificam como assexuais²⁵ e 1% que é 1 mulher que se classifica, sexualmente, como pansexual²⁶.

A próxima análise foi sobre renda, empregabilidade e escolaridade. Para saber a média da renda, demos a possibilidade de cinco opções, contando as que não têm renda, até para quem recebe mais de R\$ 5.000 e, como podemos observar no gráfico 6, a maioria declarou que recebe entre R\$1.000 e R\$3.000:

Gráfico 6: Qual a sua renda?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos observar, 39% das colaboradoras que representam 45 delas, recebem entre R\$1.001 a R\$3.000, 18% delas que totalizam 21 mulheres, recebem mais de R\$5.000, 16% que são 19 mulheres recebem até R\$1.000, os outros 16% que são 18 mulheres não tem nenhum tipo de renda e 11% que totalizam 13 mulheres recebem entre R\$ 3.001 a R\$ 5.000. Nesse sentido, perguntamos se o salário recebido era compatível com a função, e tivemos o retorno das participantes: 73 afirmaram que o salário é sim correspondente a função, 24 disseram que o valor

²⁵ Assexuais: São assexuais pessoas que não sentem atração sexual. Podem sentir outros tipos de atração e ter vida sexual, mas não experienciam atração sexual. Disponível em: <<https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>> Acesso em 22 fev. 2020

²⁶ Pansexuais: São pansexuais pessoas que sentem atração sexual por outras pessoas, sem distinção de gênero. Disponível em: <<https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>> Acesso em 22 fev. 2020

que recebem é inferior a de outras pessoas que tem a mesma função, 4 salientaram que recebem acima da média, e 15 não souberam responder, conforme o gráfico 7:

Gráfico 7: Salário
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Em relação às 24 mulheres que alegaram que o salário que recebiam era inferior a de outras pessoas que exercem a mesma função, temos os seguintes dados: 2 estão desempregadas e sem nenhum tipo de renda, 1 com Ensino Superior e não consegue emprego na área, e outra com Ensino Médio e sem oportunidades nas empresas. Cerca de 5 recebem até R\$ 1.000, 2 com Ensino Médio e desempregadas (uma recebe algum tipo de benefício e a outra trabalha informalmente sem carteira assinada) e as outras 3 com Ensino Superior (1 com carteira assinada, e as outras duas desempregadas trabalhando por conta própria/ bico- freelance).

De R\$ 1.000 a R\$ 3.000 temos um total de 14 mulheres e, dessas, 2 estão desempregadas (1 com Ensino Fundamental e 1 com Ensino Superior) e recebem algum tipo de auxílio ou não especificaram se trabalham por conta própria, 1 é funcionária pública e tem Ensino Superior, 2 trabalham com carteira assinada (1 tem Ensino Médio e a outra Ensino Superior), 2 trabalham informalmente, sem carteira assinada (1 com Ensino Médio e outra com Ensino Superior) e 7 autônomas/conta própria (3 Especialistas, 1 com Ensino Superior e 3 Mestres). Acima de R\$ 5.000, temos 3 mulheres, todas Especialistas, com faixas de idades distintas (sendo a de

18 a 30 anos com carteira assinada, de 31 a 40 anos trabalhando por conta própria e a de mais de 50 anos funcionária pública).

Tratando especificamente da escolaridade e empregabilidade, começamos com a formação. Num montante de 117 mulheres participantes, apenas 1 não concluiu o Ensino Fundamental, conforme o gráfico 8:

Gráfico 8: Escolaridade
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Um dado importante para as mulheres negras que aqui colaboraram, 15% que totalizam 17 mulheres, tem apenas o Ensino Médio, que somando com 1 que tem apenas o Ensino Fundamental, somente 18 mulheres não tem curso superior, levando em consideração que o montante das colaboradoras chega a 117 participantes. Sendo assim, 99 tem, no mínimo, o curso superior, totalizando 45 % que são 53 mulheres, com especialização temos 27 mulheres que são 23%, com mestrado temos 13% delas que são 15 mulheres e temos 4 doutoras, que somam 3% dessa demanda.

Apesar dessa formação, temos 27 mulheres nessa amostra que estão desempregadas, e 14 sem carteira assinada. A maioria é funcionária pública, chegando a somar 25 mulheres, e muitas não conseguem distinguir a diferença entre ser autônomo do profissional liberal, conta própria²⁷. Segue o gráfico 9:

²⁷ O autônomo pode não ter qualificação, o liberal é, obrigatoriamente, aquele que passou por nível universitário ou técnico, registrado em uma ordem ou conselho, que paga contribuição anual, para poder exercer sua atividade profissional e se filiando a um sindicato da categoria. O liberal pode trabalhar com autonomia. Disponível em: < <https://administradores.com.br/noticias/liberal-x-autonomo->

Gráfico 9: Empregabilidade
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos observar, a maioria dessas mulheres estão desempregadas, sem carteira assinada, e trabalhando por conta própria, seja fazendo um bico ou como autônomo, essa soma chega a 70 do total de 117 mulheres. Apenas 21 delas trabalham de carteira assinada e 25 são funcionárias públicas, ou seja, apenas 46 mulheres empregadas. Uma se denomina empregadora (que colocamos no intuito caso alguém fosse empresária) porém a renda era de R\$ 1.000 a R\$ 3.000, então podemos levar em consideração que essa colaboradora é um profissional autônomo.

Sobre a residência, que são os locais que elas se encontram e a condição de sua moradia, primeiro destacamos os municípios, conforme a tabela 2:

Município

Rio de Janeiro	87
Duque de Caxias	9
Niterói	5
Magé	2
São João de Meriti	3
Nova Iguaçu	4
Belford Roxo	1
Petrópolis	2
Nilópolis	1
Seropédica	1
Campos dos Goytacazes	1

Tabela 2: Qual local da sua residência?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Após saber onde essas mulheres estão localizadas, buscamos delimitar a condição dessa moradia, dando três opções: com os pais ou familiares, própria ou alugada, e o resultado está no gráfico 10:

Gráfico 10: Qual a condição da sua moradia?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos analisar, 43 participantes têm casa própria, 42 moram com os pais ou com familiares e 31 moram de aluguel. Esse dado isolado não traz muita importância, porém atrelado a outros fatores, compõem outras singularidades.

Podemos relacionar as mulheres que moram com os pais, num montante com 117 mulheres, 42 delas estão nesse cenário, analisando as faixas etárias, 28 delas têm entre 18 a 30 anos, 27 são solteiras e 1 casada. 13 delas têm entre 31 a 40 anos, 12 são solteiras e 1 casada, e de 41 a 50 anos, somente 1 que também é solteira, ou seja, dentre as 42 mulheres que moram com os pais independentemente da idade, 40 estão solteiras. Já as que moram de aluguel, chegam a 31 das participantes, 10 têm entre 18 a 30 anos e somente 2 são casadas. 15 mulheres têm entre 31 a 40 anos sendo somente 5 casadas. 5 delas têm de 41 a 50 anos e 3 são casadas e somente 1 tem mais de 50 anos e é solteira. Nesse cenário, 2 não têm renda, 5 recebem até R\$ 1.000, 12 recebem de R\$ 1.001 até R\$ 3.000, 7 recebem de R\$ 3.001 até R\$ 5.000 e 5 recebem mais de R\$ 5.000.

Agora entramos nos dados sobre o colorismo, e tratamos de classificar a cor, pois apesar de serem negras, socialmente temos essa distinção, e por isso tratamos de analisar a autoclassificação dessas mulheres quanto a sua tonalidade, e das três opções, que eram negra, negra de pele clara e negra de pele escura, surgiram mais duas declarações denominadas pardas e mestiças (que atrelamos a pele clara) com isso temos os seguintes dados, conforme o gráfico 11:

Gráfico 11: Qual sua cor?
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos observar, ainda há mulheres negras que se classificam pelo tom de pele, pois num total de 117 mulheres, 78 se entendem como negra e

entendem que não há diferença entre ter pele clara e escura. Já 25 mulheres se entendem como negra de pele clara, se diferenciando das demais mulheres, seja como benefício ou privilégio, temos também 14 mulheres que se designam com a pele escura, seja para demonstrar diferenças sociais que perpassam por ser mulher negra e retinta.

Nesse sentido, tratamos de verificar as relações afetivas entre a classificação de cor pelas participantes. Das 25 mulheres que se auto classificaram como negra de pele clara, 22 delas são solteiras e 3 casadas. Já as retintas, que são 14 delas, 9 são solteiras e 5 casadas.

No que corresponde a empregabilidade, as de pele clara, 8 são funcionárias públicas, 3 com carteira assinada, 6 estão desempregadas e as 8 restantes se dividem entre o trabalho informal e a autonomia. Já as retintas, 3 são funcionárias públicas e 3 trabalham de carteira assinada, somente 2 estão desempregadas e as outras 6 se dividem entre o trabalho informal e autonomia.

Carneiro (2011) ressalta que essa diferença na classificação de cor, reflete na sociedade o desejo de embranquecimento, além da possibilidade de poder escolher ser negro ou não. “Todos que não se desejam negros, amarelos ou indígenas encontram uma zona cinzenta onde possam se abrigar, se esconder e se esquecer de uma origem renegada” (CARNEIRO, 2011, p. 64)

Falando sobre afetividade, analisamos o estado civil das participantes, onde mostram que a maioria delas, independente de escolaridade e empregabilidade, estão solteiras, como podemos observar no gráfico 12:

Gráfico 12: Estado Civil
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos observar, 28 são casadas e 80 solteiras, sendo 51 delas sem nenhum compromisso e 29 compromissadas. Das 8 divorciadas, 5 estão sem nenhum compromisso e 3 compromissadas, dessa forma, num total de 117 mulheres, temos 61 mulheres com laços afetivos (contando as 28 casadas) e 56 sem nenhum laço afetivo.

Essas 56 mulheres que estão sem nenhum laço afetivo, todas elas acreditam que as mulheres brancas tem vantagens em relação às mulheres negras, e somente 3 disseram que não se sentem rejeitadas por serem negras. Todas têm idade entre 31 a 40 anos, e, analisando essas 3 mulheres, temos:

Apesar da participante C 46 afirmar que não se sente rejeitada por ser negra, quando questionada sobre violência simbólica relatou *“A supersexualização por ser negra. Ser chamada de mulata com um viés extremamente sexual”*, além de afirmar que percebe a solidão afetiva.

Já a participante C.16, que já sofreu racismo no trabalho e se sente diminuída em relação a outros pares, sente solidão social e diz *“Eu sempre era considerada inferior na escola. Eu precisava provar mais que os outros que eu era capaz. Somente, após demonstrar minha capacidade, eu era melhor aceita.”*

Agora C. 48, apesar de não perceber nenhum tipo de solidão, relatou que *“Me relacionei pouco com um rapaz branco que achava que me enrolava, queria só me ver durante a semana e vim na minha casa em horários impróprios, dizia que a minha vizinhança era super fofoqueira, o que é mesmo. Dispensei-o assim que deu!”*, além de afirmar que não se lembra de ter sofrido racismo no trabalho, quando questionada se já percebeu a violência simbólica foi impositiva *“Sim, já fui chamada de macaca.”*

É notório que essas três participantes não tenham percebido o quanto foram preteridas, ou associam a rejeição afetiva somente quando trocada por outro parceiro não negro, não percebem a falta de empatia e informalidade dos ex-parceiros como preterimento.

Depois desses dados quantitativos, agruparemos algumas questões em outras, a fim de analisar as intersecções existentes nessas respostas. No próximo tópico delimitaremos mais sobre alguns dados além de analisarmos as respostas abertas.

3.3 – A solidão e seus lugares

Nesta etapa da pesquisa analisamos as respostas das participantes das perguntas abertas, de modo a elucidar sobre os locais onde a solidão reside. Começamos pela empregabilidade, perguntando qual era a maior dificuldade de conseguir emprego, lembrando que 27 de 117 estão desempregadas e 18 sem nenhum tipo de renda.

A realidade de 7 mulheres desse grupo é a de não conseguir conciliar a faculdade com emprego, pois fazem faculdade pública, que é tempo integral, e com isso não conseguem arrumar emprego, e, sabem que sem faculdade, a empregabilidade fica ainda menor, então a prioridade é estudar.

Falando em escolaridade, 6 delas têm apenas o Ensino Médio. Com isso, não conseguem o requisito mínimo pelas empresas, pois concorrem com pessoas com mais escolaridade, ainda agregando o fato de ser negra, conforme a narrativa da colaboradora C 95, onde diz *“Hoje é a falta de oportunidade pelas empresas, mas ser negro muitas vezes nos impede de passar para próxima etapa de um processo seletivo.”*

Para 3 delas, são filhos. Uma está grávida e não tem nenhum tipo de renda, e as outras duas não têm com quem deixar os filhos. Então, não conseguem um emprego formal. Portanto, a questão da maternidade, atrelada à dificuldade de empregabilidade, estrutura familiar e social são entraves para estas colaboradoras da pesquisa. É importante ressaltar que tal realidade atinge uma parcela considerável de mulheres negras e periféricas.

De acordo com uma pesquisa feita pelo ETNUS (2017), o Ministério da Educação registrou uma fila de 87.906 criança menores de 4 anos para creches, e, em uma outra pesquisa realizada pela Catho, mostra que 28% das mulheres deixaram o trabalho após ter filho.

Esses números afetam diretamente a população negra, protagonista da faixa econômica mais vulnerável, com renda menor que um

salário mínimo, e maior dependente de creches para crianças com idade menor que 4 anos, e as consequências são diretas em trabalhadoras que têm saído do mercado de trabalho em carteira assinada para cuidar de seus filhos, pois não têm com quem deixá-los (ETNUS, 2017, p. 42)

Para 4 mulheres, a falta de experiência mesmo tendo graduação é o principal ponto de atenção. As empresas não exigem apenas escolaridade, mas também domínio na função. E, como conseguir uma vaga, se a primeira oportunidade lhe é negada? De acordo a afirmativa da colaboradora C 50, *“Pouca experiência”*. Para essa participante, que se declara como negra de pele clara, apesar de ter o Ensino Superior, não consegue um emprego formal, recebe de R\$1.000 a R\$3.000 e mora com os pais.

Já para a colaboradora C 64, *“Encontrar oportunidades para quem não tem experiência”* é um complicador, pois possui mestrado, e demonstra a realidade pelo fato de que somente o conhecimento não te coloca em melhores posições, sendo negra. Além do desemprego, não tem nenhuma fonte de renda.

Na mesma situação, a colaboradora C 10 salienta que *“Não consigo empregos da minha área. E os que acho, que são fora da área, quando aparecem, são de gp. Me sinto numa berlinda interna comigo mesma e o ‘emprego que apareceu’.*” Essa participante é mais uma com Ensino Superior, tentando se adaptar as demandas do mercado. Por falta de experiência, não consegue emprego na área de formação, e com isso, fica no dilema em aceitar empregos disponíveis mesmo que não seja a área de interesse. Nesse momento, ela está desempregada e sem nenhuma fonte de renda.

Para a participante C 58 *“No comércio, a idade e aparência, e para o cargo de Assistente Social, me falta experiência na área, há poucos concursos públicos e em Campos o desemprego é gritante”*. Portanto, atrela as dificuldades encontradas no mercado empresarial à região onde reside. Possui mestrado e, por não ter experiência, não consegue se inserir no campo estudado. Além do desemprego, não tem nenhuma fonte de renda. Tem mais de 31 anos e se classifica como negra de pele clara. Mesmo assim, acredita que a aparência é um ponto chave para a não contratação em empregos menos formais.

O desemprego para as participantes aqui mencionadas muito se encaixa quando Nascimento (2019) afirma que ainda hoje mulheres negras ocupam os mesmos espaços que lhe eram atribuídos desde a escravidão.

Como a educação é um requisito para o acesso a melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que a população de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tendo, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer outro grupo social. (NASCIMENTO, 2019, p.262)

Algumas participantes da pesquisa, relataram outros fatores sociais, como o machismo de algumas áreas de formação, onde a sociedade acredita que determinadas funções cabem ao papel masculino, como relata a participante C 113 “*A área de informática ainda é extremamente machista*”. Poucas colaboradoras relacionaram a cor e o peso, entretanto, é importante registrar esta questão, já salientada nesta dissertação nas páginas 72 e 73 no que diz respeito à empregabilidade e à escolaridade de mulheres negras. Demonstramos que por mais que essas mulheres aumentem sua escolaridade, ainda é menor, comparada às mulheres não negras, e que os setores não formais de trabalho são onde mais são vistas as mulheres negras, na agropecuária, trabalhos domésticos e braçais, demonstrando assim, o racismo ainda presente na sociedade.

Para além da cor como relata a participante C 95 “*Hoje é a falta de oportunidade pelas empresas, mas ser negro muitas vezes nos impede de passar para próxima etapa de um processo seletivo*”, temos na fala da participante C 84 a percepção do preconceito relacionado ao estereótipo, onde diz “*Minha cor e peso*” ressaltando a gordofobia e da estética. Com o relato da participante C 58 “*No comércio, a idade e aparência*”, enfatizando as intersecções que mulheres negras agrupam.

Neste sentido, os corpos negros, se não estão postos no campo da hipersexualização, estão sofrendo outras formas de preconceito, o que se reflete no aumento das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, conforme os relatos das colaboradoras. Em alguns relatos, as colaboradoras acreditam que a causa das dificuldades em conseguir uma vaga de emprego são fatores externo, como podemos ver na afirmação da participante C 63 “*Crise financeira que atinge o*

mercado de trabalho”, e da participante C 117 *“Atualmente, a crise que o país enfrenta”*.

Por outro lado, observamos narrativas em que algumas colaboradoras afirmaram que não possuem perfil justamente por causa da falta de devolutiva e respostas obtidas ao longo de processos seletivos para vagas de emprego.

Poderíamos relacionar essa “falta de perfil” relatado pelas participantes ao racismo? Perguntamos se elas já sofreram racismo ou preconceito de cor no emprego, e 74 delas disseram que sim, tanto de forma explícita como velada, e 43 disseram que não, das que deram exemplos, chamamos atenção aos seguintes pontos:

“Já sofri sim. Disfarçados de piadas, de maneira de ver meu comportamento, sempre marginalizada. A forma como é sempre colocado em provação minha capacidade intelectual, e assim em diante”. (C 70)

A colaboradora C 8, que se declara negra de pele escura, demonstra entendimento sobre o que é racismo, e como socialmente ele está nas estruturas sociais: *“Não pela cor, mas pelo cabelo”*. Essa fala se confirma através da concepção de Carneiro (2019), que para as mulheres negras há uma específica violência que constrange o direito a uma representação positiva, diminuindo as chances de trabalho, afetividade e abaixando a autoestima.

Já nesse caso, é um exemplo bem óbvio de como a sociedade em geral enxerga o racismo, acreditando que só é realizado através de uma violência, ou agressão verbal referente a cor, como ressalta Blank, Dabady e Citro (2004) existem quatro formas de percepção do racismo, e nesse caso ele aparece como um preconceito indireto, focando no cabelo para disfarçar o problema relativo a cor. Também de acordo com Campos (2017), podemos atrelar essa fala ao racismo institucional através de estereótipos, e gerando violência simbólica, pois a vítima acaba naturalizando que seu cabelo é “inferior” ao do padrão criado socialmente, que é o europeu. Para a colaboradora C 87, *“Só olhares mesmo, pois somos poucos negros no ambiente de trabalho”*. Essa constatação, a de que há poucas pessoas negras em trabalhos formais, demonstra que há um processo de naturalização que

permeia o fato de que a representatividade negra em determinados espaços profissionais ainda é incipiente.

Podemos questionar até que ponto, o olhar se torna desconfortante para ser racista, pois em alguns momentos, como ressalta Campos (2017) a abordagem de forma causal, através de ações e comportamentos preconceituosos, não precisa ser falado verbalmente para acontecer um fato, podendo ser através de gestos, movimentos, atitudes e sim, olhares. Outro ponto nessa mesma questão é a solidão social percebida no local de trabalho. Essa participante relata a pouca representatividade na empresa, sendo assim uma das poucas negras e a forma como ela é vista para os demais (não negros), conforme podemos observar na narrativa abaixo:

“Aparentemente, não. Porém já presenciei comentários racistas a outra colega e justificaram que comigo era diferente. Por quê? Porque tive outra condição social? Porque tenho pele mais clara? Ou porque eu estava presente para me defender?” (C 86)

Acreditamos que se um indivíduo é racista com um, não tem porque ser diferente com outros. É o famoso *clichê* que diz “não sou racista, tenho até amigos e familiares negros”, o fato da pele clara e uma condição social acima da pobreza relatada pela participante, altera o comportamento social, pois, no caso, ela está “embranquecida socialmente”. Esse cenário vai de encontro com a concepção de Blank, Dabady e Citro (2004) com a forma de racismo conhecida como respostas automáticas, quando acontecem atitudes racistas seguido da uma reação emotiva, justificando tal fato, demonstrando não ter sido intencional e de forma inconsciente ou simplesmente desmentindo.

A participante C 58, ao afirmar que *“Explicitamente não, mas de forma velada todos os negros sofrem”*, é uma afirmação que muitos intelectuais negros defendem. O racismo institucional ou estrutural, afeta toda a população negra e, neste sentido, voltamos a ressaltar como a violência simbólica opera na sociedade, pois há uma naturalização de posição social e subalternidade para com os negros, principalmente mulheres. O mais notado e de comum acordo com a sociedade que deve ser extinguido é o de forma explícita. Porém, no racismo velado, há os defensores, como ressalta Sueli Carneiro.

Em geral, esses atos são minimizados pela opinião pública como uma frase infeliz, sem intenção discriminatória, de acordo com a nossa tradição de mascarar o racismo e o preconceito presentes na sociedade. Mais recentemente, diz-se que os negros brasileiros estão ficando muitos melindrosos e vendo racismo em tudo. Afinal sempre toleram sem problemas “essas brincadeiras” que, no máximo, podem ser consideradas de mau gosto, jamais racistas. (CARNEIRO, 2011, p. 125)

No que concerne a afetividade das participantes da pesquisa, em uma pergunta fechada, foi questionado se elas acreditam que mulheres brancas tem mais oportunidades de relacionamento do que as mulheres negras. E num total de 117 respostas, 113 disseram que sim e 4 alertaram que não. Analisando essas 4 mulheres tivemos o seguinte cenário: A participante C 7, é solteira, está sem nenhum tipo de compromisso, se declara como parda, é funcionária pública e relata que seu salário é inferior à de outras pessoas na mesma função. Só se relaciona com homens negros, declarou sentir a solidão afetiva, e o que mais lhe incomoda no sentido de ser mulher e negra é a sexualização do corpo, além de ressaltar que por ser gorda percebe a violência de forma aumentada, e além de se sentir rejeitada por ser negra, já sofreu também racismo no trabalho. A participante C 60, que tem mais de 50 anos, é solteira e está sem nenhum tipo de compromisso. Já sofreu racismo no trabalho, e, para além disso, foi discriminada racialmente em vários momentos da sua vida, além de ter se sentido rejeitada por ser negra. A participante C 93 destacou a solidão afetiva como percebida, apesar de ser casada. Já se sentiu rejeitada por ser negra, e sente diferentes posturas dos homens negros e brancos em relação a ela. Já sofreu racismo no trabalho, percebendo que os chefes têm preconceito para com os negros, sendo assim, tendo que mostrar mais trabalho em relação aos brancos, além de alegar que socialmente os turistas veem a mulher negra como objeto sexual. Já a participante C 108, que também é solteira e sem nenhum tipo de compromisso, foi a única das quatro que relatou nunca ter sofrido racismo no trabalho. Não sabemos se associa ao fato de estar desempregada tendo Ensino Superior, entende que o motivo do desemprego é a distância, pois mora em Magé, e relata que já se sentiu rejeitada por ser negra.

Acreditamos que a falta de entendimento em relação às vantagens sociais que as mulheres brancas têm em relação às mulheres negras, seja um fator

naturalizado socialmente até no sentido de papéis específicos demarcados por gênero. As quatro participantes já se sentiram rejeitadas por serem negras. Só nessa categoria já mostra a vantagem que mulheres brancas têm em relação às mulheres negras, a cor.

Além das diferenças para com as mulheres brancas, perguntamos se as participantes observam postura diferente em relação a elas dos parceiros brancos para os parceiros negros, procurando entender se há alguma relação diferente a elas sobre a cor de pele dos parceiros. 43 disseram que não sentem diferença no tratamento para com elas, 74 disseram que sentem diferença. Porém, somente 38 fizeram observações. Nesse cenário, todas relataram sobre a objetificação do corpo, falta de compromisso sério (assumir namoro) tanto para os parceiros negros e os brancos. Fica evidente conforme relata Bell Hooks:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo, sem mente'. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as 'mulheres desregradas' deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469)

Assim, salientando que as mulheres trazem resquícios da escravidão que perduram até os dias atuais, sendo objetificadas e hipersexualizadas, conforme enfatizado por Hooks, nos trechos abaixo é possível perceber tais questões:

“Os parceiros Brancos me tratavam mais como um objeto sexual”. (C 4)

*“Nosso corpo sendo usado como depósito de porra.” (C 7)
Com exceção do namorado atual, os outros homens brancos que se aproximaram de mim tinham interesse apenas sexual ou em me expor em situações específicas (mostrar que estão ‘pegando’, exhibir, etc.). Nenhum quis algo mais sério comigo e mesmo deixando explícito que não queriam namorar, logo depois de mim, apareceram namorando brancas. (C 10)*

“Nunca tive um parceiro” (C 19)

Só tive dois parceiros negros. Um veio de um relacionamento com uma branca com baixa escolaridade e sempre me comparava com

ela. Os parceiros brancos tem forte sexualização: vc gosta bastante de sexo pq é negra, sua vagina é diferente (+ úmida). (C 21)

“Basicamente só me relaciono com homens brancos. Raramente, eu me relaciono com homens negros. E com ambos não passa de relacionamentos casuais.” (C 49)

“Homens brancos e as vezes homens negros me abordam com conotação dúbia, sexual, explícita ou não.” (C 82)

Considerando esses fatores, fica evidenciada a objetificação do homem independente de cor perante as mulheres negras. Para Nascimento (2019, p. 268) “A escolha do homem passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas as características do seu físico, muitas vezes exuberantes.”

Ainda sobre esse cenário de parceiros, posturas e afetividade, perguntamos as participantes se elas têm preferência de cor na escolha do parceiro. Observe o gráfico 13.

Gráfico 13: Preferência de cor- parceiro(a)
Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos analisar, 49 relataram não ter preferência, 2 delas ainda explicaram que antes preferiam os negros e hoje tanto faz, pois não tem diferença no tratamento.

“Já tive preferência, mas a solidão nos faz rever os conceitos. Hoje prefiro quem me trate bem.” (C 77)

“Se tivesse poder de escolha, escolheria negros. Mas a realidade que sou invisível pra brancos e negros. Brancos só sexualizam e querem encontros as escondidas e os negros preferem as brancas para clarear a família.” (C 21)

Já as que disseram ter preferência, 62 preferem os negros e 5 preferem os brancos. Das que preferem parceiros negros, 56 estão satisfeitas e certas da preferência pelos motivos de relacionamento afro centrado, acreditando que quando os dois entendem a estrutura racial da sociedade, é mais fácil e mais leve o relacionamento. 6 delas, apesar de preferirem parceiros negros, não estão satisfeitas, e argumentam que também acontecem relacionamentos mal sucedidos, objetificação, e que eles preferem as mais claras, porém, com branco, é pior.

“Sim. Prefiro negros por questões de fortalecer minha ancestralidade e perpetuar minha raça.” (C 32)

Sim. Porque se relacionar com homens brancos é bem mais difícil pois acaba tendo o julgamento que a mulher negra está com o homem branco porque ele tem condições de bancar o preconceito pode vim do próprio parceiro também e alguns homens negros preferem ter um relacionamento com mulher negra, alguns homens negros só querem a mulher negra pra curtir e para compromisso sério escolhem a mulher branca. (C 43)

Como ressaltamos anteriormente sobre mestiçagem, quanto mais clara a pele da mulher, melhor é aceita na sociedade, não garantindo relacionamentos bem sucedidos. A escolha do parceiro afetivo independe somente da cor. Hoje, mulheres negras buscam parceiros para além da consciência racial, pares que entendam a importância do feminismo negro, e das interseccionalidades presente na estrutura da sociedade.

Já as 5 que relataram ter preferência aos parceiros brancos, vamos analisar tais falas:

“Sim, gosto de homens brancos/pardos. Pois são os que chegam em mim, raramente um homem negro chega até a mim com interesse amoroso.” (C 50)

“Não a cor, mas a situação financeira acaba pesando mais na hora de se relacionar. Infelizmente os homens negros são em sua maioria de escala inferior à minha. E o meu círculo de convivência são as pessoas de pele clara.” (C 61)

“Branços, algo que foi introduzido desde pequena na minha cabeça, como forma de “limpar o sangue”.” (C 88)

“Sim, pretendo clarear a família.” (C 90)

“Os homens negros discriminam, meu namorado é branco.” (C 92)

Não nos cabe, nesse sentido, julgar escolhas ainda mais atreladas a cor e escolha de parceiro por esse viés. Porém, alguns desses comentários nos remetem a pensar como o racismo estrutural interfere em nossas escolhas. Há mulheres querendo “clarear” a família, o embranquecimento pode se dar por medo do filho sofrer preconceitos, ou apenas por acreditar que o ideal estético aceito na sociedade é o não negro. Por outro lado, subjugar negros como sempre inferiores na questão salarial é a naturalização da discriminação no cotidiano.

Uma das perguntas era se elas já se sentiram rejeitadas por serem negras, e, num total de 117 mulheres, 105 disseram que sim e apenas 12 disseram que não. Dessas 12, 3 já foram analisadas nas páginas 93 e 94 dessa dissertação pois são mulheres solteiras e sem laços afetivos, então, analisando as outras 9 mulheres, temos o seguinte cenário:

A participante C 3 é casada, não percebe a solidão no decorrer de sua trajetória. Porém, relatou *“Em algumas situações, notadamente no meu ambiente de trabalho e estudo, sinto que as pessoas ficam surpresas quando veem minha figura, não esperam que a advogada seja eu, com tal estereótipo. Ouço coisas como: ‘achei que você era diferente’. Sinto surpresa nos olhares. Isso também dentro do meu ambiente de estudo, constituído por pessoas brancas, sou a única mulher negra no mestrado que frequento. É muito comum o olhar de surpresa. Nos eventos que frequento, derivados da academia, não é incomum eu ser a única mulher negra no ambiente”*, além de afirmar já ter sofrido racismo no trabalho de forma velada, e já foi advertida por ser preta e, por isso, ter que andar arrumada. É a única mulher negra que faz mestrado no local de estudo, não percebendo a solidão e a rejeição social atrelada a cor, tentando embranquecê-la.

A participante C 22 é casada e relata nunca ter sofrido racismo no trabalho, porém acredita que mulheres brancas têm vantagens em relação às mulheres negras. Em sua narrativa, relata suas experiências com a violência simbólica *“Sim. Sofremos pq ao longo de anos após a ‘libertação’, muitos até hoje não tem identidade por conta da falta de respeito imposta por atitudes racistas do nosso cotidiano, os negros são vistos até hoje como pessoas limitadas à vida no todo e isso se reflete no tratamento que recebemos em lanchonetes, lojas, restaurantes... enfim, o racismo é algo muito claro ainda para todos nós, e principalmente para mulheres que muitas das vezes são ignoradas até mesmo por outras da mesma origem e raça”*. Não percebendo que se ela já passou por tudo isso, ela já foi rejeitada por ser negra.

A participante C 76 é casada, tem mais de 50 anos e, apesar do Ensino Superior, relata que o salário é inferior a de outras que exercem a mesma função. Sente a solidão político-econômica, e não se recorda se já sofreu racismo no trabalho, apesar de relatar que, quando questionada sobre violência simbólica, *“Ser chamada de macaca por conta da minha cor.”* A questão do racismo explícito é uma rejeição social.

A participante C 78 é casada e alega nunca ter sofrido racismo no trabalho. Acredita que mulheres brancas têm vantagens em relação às mulheres negras, apesar de nunca ter se relacionado com negros, e quando questionamos sobre a preferência de cor por parceiro: *“Branco, acredito que seja por construção social”*. Sobre a afirmação de preferir brancos por uma construção social, está naturalizado em seu consciente a estética aceita pela sociedade.

A participante C 92 é solteira, mas tem compromisso, alega nunca ter sofrido racismo no trabalho. Apesar de ser especialista, relata receber salário inferior a de outras pessoas que exercem a mesma função, acreditando que homens negros a discriminam. Ressalta que seu namorado é branco, e, além de relatar que é a única negra na equipe médica, relatou uma lembrança que, segundo ela, positiva da infância *“Quando criança, me chamavam de Tia Anastácia! Cresci ouvindo isso! Amava o Sítio do Pica-Pau Amarelo! E me apaixonei pela personagem que tinha uma generosidade, e tanto Amor para oferecer.”* Dessa forma, a participante não percebe que a vinculação a um personagem se dá pela sua cor ou sua aparência.

A participante C 96 é solteira, mas tem compromisso, e acredita que mulheres brancas tem mais vantagens que mulheres negras. Alega nunca ter sofrido racismo

no trabalho, relata sentir a solidão social e afirma “*Várias vezes fui seguida em supermercados e papelarias. Sim, no plural. Até hoje não consigo saber de verdade se foi por ser mulher, mas com certeza foi por ser negra. Uma vez, no ônibus, voltando do trabalho, uma moça escondeu a bolsa quando viu que parei em frente ao assento em que ela estava. Foi horrível, porque ela precisou apenas olhar pra mim.*” Mais uma vez, outra participante que não enxerga o racismo explícito como uma rejeição por sua cor.

A participante C 104 é divorciada e tem compromisso, já sofreu racismo no trabalho e relata que a idade é um empecilho para ter um trabalho formal. Acredita que mulheres brancas tem vantagem em relação às mulheres negras, e relata sentir todas as categorias da solidão- social, afetiva, familiar e político-econômica. Relatou ouvir de um chefe que iria contratar uma secretária loirinha e novinha, além de outros relatos “*Certa vez um amigo falava que sempre gostou de namorar (que me adorava por ser uma) mulheres negras, e que elas são mais quentes e ‘rasgam a camisinha’ e que ele tinha uma que gostava muito dela, mas seu cabelo tinha cheiro de henê. Em seguida, perguntou-me se eu usava o henê porque não sentia o cheiro em mim...nem dei muito crédito porque era uma pessoa muito querida, mas seu racismo estava bem enraizado.*” Mais um relato da objetificação de corpos de mulheres negras, no qual a participante enxerga racismo, porém não se inclui na fala.

A participante C 106 é casada, mas percebe a solidão afetiva, diz nunca ter sofrido racismo no trabalho, além de acreditar que mulheres brancas tem vantagem em relação às mulheres negras. É lésbica, e diz que por conta disso sente olhares, pois se veste de maneira masculina, apesar de afirmar que não se sente rejeitada por ser negra. Relatou que é comum “*Porteiro demorando para abrir a porta do prédio*”. Nesse caso, a participante foca na sexualidade e estética, ignorando a rejeição por sua cor.

A participante C 107 é casada e se diz muito posicionada. Afirma que nunca sofreu racismo, não percebe a solidão, não acredita em vantagens de mulheres brancas para com as negras, e seu único relato sobre violência simbólica foi “*Complicado, porque sou muito posicionada. Lembro sobre a palavra ‘morena’ e corrigi a pessoa falando que meu nome é...*” Essa participante teve negativa em todas as questões, acreditamos que essa postura de ter um posicionamento seja, na

maioria das vezes, para deslegitimar o racismo sofrido, pois, se foi chamada de “morena”, ou foi com um viés sexualizado ou por embranquecimento.

As participantes aqui destacadas não se sentem rejeitadas primeiramente por acreditarem que é algo ligado somente a afetividade. Porém, a rejeição pode ser percebida em todas as categorias de solidão aqui mencionadas, e em suas falas conseguimos identificar quais seriam. Torno a repetir que a não percepção da violência e a naturalização desses fatos é subjetiva, por isso é denominada violência simbólica.

3.4 - A solidão e a violência simbólica: suas cicatrizes

Nesse momento trataremos especificamente a questão da solidão dessas mulheres atrelando posteriormente a violência simbólica. Através do questionário, perguntamos qual era a maior causa da solidão, e como elas percebiam a solidão no decorrer da sua trajetória, podendo marcar uma ou mais opções. Nesse cenário, apenas 4 relataram não perceber a solidão. Porém, as participantes C. 3, C. 48 e C.107 estão descritas acima, tanto não percebem a rejeição e nem a solidão, mas as demonstram em suas falas.

Já a participante C. 80 é casada, relata não ter sofrido racismo no trabalho, apesar de já ter sido chamada de mulata e “neguinha”, socialmente, em tom pejorativo. Já se sentiu rejeitada por ser negra, fez faculdade somente aos 38 anos através das ações afirmativas, e não percebe a solidão social na qual está inserida.

As outras 113 relataram um ou mais campos que sentem a solidão. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 14: Como percebem a solidão?

Fonte: Pesquisa de campo/ Elaboração Própria

Como podemos analisar no primeiro gráfico do conjunto, 40 mulheres escolheram 1 tipo de solidão, 21 delas percebem mais a solidão afetiva, 9 delas a social, 7, política econômica e 3 a solidão familiar.

No segundo gráfico do conjunto, 30 mulheres relacionaram mais de 1 tipo de solidão percebida, 11 delas percebem a solidão tanto social quanto afetiva, 9, social e política econômica, 5, afetiva e política econômica, 4, afetiva e familiar e 1, social e familiar.

No terceiro gráfico do conjunto, 25 mulheres percebem três formas de solidão ao mesmo tempo, 19 delas destacaram a solidão afetiva, social e política econômica, 3, afetiva, familiar e social, 2, afetiva, familiar e política econômica e 1, social, familiar e política econômica.

Levando em consideração que 17 dessas mulheres percebem todas as 4 categorias de solidão, podemos analisar que a solidão afetiva é a que mais aparece, num total de 82 repetições entre as mulheres. Logo depois a social, com 70 repetições, a econômica com 60 e a familiar 31 vezes citada.

Numa entrevista concedida a revista Claudia²⁸, Stephanie Ribeiro, afirma que a afetividade da mulher negra não se dá somente pela falta de casamento, e também sobre estar num relacionamento e não se sentir amada. Sendo assim, a mulher negra não é vista socialmente como alguém que merece ser amado.

Eu comecei a falar sobre este assunto depois que tive contato com o último Censo realizado pelo IBGE, em 2010, que comprovou: 70% dos brasileiros se casam com parceiros de mesma cor, isto é, pessoas brancas se casam com pessoas brancas. Mas 52,52% das mulheres negras, principalmente aquelas de pele mais escura, ficavam sozinhas, como se fosse uma espécie de celibato definitivo. E para mim, isso não reflete uma escolha própria, mas sim, uma consequência de várias outras questões. Foi então que, neste

²⁸ Entrevista concedida a revista Claudia, disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/sua-vida/a-mulher-negra-nao-e-vista-como-um-sujeito-para-ser-amado/>> Acesso em 05 mar. 2020

momento, passei a ler sobre a afetividade da mulher negra. Meu primeiro contato mais profundo ocorreu através do livro *Virou Regra?* de Claudete Alves, que aponta que esta não é uma discussão sobre você estar ou não num relacionamento, mas sobre você estar e não se sentir amada, não se sentir respeitada, não poder contar com o companheirismo do seu parceiro. Acredito que a principal justificativa para a solidão a dois, gira em torno do fato de que a mulher negra não é vista com um sujeito para ser amado. (RIBEIRO, 2016)

Quase terminando o questionário, pedimos para as participantes relatarem alguma experiência que tenham vivido, levando em consideração ser mulher e negra na sociedade brasileira. Os relatos foram muitos, carregando em si muitas intersecções entre gênero, etnia, classe social, sexualidade, vida familiar e empregabilidade, contemplando variadas formas de opressões, e achamos pertinente citar alguns desses trechos que embasam e afirmam a teoria mencionada dos capítulos anteriores. Lembrando que a solicitação era que relatassem experiências, não pedimos que fossem ruins, deixamos livre. E, somente duas participantes descreveram algo “bom”:

“Fiz faculdade aos 38 anos com cota, bolsa 100% e contratada depois de formada pela escola onde estagiei” (C. 80)

Sou Fonoaudióloga Intensivista/Hospitalar, única Negra na minha equipe, hospital particular, Baixada Fluminense, tenho minha postura e conduta inabalável profissional! O Negro é lindo! Não devemos baixar a cabeça, somos Resistência, Guerreiros, Consciência Negra tds os dias! Candomblecista tbm! (C. 92)

No primeiro relato (C.80) observamos a necessidade de ações afirmativas para a possibilidade de a população negra ascender socialmente na escolaridade e empregabilidade. Já no segundo relato (C.92) apesar da solidão no trabalho, onde ela relata ser a única negra na equipe de um hospital particular, a consciência de ocupar um espaço que socialmente não seria o de uma mulher negra, trouxe empoderamento, voz e visibilidade para essa participante.

Existem questões que envolvem de forma isolada somente a mulher que é negra, pois analisando os relatos nos questionamos: uma mulher não negra passa por essas situações? Se a resposta for não, então realmente a questão não cabe

somente a categoria de gênero. Daí afirmamos a importância do pensamento interseccional.

Muitas participantes relataram que a maioria do racismo sofrido foi na infância, onde só puderam perceber depois de adulta, porém a ferida marca eternamente:

Acho que as experiências mais marcantes foram durante o colégio, visto que sempre fui preterida pelos garotos da turma que sempre preferiam "ficar" com as meninas brancas da classe. Contudo, como profissional, costumo ouvir muito a frase: " Você não tem cara de advogada". Certamente, essa afirmação tem muito a ver com a questão de gênero e raça. (C. 2)

"Eu sempre era considerada inferior na escola. Eu precisava provar mais que os outros que eu era capaz. Somente, após demonstrar minha capacidade, eu era melhor aceita." (C. 16)

Posso colocar várias situações de racismo que sofri e que tenho sofrido desde sempre. Mas as situações de racismo que enfrentei na escola e na faculdade mexem muito comigo. Quando eu era adolescente e estava no 9 ano, tive que dançar quadrilha pq naquele ano isso valia ponto. No ensaio, quando estavam se formando duplas menino/menina, eu e um menino sobramos. A professora orientou que fizéssemos par, porém ele se recusou de todas as formas falando que não queria dançar comigo e preferia ficar sem ponto (obviamente só porque eu era negra e automaticamente já era taxada de feia). A professora além de não dar o devido prosseguimento de advertência em relação à atitude do menino, deu a seguinte solução: eu teria que dançar com um rapaz da outra turma. Dancei com o rapaz da outra turma, que era muito gentil e bem educado por sinal, mas pra mim isso foi humilhante. Nunca tive namoradinho de colégio. Só com 19 anos (já estava até na faculdade) tive meu primeiro e único namorado. (C. 26)

"Ser zoada por amigas na adolescência por ter sido a única que nunca tinha beijado". (C. 30)

"Enquanto adolescente, em uma escola de classe média, de maioria dos estudantes brancos, nunca despertei o interesse de nenhum dos colegas, diferente das amigas brancas." (C. 42)

"Na escola, meninas brancas e de cabelos lisos eram consideradas bonitas. Me sentia mt excluída pelos meninos por isso". (C. 50)

Eu cresci ouvindo que eu era feia; já aconteceu que ninguém quis dançar comigo na festa junina da escola, e etc. Tudo isso me marcou e, em minha pré-adolescência, eu acreditava que nunca um garoto ia querer ficar comigo. Sempre quando eu tentava pensar em como eu seria no futuro, eu sempre pensava em mim mesma como branca de olhos azuis, ou negra no "estilo Camila Pitanga". Sempre tive muitos amigos, mas nesse quesito autoestima, eu sempre me depreciava.

Meu namorado já recebeu zoações por namorar "uma garota feia", mas graças a Deus, ele nunca se importou com isso. Então em minha infância e pré-adolescência eu sofria uma rejeição, mas por mais louco que seja isso, eu achava que as pessoas tinham razão em falar essas coisas horrendas para mim. Apenas na faculdade que eu entendi que existe um racismo estrutural e que desde sempre somos induzidos a ver o branco como "belo", e o negro como "feio". Foi preciso toda uma construção para eu me ver como uma mulher que merece se sentir bem. Eu nem me maquiava, porque eu achava que eu não tinha o que melhorar. Hoje eu amo um acessório, uma maquiagem, mas tbm me sinto bonita sem ela. Hoje eu até assumi meu crespo 4c natural, coisa que nunca pensei que fosse acontecer. Então eu sei que muita coisa ainda precisa melhorar, mas estou feliz com o processo que já ocorreu até aqui! (C. 72)

Convivia na adolescência com um grupo de amigos (homens e mulheres). Muitos homens todos brancos desse grupo sempre declaravam ser interessados em ter relação fortuitas comigo. No entanto, um deles mesmo demonstrando ter um interesse mais afetivo, não conseguiu assumir uma relação comigo. Hoje entendo que foi por conta do racismo. (C. 116)

Podemos perceber que essas rejeições na infância-adolescência de mulheres negras, é um fato perdura por anos na sociedade brasileira. Ainda nos tempos atuais, nossas meninas continuam a serem rejeitadas, se sentindo feias, diferentes, e passando pela violência simbólica através dos estereótipos.

Sueli Carneiro, em seu artigo intitulado “Racismo na educação Infantil”, reflete sobre o livro da professora Eliane Cavalcante “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil”, onde foi realizada uma pesquisa em uma escola municipal durante oito meses, em três salas de aulas, compondo crianças de 4 e 6 anos:

Eliane percebeu conflitos e hierarquizações raciais entre as crianças, como demonstrou o depoimento de uma garota negra de 6 anos. Segundo Eliane, as crianças só brincavam com ela quando levava brinquedo. Quando indagada o porquê, a menina respondeu: “Porque sou preta. A gente estava brincando de mamãe. A Catarina branca falou: ‘Eu não vou ser tia dela’ (da própria criança que está narrando). A Camila, que é branca, não tem nojo de mim”. A pesquisadora pergunta: “E as outras crianças têm nojo de você?” Responde a garota: “Têm”. Trata-se apenas de um exemplo, pinçado entre dezenas que estarrecem o leitor a cada página. (CARNEIRO, 2011, p. 75-76)

Essa rejeição na infância acarreta a busca de melhores posicionamentos sociais no que tange a escolaridade e empregabilidade, no que acaba por afetar os relacionamentos amorosos. Como ressalta Nascimento (2019), as mulheres de hoje quando atingem um grau determinado de padrão social (podemos analisar que poucas pararam de estudar no Ensino Médio, e também o baixo desemprego das participantes) tendem a procurar parceiros semelhantes, além do fato do sexismo e objetificação do corpo das mulheres negras mais são levadas a individualizar-se. Podemos confirmar essa realidade através dos relatos das nossas participantes referentes a afetividade:

Meses atrás, me relacionava com um homem preto "consciente " com as causas da solidão da mulher preta é tal que dizia querer relacionamento aberto e tal por não querer assumir ngm topei durante o tempo pois me fazia bem depois resolvi seguir pois realmente o msm ã queria nada , então 15 dias de ter dito não querer mais o mesmo Me manda msg dizendo que estava monogâmico namorando uma menina fiquei pasma pois passei meses dando meu melhor e tal até que vi a menina branca Aff. Resumindo não passou 1 mês do tal namoro ele me mandando msg que queria me ver estava com saudade, disse cadê a namorada ele a mais nós somos diferentes nosso sexo e tal eu fiquei tão mal que custei acreditar era ali a afirmação que servia pra cama , para os desabafos mas não para ser assumida pelo menos pra ele ! Cara é muito foda dói até hoje isso. (C. 5)

Tive um relacionamento com um homem branco, filho único, americano, mãe Diplomata e Pai engenheiro. Depois de sete anos de relacionamento eu pedi para namorar com ele. Em resposta ele disse que não me amava o suficiente para namorar e que não se via tendo filhos negros. (C. 32)

“Antes de estar num relacionamento sério já sofri com vários parceiros em relação a minha negritude. Uns não queriam namorar devido à status social/família, ou objetivavam o meu corpo- incluindo homens negros e brancos.” (C. 39)

“Já fui preterida em relacionamentos. Homens que não queriam relacionamentos sérios enquanto estávamos saindo. E assim que paramos, eles começaram a namorar com mulheres brancas.” (C. 49)

Não sou assumida para a família, portanto costumo iniciar os relacionamentos nas salas de bate papo Uol, quando relato ser negra ou sou descartada ou viro objeto de fetiche sexual. O meio acadêmico só nós "aceita" na graduação, no segmento da pós somos minoria e sofremos uma maior violência institucional. (C. 58)

“Vejo minhas amigas brancas se relacionando com homens que logo se apaixonam... Romance... Presentes... Apresenta logo para os amigos. TODAS AS MINHAS AMIGAS BRANCAS vivenciam isso. Eu nunca soube.” (C. 69)

“Tenho 19 anos e nunca namorei por ser negra e gorda.” (C. 84)

“Sempre sou objetificada como a morena, cavala, safada etc. Sendo que nos mesmos contextos mulheres brancas não passam por isso.” (C. 88)

“Como mulher negra percebo que homens negros preferem mulheres brancas para relacionar-se por considerá-las um "upgrade" na sociedade.” (C. 105)

Na categoria empregabilidade, mulheres negras também são preteridas, expostas, rejeitadas e sofrem racismo de diversas formas independente da escolaridade, cargo ou profissão:

Em algumas situações, notadamente no meu ambiente de trabalho e estudo, sinto que as pessoas ficam surpresas quando veem minha figura, não esperam que a advogada seja eu, com tal estereótipo. Ouço coisas como: "achei que você diferente". Sinto surpresa nos olhares. Isso também dentro do meu ambiente de estudo, constituído por pessoas brancas, sou a única mulher negra no mestrado que frequento. É muito comum o olhar de surpresa. Nos eventos que frequento, derivados da academia, não é incomum eu ser a única mulher negra no ambiente. (C. 3)

“Numa entrevista, escolheram a branca mesmo eu tendo mais experiência. Em outra me desclassificaram por eu ser mãe.” (C. 4)

Minha primeira formação é em Fisioterapia, com uma especialização rara em Pediatria. Era a única fisioterapeuta com esse perfil numa rede de hospitais que atendia com home care e a demanda era bem grande. Uma família recusou a minha entrada na casa e meu atendimento, deixando o filho sem o tratamento adequado, por alegarem saber ‘como eu era’. Minha chefe me passou a informação dizendo que eles haviam recusado pois não gostavam de negros. (C. 11)

Trabalhei 33 anos como empregada doméstica e sempre senti o tratamento e os olhares de desprezo, além dos espaços destinados para alimentação e higiene. (C. 18)

Preconceito por parte de uma mãe de uma aluna. Eu era professora da filha dela e junto comigo trabalhava uma outra professora branca. E no fim do dia a mãe dessa criança se referia quase sempre à outra professora para saber como tinha sido o dia da filha dela (turma de berçário). Depois ela se desculpou e contou que pensava que eu era auxiliar e não professora. (C. 28)

Sou psicóloga e estou abrindo um consultório com mais 2 amigos. Estava na sala, e um cara responsável por um curso de beleza, do mesmo andar, quis falar com o psicólogo. Na hora ele disse: " Cadê o psicólogo fulano de tal?" Eu estava com a minha mãe, que também é negra! Ficou um silêncio constrangedor. E eu respondi: " Fulano Não está, mas pode falar comigo se quiser algo "... Na mesma hora ele respondeu: " Ah, só com ele mesmo". Obs.: O outro psicólogo também é negro. (C. 37)

No trabalho (sou funcionária pública) quando cheguei no primeiro dia já notei os olhares diferentes, superiores, ainda mais por eu ser a única negra. No início, senti que queriam me tratar como serviçal. Até o modo de me chamar tinha um ar superior. Só que como mostrei minhas habilidades, com o tempo eles viram que sou uma pessoa que faz falta e que dá conta do trabalho. Mais ainda tem pessoas que me veem de forma inferior. É desgastante por você sempre ter que provar que você é capaz, que faz jus a estar naquele cargo, naquele lugar. (C. 38)

Em uma apresentação na empresa no qual participaria de uma entrevista em grupo, a assistente de rh se direcionou ao meu grupo (estávamos aguardando para tal entrevista no salão social) e dirigindo-se a mim e mais 2 meninas perguntou se nós estávamos aguardando para entrevista de auxiliar de limpeza. Respondemos que não e ela não perguntou p nenhuma pessoa branca que estava ali se eles eram p vaga de auxiliar de limpeza. Bom fui aprovada para vaga de analista de faturamento C.C. e entendi um pouco... Muitos dos que trabalhavam ali na área de serviços de limpeza eram pessoas negras. (C. 61)

Possuo uma ótima formação, três graduações, uma pós, um mestrado, três cursos de idiomas, mas...não faço o perfil de professora em escolas da zona sul. E as da zona norte, alegam que minha formação é demais para o cargo e a remuneração. (C. 64)

Em uma entrevista de emprego, no qual fui nessa empresa duas vezes fazer a mesma entrevista e, naquele momento só eu dos entrevistados tinha a função na carteira, mas não fui admirada pois todos os funcionários que ali trabalhavam eram negros, e eu tive a certeza que não fiquei por ser negra, mas era a única que tinha a função como experiência comprovada na carteira. (C. 95)

"Sou psicóloga e o pai de uma paciente pediu o número do meu CRP., por não acreditar que sou psicóloga sendo negra. E pior ele tb é negro." (C. 101)

Podemos analisar que, quanto mais alto o cargo na profissão, o prestígio das mulheres negras não é considerado. Há sempre quem duvide ou não aceite a capacidade intelectual dessas mulheres. É como se servissem somente para a

servidão da branquitude, e com isso elas acabam sozinhas, hoje, por não aceitarem essa inferiorização, de acordo com Beatriz Nascimento:

(...) ela, por sua vez, acaba por rejeitar esses outros homens, pois não aceitará uma proposta de dominação unilateral. Desse modo, ou permanece solitária ou liga-se a alternativas em que os laços de união podem ser afrouxados. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como aqueles cujo ideal é de um maior grau de embranquecimento. (NASCIMENTO, 2019, p. 267-268)

Há também o racismo da sociedade em geral, nas famílias, no comércio, nos locais frequentados, como se houvesse uma segregação de onde a mulher negra pode ou não pode estar:

Sendo mestiça (pele clara, lábios grossos e nariz meio achatado, e cabelo 3c/4a) a 1a vez q conheci na época a família paterna do meu ex, a tia dele depois de me cumprimentar se virou pra ele e disse q eu tinha uma beleza exótica...depois foi pedir desculpas A ELE, ele me contou depois. (C. 8)

Passei alguns constrangimentos por pintar o cabelo de loiro e alisar os mesmos, fui taxada de preconceituosa e de não valorizar minhas raízes, sendo que o motivo do loiro depois de uma certa idade foram os cabelos brancos e o alisar foi devido a constantes sinusites que deveria tratar por molhar o cabelo constantemente. As pessoas não entendem isso e não perdoam na hora dos julgamentos. (C. 15)

Médica ginecologista questionando porque eu usava DIU mirena se eu não era casada. Se tinha parceiro fixo, se o plano era meu mesmo (parecia que uma negra não pode trabalhar num bom lugar, e se trabalha, tem algum cunho sexual nisso - pareceu também que por ser negra e usar um método anticoncepcional contínuo eu fosse mais promíscua)...Quando fui comprar meu carro também cheguei a uma concessionária e ninguém veio me atender... Sempre tem pequenas situações no dia a dia... Colegas de trabalho durante um evento falando "nossa deve ser difícil ter que acordar mais cedo pra arruma o cabelo né" (C. 21)

"Feminismo e tal sororidade de andar na rua prox. a outra mulher, a mulher branca quando me viu andando rápido pra perto dela, achou q eu iria roubar ela." (C. 31)

Uma vez, em uma loja, eu estava de mochila, pois tinha acabado de sair da faculdade. Eu estava olhando uns produtos, pois pretendia comprar (e, de fato, comprei), até que uma das vendedoras me abordou perguntando se eu queria alguma coisa/precisava de ajuda. Eu senti que o tom foi um pouco ríspido, mas apenas respondi que

não, pois estava vendo/escolhendo. E mais de uma vez eu estive em lojas com minha amiga da faculdade, que é branca, ambas de mochila, e isso nunca aconteceu. (C. 44)

“Solidão de estar em espaços majoritariamente brancos.” (C. 45)

Por morar em um bairro de Zona Sul e ter um estereótipo que as pessoas consideravam o da "mulata", já fui tachada com prostituta, já fui confundida com "gringa" por me considerarem bem vestida e por ascender a espaço que muitas mulheres negras não ascendem, perdi uma promoção por ter não ter o perfil considerado ideal pela empresa, sempre me perguntam se sou passista ainda hoje apesar de ser uma mulher madura. (C. 68)

Como negra sinto que as pessoas me tratam melhor quando estou bem vestida. Muitas vezes não fui atendida em lojas ou já fui perseguida por seguranças. Como negra já neguei minhas raízes, odiando meu cabelo, minha cor, meus traços. Fazia de tudo para ter um cabelo liso, clarear minha cor, afinar o nariz. Como negra sinto que todo dia minha autoestima é colocada lá embaixo, seja por olhares, comentários maldosos. Todo dia sinto que preciso matar um Ocidente que vive em mim e me obriga a se encaixar em um padrão que eu nunca vou alcançar. Todo dia eu preciso aprender a me amar em um mundo que me deixa claro que nada que seja ligado ao corpo negro é merecedor de respeito, como se não tivéssemos humanidade. (C. 70)

“Me hospedei no Hotel Fasano, sozinha pois sou muito fã do Bruno Mars ...Quando comecei a usufruir as estruturas do hotel acharam que eu era garota de programa!!!” (C. 73)

“Quando assumi meus cabelos crespos, deixei de alisa-los senti a mudança no tratamento das pessoas nas lojas, comércio, etc.” (C. 83)

“Fui expulsa de um restaurante na Inglaterra.” (C. 85)

“Lojas de roupa e sapatos com preços mais elevados, não costumam ter uma boa recepção.” (C. 90)

Como vimos nos capítulos anteriores, a luta pela visibilidade social da população negra está atrelada às relações de poder e à escravidão, principalmente as mulheres negras, que são o último grupo na pirâmide social de poder. Na concepção de Gonzalez (2019), o local de onde as mulheres negras falam e ocupam, definirá a qual interpretação será exposta entre o sexismo e o racismo:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural

brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 2019, p.242)

Como podemos analisar, a solidão da mulher negra está diretamente relacionada ao racismo, e atrelada a vários fatores, apesar da afetividade ser percebida na maioria das mulheres. Muitas outras categorias são observadas, além da intersecção delas.

Eu vim da periferia de SP pra estudar numa universidade pública do Rio de Janeiro, a fim de "crescer na vida", "ser alguém"... Seis anos depois dessa escolha, encontro-me sem uma rede de apoio fidedigna, diagnosticada com depressão e transtorno de humor, com dificuldades para criar laços, passando necessidade e à mercê de trabalhos exaustivos com um pagamento vergonhoso. Pessoas que diziam estar do meu lado sumiram, e algumas das que permanecem parecem agir por um instinto puramente cristão de caridade. Me sinto absurdamente só e o único motivo para não aniquilar minha vida é a existência da minha mãe, para quem não quero trazer mais sofrimentos do que a vida já trouxe. (C. 56)

No relato acima, percebemos a solidão dessa participante em muitos aspectos, e o esforço de seguir adiante por outra mulher negra, entendendo que a mãe já sofreu socialmente tanto quanto ela e não seria capaz de aguentar a perda de uma filha por problemas sociais, esse relato se pauta nas expectativas de mulheres negras de conseguir um espaço na sociedade e independente de todo arcabouço intelectual, ainda assim são preteridas.

Outra questão a ser salientada se pauta nos elogios, esses, carregados de preconceitos e que demoram a serem entendidos como ofensa, é nesse caso que se origina em grande maioria a violência simbólica:

“Já fui elogiada por ter cabelo cacheado e não crespo, muitas pessoas dizem que eu tenho sorte de ter puxado o cabelo do meu pai que tem avós índios e logo, cabelo mais pra liso.” (C. 17)

Na última questão do questionário, destacamos o conceito de violência simbólica, e afirmamos que todos os negros/mulheres já a sofreram em algum momento da sua vida. Explicamos que geralmente é o que escutamos "sem querer, sem intenção de magoar ou que era para ser um elogio", pedindo para que as participantes relatassem suas vivências, e, mais uma vez, confirmando sua existência, múltiplas foram as formas de violência simbólica relatadas, que agora de forma percebida, passa a se configurar como racismo estrutural. Salientamos que a violência só é simbólica quando a opressão se torna naturalizada, aceita e dificilmente percebida:

“Já ouvi muito ‘você é pretinha, mas tem feições finas; é uma pretinha, mas bonita e gente boa; já é preta, então tem que andar mais arrumada’, dentre outras coisas.” (C. 3)

Sim, claro, por ter as nádegas grandes e os lábios vistosos, sempre fui elogiada, ou observada verbalmente por esses atributos. Inclusive insinuações de posições sexuais preferidas por ter as nádegas grandes. (C. 15)

Ha sempre a fala minimizando ser negro x ser um negro "claro". Como por exemplo: “Ah, mas você não é negra, você é mulata”. Ou “Seu cabelo não é tão duro” ou “Você não é negra, você é bonita. Em contraponto há uma solicitação de embranquecimento, como “se alisar seu cabelo nem parecerá negra” ou “Já pensou em alisar o cabelo? Vc ficaria mais arrumada”. (C. 28)

“Qdo perguntam se lavo a trança, como q lava!? Já fui barrada na portaria do condomínio, pra mostrar um apto (sou corretora) o porteiro me disse q a entrevista pra faxina seria no dia seguinte.” (C. 31)

“No carnaval quando os homens veem as mulheres negras de fantasia já chamam de gostosa, querem agarrar a força e se você fala que não quer ainda xingam.” (C. 43)

Sim. A pior foi uma velha abaixar os óculos no shopping Leblon pra me olhar com cara de nojo, achei aquilo absurdo, eu era uma menina e ainda alisava o cabelo. Não tinha tão forte minha identidade por ter traços finos e isso me fez querer me distanciar mais..., mas não deixei me levar por aquilo. (C. 54)

“Na família é recorrente, mas devido a minha cor sou muita das vezes confundida com a empregada da minha mãe.” (C. 58)

Já me perguntaram quanto era o programa, me perguntaram se eu tinha maconha quando usava twists no cabelo, todas as vezes que

digo que moro em Copacabana a primeira pergunta: "trabalha em que?" (C. 68)

"Todos acham que sei sambar por ser negra." (C. 71)

Já sofri algumas violências ao longo da vida. A última foi no meu trabalho onde meu coordenador me colocou no estereótipo da negra periférica qnd nunca morei na periferia. Uma violencia e racismo q apagou toda a minha capacidade de comunicação social e meus estudos me colocando em um papel ao qual sequer sei a vivencia dele. (C. 75)

Ressaltando que a premissa da violência simbólica, na concepção de Bourdieu (2010), se mantém quando o racismo não é percebido. Muitas dessas mulheres só se deram conta a cargo dos exemplos e explicação do termo, muitas gostavam de certos elogios, se sentiam especiais, achavam agradáveis, naturais, não viam problemas quando alguém a indagavam se sabiam sambar. Nesse sentido, configura-se a violência simbólica muito presente ainda na sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada em apenas uma pequena parcela de mulheres negras residentes no Rio de Janeiro. Porém se coaduna com a pesquisa de Pacheco (2008), feita há mais de 10 anos, quando se trata da afetividade, mulheres negras continuam a serem preteridas, usadas e objetificadas sexualmente.

Nas pesquisas de dados estatísticos governamentais, como alarmado anteriormente, mulheres negras têm menores salários, subempregos, escolaridade, e são as maiores desempregadas. Vimos aqui uma demanda grande de melhorias no que corresponde a empregabilidade e escolaridade delas, porém, ainda muito diferente quando comparadas as não negras. Quando tratamos das especificidades sociais, atrelando gênero ao racismo, podemos resumir tudo que foi dissertado através do relato da participante C 41: *"Ser negra sempre se sobrepõe ao fato de ser mulher."*

Considerações Finais

Procuramos neste trabalho dissertativo, reconhecer a solidão e a violência simbólica, como uma causa coletiva inerente somente à mulher que é negra, pois trata-se de uma situação em que sujeitos coletivos construídos em subordinação por uma série de discursos, são acometidos enquanto iguais por outros tantos discursos.

Não somos iguais, nunca fomos e nunca seremos. A história da escravidão no Brasil nos mostra dados e teorias que, mesmo passados mais de 120 anos da abolição, o racismo ainda é muito forte socialmente, e as diferenças em todas as esferas em relação à cor de pele são nítidas.

Nesse sentido, o primeiro capítulo desta dissertação tratou sobre as questões de racismo e gênero. Com o auxílio do trabalho de intelectuais negros como Abdias Nascimento e Sueli Carneiro, descrevemos processos e situações contemporâneas e modernas sobre a questão racial no Brasil, desmistificamos o mito da democracia racial e mostramos as diferentes formas de racismo estrutural. Com o foco na vida das mulheres negras escravizadas, tratamos sobre as diferenças de papéis tanto de homens para mulheres escravizados, e as relações de poder, quanto para mulheres negras e não negras nas relações de gênero. Com isso, em continuidade no mesmo capítulo, discorreremos sobre o histórico social de gênero.

É fato que mulheres em geral sofrem com o machismo, com papéis de gêneros preestabelecidos socialmente. Este foi o tópico relacionado a gênero e poder, no qual mostramos na teoria, através de autores como Beauvoir, Saffioti, Butler e Scott, questões históricas do movimento feminista que, infelizmente, não incluía as mulheres negras que também uniam as opressões de racismo, por ora invisibilizadas pelas feministas. Ainda no primeiro capítulo, chamamos a atenção para um conceito criado por Kimberlé Crenshaw chamado interseccionalidade, que parte do pressuposto que mulheres negras agrupam opressões que, para outros grupos, não existem. Nos baseamos também na intelectual negra Karla Akotirene para demonstrar que mulheres negras não têm como ser iguais a mulheres brancas, nem somente comparando gênero.

Diante desse fato, no segundo capítulo, iniciamos por analisar o que é ser mulher negra na sociedade brasileira, e procuramos dar voz às nossas narrativas, digo isto pela facilidade de encontrar na academia autores não negros que falam por nós. Nesse sentido, buscamos uma literatura negra para narrar nossas lutas, com

isso, e por intermédio de autores como Angela Davis, Bell Hooks, Sandra Maria Giacomini entre outras, buscamos elucidar a trajetória de mulheres negras desde a escravidão até os dias atuais. Neste sentido, falamos especificamente sobre o início, objetivos e conquistas através do feminismo negro, nos pautando nas intelectuais Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Stephanie Ribeiro, Beatriz Nascimento, dentre tantas outras, mostrando uma crescente evolução do movimento e das contribuições de cada uma das intelectuais para a sociedade com o intuito de desconstruir a invisibilidade social e constatar uma subjetividade para com as mulheres negras que é negada. Mostramos também outras formas de união para a protagonização de mulheres negras nas lutas sociais, que é o Mulherismo Africana, que por sua vez defende a visibilidade de negros partindo de uma criação de movimento social próprio. Vale ressaltar que Mulherismo Africana e feminismo negro são movimentos semelhantes, que se unem num mesmo foco, porém com vertentes diferentes.

Em relação a solidão, buscamos primeiramente conceituar com base na interdisciplinaridade que nos é permitida, de modo que o conceito é percebido por diferentes formas nos campos de saber como filosofia, sociologia e psicologia. Contudo, o foco é o mesmo que é o sentido de estar só. Trazendo para a análise de gênero, percebemos que, no senso comum, a palavra solidão nos remete a ser sozinho afetivamente, e nesse caso comparando dados estatísticos já mencionados nessa dissertação, as mulheres brancas tem muito mais chance de casamento do que as mulheres negras. Além desse fato, não só no campo afetivo, as mulheres negras são sozinhas em muitas outras esferas, sejam elas sociais, econômicas, política e familiar. Porém, muitas dessas categorias passam despercebidas e naturalizadas socialmente, a esse fato dá-se a denominação de violência simbólica, cunhada por Pierre Bourdieu.

Mostramos a violência simbólica na mídia televisiva, através de estereótipos em personagens, na sociedade através de músicas, fantasias, gestos, falas, na saúde em referência a maternidade da mulher negra, na questão política quando nos faltam alternativas em meio ao nosso direito de ser e de ir e vir e principalmente na questão econômica, quando não basta ter menores salários por ser mulher, ganhamos menos por sermos negras.

Em seguida, tratamos no último tópico do segundo capítulo, analisar em quais locais e de que forma, mulheres negras sofrem violência simbólica, e, para corroborar toda a teoria e pesquisa apresentada, o terceiro capítulo é todo

embasado na pesquisa de campo feita através de um questionário online disponibilizado na internet.

A análise da pesquisa foi realizada com um total de 117 mulheres, e foi constatado que sim, todas são solitárias em pelo menos uma esfera social, e algumas em duas ou todas elas. Muitas não percebem a violência simbólica da qual foram ou são acometidas, naturalizando e minimizando violências sociais como um problema geral social. Por outro lado, muitas conscientes do que sentem e vivem, sobre a realidade social na qual estão inseridas, que é subserviente em todos os sentidos.

Nesse momento retomo a discussão sobre os conceitos de lugar de fala de Djamila Ribeiro e de Escrivência de Conceição Evaristo, no qual analisar os relatos das participantes, na posição de pesquisadora e mulher negra, me remete a muitas lembranças vivenciadas e sentimentos guardados. Muitos encontros em situações narradas, muitos entendimentos que só foram possíveis a partir dessa pesquisa, muitos “já passei por isso também” de uma forma dolorosa e que só outra mulher negra pode entender. O meu lugar de fala me concede a dor e a delícia de poder falar de mulher negra para mulheres negras nessa sociedade patriarcal e racista.

Cabe ressaltar que no Rio de Janeiro não havia, pelo menos até o momento de finalização dessa pesquisa, outra que mostre a solidão de mulheres negras no Rio de Janeiro, e com ênfase na violência simbólica. Existem outras pesquisas neste sentido em outros estados, no caso, em 2008, por Claudete Souza em São Paulo que trata a solidão das mulheres negras em relação ao preterimento do homem negro, e em 2006, por Ana Cláudia Pacheco na Bahia, que trata da solidão relacionada à afetividade da mulher negra. Com isso, essa pesquisa se torna inédita e atualizada, pois já faz mais de 12 anos da última pesquisa, e os resultados, como já mencionados, não tiveram mudanças. Pelo contrário, esse grupo continua unindo opressões e sendo invisibilizado.

Diante de tudo que foi relatado no decorrer desta pesquisa, acreditamos que estas mulheres são um bravo exemplo de como a solidão delas se baseia no racismo. A sociedade brasileira ainda não entende como a violência simbólica pode trazer solidão e malefícios a esse grupo. As participantes, em especial, por terem passado por toda a sorte de perigos e violências sociais, e hoje entenderem mesmo somente através dessa pesquisa que tais elogios e comportamentos sociais não são

corretos, não aceitarão menos do que elas merecem, e com isso podem empoderar e informar outras mulheres, informação essa que deve ser reverenciada e propagada como uma rede de apoio através do movimento negro feminino.

Assim, acreditamos que o fortalecimento dessas mulheres, se empoderando através dos coletivos de mulheres negras, seja uma luta constante e capaz de um dia concretizar os objetivos de igualdade entre a raça que se propõe a atingir, libertando as mulheres negras de todos os males a que são submetidas no dia a dia, em relacionamentos, no ambiente de trabalho e na sociedade como um todo, podendo, assim, serem tão livres, aceitas e amadas como os outros grupos de mulheres

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Editora Companhia das Letras, 2018.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

ANTUNES, Leda. *O que é cis, trans, não-binário e outras definições de gênero*. Huffpost. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/identidade-genero_br_5c5b02a0e4b087104759c51a> Acesso em 22 jan. 2020.

AVILA, Renato Nogueira Perez. *Um estudo da solidão humana e sua explicação nas ciências psíquicas e na teologia- um estudo comparativo*. Revista INESUL. Vol. 14. N.1. 2011. Disponível em:<https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_15_1320095675.pdf>. Acesso em 03 nov. 2019.

BAIRROS, Luiza. *A participação das mulheres negras nos espaços de poder*. 2013. Disponível em:<<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>>. Acesso em 0 nov. 2019.

_____. *Nossos feminismos revisitados*. Estudos feministas. V. 3, N. 2. Florianópolis, p. 458. 1995.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Volume I Tradução: Sérgio Milliet. 4ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. *O segundo sexo: A experiência vivida* Volume II. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERTH, Joice. *Responsabilidade afetiva x Amor preto: as exclusões que se repetem*. Disponível em: <<https://medium.com/revista-subjetiva/responsabilidade-afetiva-x-amor-preto-as-exclus%C3%B5es-que-se-repetem-1a653e599eb3>> Acesso em 10 jan. 2018.

_____. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.

BISPO, Raphael. *Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível*. Revista do centro em rede de investigação em antropologia. Vol. 20 (2). 2016. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/etnografica/4268#tocto1n2>>. Acesso em 03 nov. 2019.

BLANK, Rebecca; DABADY, Marilyn; CITRO, Constance. *Medindo a Discriminação Racial. Painel de Métodos para Avaliar a Discriminação*. Comitê de Estatísticas Nacionais, Divisão de Ciências Comportamentais e Sociais e Educação. Washington, DC: 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORGES, Pedro. Luiza Bairros, uma referência que fica. Alma Preta. 2017. Disponível em:<<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica>>. Acesso em 04 nov. 2019.

BRITO, Benilda Regina Paiva de. Mulher, negra e pobre – A tripla discriminação. In: Revista Teoria e Debate. N. 36. São Paulo, 1997. Disponível em: www.fpabramo.org.br/td/Td36/Td36_sociedade.htm. Acesso 08 jul. 2018.

BUTLER, Judith. “Vida precária, vida passível de luto”. In: Quadros de Guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

CAETANO, Ivone Ferreira. O feminismo brasileiro: Uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. 2017. Disponível em:<http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/Deslvo neFerreiraCaetano.pdf>. Acesso em 02 nov. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, nº 95. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300503&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 02 mai. 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese de Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

_____. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 06/03/2011. Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>Acesso 09 jan. 2019.

_____. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados nº 17 (49). 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2019.

_____. Racismo, Sexismo e Desigualdades no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARTA CAPITAL. IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior. 07/03/2018. Disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge- apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior>. Acesso 02 nov. 2019.

CARVALHO, Liandra L. Mais do que “levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima”: um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória de mulheres negras cariocas. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CEZAR, Adieliton; JUCÁ-VASCONCELOS, Helena. Diferenciando sensações, sentimento e emoções: uma articulação com a abordagem gestáltica. Revista IGT na Rede, v. 13, nº 24, p. 4 – 14. 2016. Disponível em : <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n24/v13n24a02.pdf>> Acesso em 15 dez. 2020.

CLARA, Maria. Todo homem é machista? Existe mulher machista? E feminismo? Medium. 2017. Disponível em:<<https://medium.com/@claragalindo/todo-homem-%C3%A9-machista-existe-mulher-machista-e-femismo-f7e2db8bdf2a>>. Acesso em 02 nov. 2019.

CORREA, Patrícia Leal. A luta das mulheres negras em São de Meriti – Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes. Universidade do Grande Rio. Duque de Caxias, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos Feministas. Ano 10. Florianópolis, 2002.

_____. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. U. Chi. Legal F., p. 139, 1989.

_____, A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf Acesso em 01 ago. 2019.

ETNUS CONSULTORIA E PESQUISA. Afroconsumo: Pesquisa sobre como afrodescendentes consomem o Mercado de Trabalho. 2017. Disponível em: <https://irp-cdn.multiscreensite.com/4e69c2ec/files/uploaded/ETNUS_PMT17.pdf>. Acesso em 05 abr.2020.

FELIPPE, Ana Maria. Lélia Gonzalez: Mulher negra na história do Brasil. Amaivos. 2009. Disponível em:<http://amaivos.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=71&cod_noticia=13070> Acesso em 02 nov. 2019.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Ática, 1978.

FERRARI, Ilka Franco. A realidade social e os sujeitos solitários. Revista agora UFRJ. Vol. 11. N.1. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982008000100002>. Acesso em 02 nov. 2019.

FERRAZ, Katia D'Armas. A solidão do sujeito contemporâneo: Um olhar clínico. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Luterana do Brasil, 2016. Disponível em:<<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/15.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2019.

FERREIRA, Lorena Ribeiro. Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas: Reflexões acerca da afetividade e solidão da mulher negra. Darandina revista eletrônica. Vol. II. N.2. 2018 Disponível em:<<http://www.ufjf.br/darandina/files/2018/12/Artigo-LorenaRibeiro.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FORTUNA, Daniele Ribeiro; LIMA, Jacqueline Cassia de Pinheiro; ROCHA, José Geraldo e VILAÇA, Marcio Luiz Correa. CAROLINA MARIA DE JESUS: EXCLUSÃO SOCIAL, LINGUAGEM E PRECONCEITO. Revista Mulheres e Literatura. V.14. Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Simone. Vamos falar sobre Mulherismo Africana? Alma Preta. 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>> Acesso em 01 mar. 2020.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 1. Florianópolis, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Rui Barbosa e a polêmica queima dos arquivos da escravidão. Conjur. 2015. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2015-set-13/embargos-culturais-rui-barbosa-polemica-queima-arquivos-escravidao>> Acesso em 06 jul. 2019.

GOMES, Raphael Fernandes. “Arreda homem, que aí vem mulher!”: as pombagiras de umbanda e o empoderamento feminino. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: UCPA; Diáspora africana, 2018.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. Novos Estudos, 43. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 02 mai. 2019.

_____. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. Revista de Antropologia, vol. 47, nº 1. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001#nt01> Acesso em 02 mai. 2019.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo. Tradução: Plataforma Gueto. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf> Acesso em 08 mai. 2019.

IPEA. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília: 2013.

LENZI, Tié. O que é movimento feminista? Toda política. 2018. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>> Acesso em 23 mai. 2019.

LIMA, Márcia et. all. Articulando Gênero e Raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995 – 2009) In: MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.) Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MAZZEI, Beatriz. Sueli Carneiro: Filósofa, educadora e porta-voz de uma geração. Alma Preta. 2018. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/sueli-carneiro-filosofo-educadora-e-porta-voz-de-uma-geracao>>. Acesso em 02 nov. 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. Vitória da Conquista-BA, Edições UESB, 2011.

_____. O feminismo negro brasileiro: um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Campinas. Campinas, 2007.

NASCIMENTO. Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

_____. A mulher negra e o amor. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NASCIMENTO, Maria da Conceição. Considerações sobre racismo e subjetividade: problematizando práticas / Desnaturalizando sujeitos e lugares. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. / Ana Cláudia Lemos Pacheco. - Campinas, SP: [s. n.], 2008.

_____. Gênero, raça e solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Fazendo gênero 8- corpo, violência e poder. 2008. Disponível em:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Ana_Claudia_Lemos_Pacheco_69.pdf>. Acesso em 04 nov. 2019.

_____. Mulher negra: afetividade e solidão. EDUFBA, Salvador, 2013.

PENSAMENTO FEMINISTA: Conceitos fundamentais/ Audre Lorde ... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: Formação e contexto/ Angela Arruda... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PEREIRA, Edilene; RODRIGUES, Vera. Amor não tem cor? Gênero e raça/ cor na seletividade afetiva de homens e mulheres negros (as) na Bahia e no Rio Grande do Sul. Revista da ABPN v.1 n.2. 2010. Disponível em:<https://www.academia.edu/20843141/AMOR_N%C3%83O_TEM_COR_G%C3%80NERO_E_RA%C3%87A_COR_NA_SELETIVIDADE_AFETIVA_DE_HOMENS_E_MULHERES_NEGROS_AS_NA_BAHIA_E_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_DOES_NOT_LOVE_HAVE_A_COLOR_GENDER_AND_RACE_COLOR_IN_THE_AFFECTIVE_CHOICES_OF_BLACK_MEN_AND_WOMEN_IN_BAHIA_AND_RIO_GRANDE_DO_SUL>. Acesso em 02 nov. 2019.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato e uma experiência. Cadernos Pagu, Campinas, v. 4, p. 10-28, 2008.

PINHEIRO, Angela de Alencar Araripe; TAMAYO, Álvaro. Conceituação e definição de solidão. Revista de psicologia, Fortaleza. 2 (1). 1984. Disponível em:<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10614/1/1984_art_aaapinheiroatamayo.pdf>. Acesso em 03 nov. 2019.

POMPEU, Fernanda. Assim falou Luiza Bairros. 2016. Disponível em:<http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Artigos/AGENCIAPATRICIAGALVAO_AssimfalouLuizaBairros_FernandaPompeu.pdf>. Acesso em 02 nov. 2019.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1ªed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

_____. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos e PRADO, Marco Antônio Máximo. Movimento de Mulheres Negras: Trajetória política, práticas moibilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro. Revista Psicologia & Sociedade. Ano 22. Número 3. Belo Horizonte, p. 445 – 456. 2010.

RODRIGUES, Ricardo Moreira. Solidão, um fator de risco. Revista opinião e debate. 2018. Disponível em:<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v34n5/v34n5a10.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2ªed.São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, Bianca. Quem é mulher negra no Brasil? Colorismo e o mito da democracia racial. Revista Cult. 2018. Disponível em:<<https://revistacult.uol.com.br/home/colorismo-e-o-mito-da-democracia-racial/>>Acesso em 07 nov. 2019.

SANTANA, Nara; SANTOS, Ricardo. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. p. 28-38. 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/revestudsoc/295>> Acesso em 10 jan. 2020.

SANTOS, Jaqueline. A Produção Intelectual das Mulheres Negras e o Epistemicídio: Uma breve contribuição. 2010. Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Jaqueline%20Lima%20Santos_A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Intelectual%20das%20Mulheres%20Negras%20e%20o%20Epistemic%C3%ADdio.pdf> Acesso em 15 jan. 2020.

SCARTON, Suzy. ‘No Brasil, a pobreza tem gênero, cor e classe’. Jornal do Comércio. 10/11/2014. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=178809> Data do Acesso: 22/07/2018.

SCOTT, Jean. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. Revista espaço acadêmico. Ano II. Nº 22, março 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico> Acesso em 05 nov. de 2019.

SOARES, Lissandra; MACHADO, Paula. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Psicologia Política. vol. 17. nº 39. p. 203-219. mai. – ago. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>> Acesso em 15 jan. 2020.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. A solidão da mulher negra- sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. Mestrado em Ciências Sociais PUC- SP. 2008. Disponível em:<<https://revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/cp056761.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2019.

TEIXEIRA, Patrícia; MERKLE, Luiz Ernesto. A importância de Lélia Gonzalez para os feminismos latino-americanos. 2017. Disponível em:<<https://even3.blob.core.windows.net/anais/128857.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2019.

VIEIRA, Gustavo. Breves notas sobre a concepção de etnocídio e seu contexto como violação de direitos humanos. 2011, p. 37. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/106/103>> Acesso em 22 fev. 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, p.

Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE
UNIGRANRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezada, você está sendo convidada para participar da pesquisa "Solidão e Ser Mulher negra: As Marcas da Violência Simbólica no Rio de Janeiro" que está sendo desenvolvida por Raissa Lyra Valério de Paiva, aluno do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio, UNIGRANRIO, sob a orientação da Prof.ª Rosane Cristina de Oliveira. **É imprescindível ser mulher negra maior de 18 anos e sua participação não é obrigatória.** A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é apresentar, a partir da narrativa de mulheres negras, quais são os principais entraves na luta por visibilidade e aceitação social desse grupo. A finalidade deste trabalho é entender como a questão da solidão se apresenta em mulheres negras com trajetórias distintas, residentes na cidade do Rio de Janeiro. Não há nenhum risco imediato relacionado com sua participação, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar a um leve cansaço após responder o questionário. Este trabalho poderá contribuir na ampliação do conhecimento sobre gênero e etnia, mais precisamente sobre a trajetória de mulheres negras na sociedade brasileira.

Solicitamos a sua colaboração autorizando a pesquisadora para apresentar os resultados deste estudo na dissertação de mestrado baseada na pesquisa e em possíveis artigos acadêmicos decorrentes do mesmo estudo. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, bem como serão suprimidos no ato da transcrição do questionário, qualquer informação que possa levar seu reconhecimento.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa no e-mail: raissalyra2012@gmail.com e no telefone (21) 96722-7453.

Pesquisador Responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação e dos procedimentos para a realização do mesmo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação na dissertação, em eventos e publicações). O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21) 2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20__

Participante da pesquisa

ANEXO B – Instrumento de Coleta – Questionário, p.

Seção 2 de 22

PERFIL DA PARTICIPANTE

Descrição (opcional)

Qual sua idade? *

18 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

+ de 50 anos

Seção 3 de 22

PERFIL DA PARTICIPANTE

Descrição (opcional)

Qual gênero você se classifica? *

Cisgênero

Transgênero

Não binário

Agênero

Outros...

Seção 4 de 22

PERFIL DA PARTICIPANTE

Descrição (opcional)

Qual sexualidade você se classifica? *

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Assexual
- Outros...

Seção 5 de 22

PERFIL DA PARTICIPANTE

Descrição (opcional)

Qual a sua renda? *

- Sem renda
- Até 1000
- De 1001 a 3000
- De 3001 a 5000
- + de 5000

Seção 6 de 22

PERFIL DA PARTICIPANTE

Descrição (opcional)

Você estudou até quando? *

- Não estudei
- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Ativar
Acesse

Seção 7 de 22

SOCIEDADE

Descrição (opcional)

Como classifica sua cor? *

- Parda
- Mestiça
- Negra
- Negra de pele clara
- Negra de pele escura

Seção 8 de 22

QUALIDADE DE VIDA

Descrição (opcional)

Qual condição da sua moradia? *

- Com pais/ família
- Própria
- Alugada

Seção 9 de 22

LOCALIZAÇÃO

Descrição (opcional)

Onde você reside? Escreva o Estado e a cidade *

Texto de resposta curta

Seção 10 de 22

EMPREGO

Descrição (opcional)

Se está empregada hoje, qual condição? *

- Não estou empregada
- Assalariada, sem carteira assinada
- Assalariada com carteira assinada
- Funcionária pública
- Autônomo (profissional liberal)
- Empregador
- Conta própria temporário (bico/ freelancer)

Ativar

Seção 11 de 22

EMPREGO

Descrição (opcional)

O salário que recebe/recebia pelo seu trabalho:

- Correspondente com a função
- Inferior a de outros que fazem a mesma função
- Superior a de outros que fazem a mesma função
- Não sabe.

Seção 12 de 22

EMPREGO

Descrição (opcional)

Se está desempregada, qual sua maior dificuldade em conseguir emprego?

Texto de resposta curta

.....

Seção 13 de 22

EMPREGO

Descrição (opcional)

Você já sofreu racismo ou preconceito de cor no emprego?

Texto de resposta curta

.....

Seção 14 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Qual seu estado civil? *

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva

Seção 15 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Se não for casada. Atualmente você está:

- Tem namorado(a) fixo
- Sem namorado (a)
- Relacionamento aberto (rolos, ficante, amante)
- Outros...

Seção 16 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Você acredita que mulheres brancas tem mais oportunidades de relacionamento que mulheres negras? *

- Sim
- Não
- Talvez

Seção 17 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Você identifica posturas diferentes em relação a você dos parceiros brancos para os parceiros negros? Se sim, relate. *

- Sim
- Não
- Outros...

Seção 18 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Você tem preferência de cor na escolha do parceiro? Porque? *

Texto de resposta curta

Seção 19 de 22

AFETIVIDADE

Descrição (opcional)

Você já se sentiu rejeitada por ser negra? *

Texto de resposta curta

Seção 20 de 22

AFETIVIDADE

Se achar necessário, pode marcar mais de uma opção.

Você percebe a solidão ao decorrer da sua trajetória? *

- Social
- Afetiva
- Familiar
- Política- econômica
- Não percebo

Ativa
Acesse

Seção 21 de 22

RACISMO

Descrição (opcional)

Relate aqui alguma experiência que tenha vivido, levando em consideração ser mulher e negra na sociedade brasileira, que não tenha relatado acima nesse questionário. *

Texto de resposta longa

Seção 22 de 22

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

No Brasil, uma forma de violência simbólica está no uso dos estereótipos relacionados aos negros. Segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall, a estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Alguns estereótipos nacionais associam a figura do negro à preguiça e a figura da mulher negra a expressão racista "mulata", mulher feita para apenas suprir prazeres sexuais. Uma pesquisa dos psicólogos sociais Marcus Eugênio Oliveira Lima e Jorge Vala revela que, ao contrário do esperado, após o surgimento das leis anti-racistas, o racismo não cessou, mas tomou outras formas menos abertas e flagrantes. É importante lembrar que o combate ao racismo pode começar na linguagem. (NASCIMENTO, 2018)

Todos os negros/mulheres sofrem ou já sofreram em algum momento da vida violência simbólica, geralmente é o que escutamos "sem querer, sem intenção de magoar ou que era para ser um elogio"...pode relatar?

Texto de resposta longa

Ativar

ANEXO C – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SOLIDÃO E SER MULHER NEGRA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO RIO DE JANEIRO
 Pesquisador Responsável: RAISSA LYRA VALERIO DE PAIVA
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 22785319.6.0000.5283
 Submetido em: 04/10/2019
 Instituição Proponente: UNIVERSIDADE UNIGRANRIO
 Situação da Versão do Projeto: Parecer Consubstanciado Emitido (Aprovado)
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

+ DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Recepção ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Primeira Submissão ↕	Relator ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ação
PO	RAISSA LYRA VALERIO DE PAIVA	1	04/10/2019	04/10/2019	10/10/2019	10/09/2019	Herbert Gomes Martins	Parecer Consubstanciado Emitido(Aprovado)	Não	

Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, p.

ANEXO D – Termo de proteção de risco e confidencialidade da Universidade do Grande Rio -UNIGRANRIO

Comitê de Ética em Pesquisa | UNIVERSIDADE
UNIGRANRIO

TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO E CONFIDENCIALIDADE

Declaro que, ao ser facultado o acesso às informações sobre exames, observações de dados pessoais de indivíduo oriundos de documentos relativos a prontuários, resultados de exames clínicos e laboratoriais e demais instrumentos de natureza documental, pertencentes aos arquivos da UNIVERSIDADE UNIGRANRIO com a finalidade específica de coleta de informações para o desenvolvimento do protocolo de pesquisa intitulado Mulher negra: Solidão e as marcas da violência simbólica, de autoria de Rosane Cristina de Oliveira e Raissa Lyra Valério de Paiva, do curso de Humanidades, Cultura e Artes será preservada a privacidade e a confidencialidade de tais documentos e dos seus sujeitos

Declaro, também, que o procedimento proposto, na pesquisa assegura ao sujeito da pesquisa, proteção da sua imagem, impedindo o estigma e a utilização das informações em prejuízo de terceiros e da comunidade. Outrossim, todo o material será utilizado para os fins propostos no protocolo de pesquisa, preservando, ainda, a autoestima e o prestígio dos sujeitos da pesquisa

Todo o referido é verdade.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

(Assinatura do responsável pela pesquisa) –